UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

**ANGÉLICA BORGES DOS SANTOS**

# CONDIÇÕES SOCIOTERRITORIAIS DOS CAMPONESES DA COMUNIDADE RURAL OLHOS D´ÁGUA EM UBERLÂNDIA-MG

UBERLÂNDIA-MG

2016

**ANGÉLICA BORGES DOS SANTOS**

# CONDIÇÕES SOCIOTERRITORIAIS DOS CAMPONESES DA COMUNIDADE RURAL OLHOS D´ÁGUA EM UBERLÂNDIA-MG

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

**Área de Concentração**: Geografia e Gestão do Território.

**Orientador**: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos

UBERLÂNDIA-MG

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S237c
2016

Santos, Angélica Borges dos, 1990-
Condições socioterritoriais dos camponeses da comunidade rural Olhos D'água em Uberlândia-MG / Angélica Borges dos Santos. - 2016.
165 f. : il.

Orientador: Rosselvelt José Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Geografia humana - Teses. 3. Comunidade Olhos D'Água - Uberlândia (MG) - Condições sociais - Teses. 4. Comunidade rural - Uberlândia (MG) - Teses. I. Santos, Rosselvelt José, 1963-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

**ANGÉLICA BORGES DOS SANTOS**

**CONDIÇÕES SOCIOTERRITORIAIS DOS CAMPONESES DA COMUNIDADE RURAL OLHOS D´ÁGUA EM UBERLÂNDIA-MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

**Área de Concentração**: Geografia e Gestão do Território.

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Rosselvelt José Santos
Instituto de Geografia- IG/UFU - Orientador

_____

Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva
Instituto de Geografia- IG/UFU- Membro Titular

_____

Prof. Dr. Paulo Irineu Barreto Fernandes
Instituto Federal do Triângulo Mineiro- IFTM - Membro Titular

_____

Prof. Dr. Beatriz Ribeiro Soares
Membro Suplente

_____

Profª Ms. Jaqueline Borges Inácio
Membro Suplente

Uberlândia, _____ de Março de 2016.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sabedoria, paciência, força e dedicação. Também, por conceder-me os momentos aos quais pude me dedicar a esta dissertação. O que seria de mim sem a fé que tenho Nele?

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de fomento concedida para a realização do Mestrado.

Ao professor Rosselvelt José Santos pela paciência, orientação, confiança, empenho e amizade, imprescindíveis para a conclusão desta Dissertação.

Aos professores da Banca pela dedicação e tempo empregado na leitura e correção do texto. Tenho certeza de que as considerações de vocês serão valiosas para a elaboração da versão final desta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia; aos docentes e técnicos, pela construção do conhecimento e pela oportunidade de conquistar mais um objetivo.

À minha família – meus pais Ailton e Carmen, minhas irmãs Paula e Patrícia, que, com muito carinho e apoio, compreenderam os momentos em que mais me dediquei ao trabalho do que a eles. Agradeço por não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao Luís Fernando pela compreensão, incentivo, apoio, amor e companheirismo nos momentos difíceis.

À minha amiga Flaviane, pela sincera amizade construída ao longo desta jornada, sempre me apoiando e estimulando nos momentos de incertezas.

Aos companheiros, parceiros e amigos do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (LAGECULT- IG/UFU), que empreenderam comigo longas caminhadas teóricas. Ao Grupo de Estudos que, em nossas discussões, muito contribuíram para a ampliação dos horizontes teóricos. A vocês: Prof. Rosselvelt, Mônica, Jaqueline, Ricardo, Paulo, Carlos, Jéssica, Raphaella e Nathália, muito obrigada!

## RESUMO

A pesquisa foi realizada no município de Uberlândia, localizado na mesorregião do Triangulo Mineiro/Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais. Esta dissertação de mestrado aborda os camponeses da comunidade rural Olhos d' Água, em seu modo de produção e reprodução dos meios de vida. A comunidade rural estabelecida no Conselho Comunitário Olhos d'Água, se localiza na porção nordeste de Uberlândia-MG, bem próximo da área urbana, é constituída, sobretudo, por camponeses. Essa pesquisa de mestrado busca estudar os mecanismos e as estratégias que vêm sendo elaboradas pelo camponês da comunidade rural em estudo. O trabalho tem como objetivo geral realizar uma análise sobre as formas locais de existência camponesa, considerando as suas lógicas produtivas na comunidade rural Olhos D'Água no município de Uberlândia-MG. A abordagem busca englobar a produção, os vínculos territoriais, os saberes produtivos e também uma avaliação das políticas públicas que visam atender esses agricultores. Relações produtivas múltiplas compõem o espaço rural brasileiro. Muitas delas são conduzidas por camponeses, considerados como grupo social composto por sujeitos que estabelecem relações múltiplas nas muitas dimensões da vida cotidiana e que pelo trabalho adquirem expressiva importância na produção de alimentos. Suas estratégias produtivas e de sociabilidade entre vizinhos e parentes observados na pesquisa, se configuram como representações das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos do campo, mediados pelas suas práticas e costumes que fundamentam seus modos de vida. Assim, do universo cultural deriva também o processo produtivo, pois este envolve saberes e fazeres constituídos ao longo do tempo, os quais foram se modificando de acordo com as necessidades dos camponeses da comunidade rural Olhos d' Água. Para que os camponeses permaneçam no contexto agrícola é necessário, além dos saberes produtivos, que as práticas sejam favoráveis à reprodução social, à inserção no setor produtivo da economia e também na sociedade. Em outro patamar temos a agricultura camponesa que tem como base produtiva a família. O trabalho familiar é o que promove a produção, e os aspectos do modo de vida e da criatividade campesina são diferenciais para essa agricultura. Os camponeses podem ser entendidos por seu nível de inserção no mercado, pela produção voltada para uma parcela específica de consumo e também pela lógica produtiva inter-relacionada ao modo de vida, que coloca a estrutura familiar em contato direto com a produção. A produção agrícola dos camponeses envolve saberes e fazeres adquiridos ao longo do tempo e do espaço, saberes que foram se modificando de acordo com as necessidades dos sujeitos. O Brasil tem na agricultura um dos grandes pilares da economia, sendo a produção de *commodities* o que movimenta a balança do comércio internacional de produtos agrícolas. Entretanto, devemos ter clareza de que a produção de alimentos é realizada por modelos produtivos diferentes das empresas rurais, como é o caso da produção camponesa.



**Palavras-chave:** camponeses; modo de produção; reprodução social; práticas socioculturais; territorialidade.

## ABSTRACT

The survey was conducted in the city of Uberlândia, located in the middle region of Triangulo Mineiro / Alto Parnaíba, in the State of Minas Gerais. This dissertation addresses the peasants of the rural community Olhos d'Água, in their mode of production and reproduction of livelihoods. The rural community established in the Community Council Olhos d'água, is located in the northeastern portion of Uberlândia, MG, very close to the urban area, it is made up mainly by peasants. This master's research seeks to study the mechanisms and strategies that have been developed by peasant rural community under study. The work has the general objective to perform an analysis of the local forms of peasant existence, considering their productive logic in the rural community Olhos D'Água in Uberlândia-MG. The approach seeks to encompass the production, territorial bonds, productive knowledge and also an assessment of public policies to meet these farmers. multiple productive relationships make up the Brazilian countryside. Many of them are led by peasants, considered as a social group composed of individuals who establish multiple relationships in many dimensions of everyday life and the work acquires significant importance in food production. Its production strategies and sociability among neighbors and relatives observed in the survey, are configured as representations of social relations between the subjects of the field, mediated by their practices and customs that support their livelihoods. Thus, the cultural universe also derives from the production process, as it involves knowledge and practices built up over time, which have been modified according to the needs of farmers in the rural community Olhos d'Água. So that farmers remain in the agricultural context is needed in addition to productive knowledge, that practices are conducive to social reproduction, the insertion in the productive sector of the economy and also in society. On another level we have peasant agriculture whose production base family. The family work is what promotes the production, and aspects of the way of life and peasant creativity are differentials for this agriculture. The peasants can be understood by their attachment level in the market for production for a specific share of consumption and also the productive logic inter-related way of life that puts the family structure in direct contact with the production. The agricultural production of farmers involves knowledge and practices acquired over time and space, knowledge that have been modified according to the needs of the subjects. Brazil has in agriculture one of the major pillars of the economy and the production of commodities which moves the balance of international trade in agricultural products. However, we must be clear that food production is carried out by different production models of rural enterprises, as is the case of peasant production.



**Keywords:** peasants; production; social reproduction; socio-cultural practices; territoriality.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Plantio de cana-de-açúcar no espaço rural de Uberlândia e usina sucroenergética ao fundo no município de Uberaba..... 45

Figura 02 – Imagem de satélite com demarcação aproximada da área do Conselho Comunitário Olhos d'Água..... 60

Figura 03 – Equipamentos de uso comum, disponíveis para a comunidade..... 73

Figura 04 – Diversificação de práticas produtivas na comunidade Olhos d'água..... 83

Figura 05 – Estrutura arquitetada pelo pequeno produtor rural..... 87

Figura 06 – A "Venda", referencial da Comunidade Olhos d'Água..... 92

Figura 07 – Lugares onde a sociabilidade é promovida na comunidade..... 94

Figura 08 – Celebração católica com temática Sertaneja na Comunidade São Sebastião, localizada na Comunidade Rural Olhos D'água..... 97

Figura 09 – Principais lavouras brancas e um exemplo de pastagem degradada ao lado do cultivo de milho..... 113

Figura 10 - Lavouras de banana, parreiras de chuhu e de maracujá cultivados com uso de tecnologias para irrigação..... 114

Figura 11 – Apropriação das condições naturais nas práticas produtivas..... 116

Figura 12 – Metamorfose de praticas e cultivos antigos e modernos..... 120

Figura 13: Elementos da religiosidade, encontros entre os sujeitos da comunidade..... 123

Figura 14: Sede de fazenda produtora de gado de corte e leiteiro na comunidade rural Olhos d'Água, município de Uberlândia-MG..... 138

Figura 15: Criação de frangos caipira e em galpões de granja..... 139

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização do município de Uberlândia-MG com delimitação dos conselhos comunitários rurais..... 58

Mapa 02 – Delimitação dos Conselhos Comunitários Rurais..... 79

Mapa 03 – Uso e ocupação das terras na área do Conselho Comunitário Olhos Água.....112

# LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Evolução dos valores liberados para o PRONAF..... 36

Gráfico 02 – Distribuição de crédito do PRONAF por região brasileira no período de uma década..... 37

Gráfico 3 – Luta e conquista da terra no Brasil no período de 1979 a 2006..... 39

Gráfico 4 – Residência na comunidade pelos produtores rurais..... 136

Gráfico 5 – Condição de uso da terra pelos produtores rurais..... 137

Gráfico 6: Pluviograma da cidade de Uberlândia - MG (1981-2015)

147

## LISTA DE SIGLAS

**CAIS** – Complexos Agroindustriais

**CEASA** – Central de Abastecimento de Minas Gerais

**CMAA**- Companhia Mineira de açúcar e Álcool

**CMDRS** –Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

**EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

**FEMEC** – Feira de Máquinas, Equipamentos, Implementos, Insumos Agrícolas E Veículos Utilitários

**INCRA** –Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário

**PAA-** Programa de Aquisição de Alimentos

**PMU** – Prefeitura Municipal de Uberlândia

**PNAE-** Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....12

CAPÍTULO 1.....26

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS CAMPONESES: PRONAF

UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO NA EXISTÊNCIA DOS CAMPONESES.....26

1.1 “Modernização” agrícola: especificidades do espaço rural em transformação.....41
1.2 O papel do Estado no agenciamento de tecnologias modernizadoras para os camponeses.....52

CAPÍTULO 2.....57

POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS .....57

NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....57

2.1 O conselho comunitário como espaço de debate e encaminhamento das demandas comuns.....57
2.2 Comunidade Olhos d’Água: organização dos camponeses e suas capacidades de acesso as políticas públicas.....67

CAPÍTULO 3.....77

A PRODUÇÃO NA COMUNIDADE RURAL OLHOS D’ÁGUA .....77

E O USO DE TECNOLOGIAS.....77

3.1 Formas de organização da produção camponesa.....77
3.2 Elementos tecnológicos e possibilidades de padronização da produção .....107

CAPÍTULO 4.....120

PRÁTICAS SOCIOPRODUTIVAS E MODO DE VIDA CAMPONÊS NA

COMUNIDADE OLHOS D’ÁGUA .....120

4.1 O espaço rural em sua significação.....126
4.2 Especificidades socioculturais dos produtores camponeses da Comunidade Olhos d’Água.....133

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....152

# INTRODUÇÃO

A perspectiva do espaço rural brasileiro precisa ser pensado no contemporâneo, dando enfoque ao produtor camponês em sua dinâmica de produção e lógica de reprodução. Estas são próprias desse grupo social que se distingue dos grandes produtores, pois o mesmo em sua essência recusa os endividamentos bancários.

Em 2012, o Sindicato Rural de Uberlândia começou a realizar anualmente uma feira de máquinas, equipamentos, implementos, insumos agrícolas e veículos utilitários. Essa feira é voltada para produtores rurais, traz lançamentos e inovações em equipamentos, principalmente para grandes produtores. Os produtores camponeses, muitas das vezes, ficam à margem de tais iniciativas.

De acordo com o site de divulgação o evento é, desde 2015, considerado a maior feira do agronegócio do estado de Minas Gerais e tem como elemento facilitador o fato de

> “Uberlândia estar localizado em um dos mais importantes celeiros do agronegócio nacional, é um dos principais polos logísticos do país com rápido acesso aos maiores centros comerciais e industriais do Brasil, abrangendo dois terços do consumo nacional em um raio de 600 km” (FEMEC, 2015. p. 01).

No evento são apresentados novos produtos e são realizadas demonstrações de inovações tecnológicas para implementos agrícolas, fertilizantes e outros. As principais indústrias do agronegócio brasileiro expõem seus lançamentos, e é possível ter um encontro direto com fabricantes e

revendedores de produtos do comércio e da indústria nacional, que encontram em Uberlândia e região um forte mercado consumidor.

São apresentadas “soluções” tecnológicas acompanhadas de um pacote de técnicas – como exemplos de “sucesso” na produção do espaço rural. Entretanto, os camponeses não têm condições de acessar essas inovações e, muitas vezes, continuam a produzir com técnicas mais simples ou modestas.

Nesse sentido, faz-se necessário contemplar as demandas na perspectiva do espaço rural brasileiro, de modo a este ser pensado no contemporâneo, com enfoque no produtor camponês em sua dinâmica de produção, e lógica de reprodução, as quais são próprias desse grupo social, distinto dos grandes produtores.

O produtor camponês, em sua maioria, em razão de sua essência, utiliza recursos próprios para o financiamento de sua produção e recusa submeter-se ao endividamento bancário. A utilização de empréstimos bancários para financiamento da produção é vista como uma forma em que a família faz diversas ponderações, sobretudo naquilo que se refere a manutenção da propriedade familiar da terra.

Desse modo, no que se refere ao campesinato, devemos lembrar sempre que no meio rural ele é composto por sujeitos que desenvolvem diversos projetos, que estabelecem relações de produção múltiplas. Assim, desconsiderar a diversidade humana no meio rural ou considerá-lo como um sujeito atrasado, antigo e lento não é condizente com a situação atual, principalmente dos camponeses que estudamos na comunidade olhos d’água.

Naquele lugar a produção rural transcorre dialogando com as politicas publicas, com o mercado, bem como as estruturas e superestruturas da sociedade moderna. Contudo isso não os anula em relação aos seus modos de vida, pois é preciso se arranjar diante da ordem social, política e econômica. Essas manifestações são tratadas nos capítulos desta dissertação, enfrentando as saídas que aquele produtor rural elabora para se relacionar com as imposições do capitalismo, bem como a logica do desenvolvimento desigual e combinado.

Na comunidade Olhos d' Água as tensões são amplas, complexas intensificado no lugar reações que em certos casos se traduzem em organização politica e técnica da produção, revelando no contexto da "modernização da agricultura", especificidades sócioterritoriais que se distanciam da agricultura empresarial (agronegócio) e da agricultura de precisão.

No caso em estudo, assim como em diversos lugares do território brasileiro a agricultura camponesa tem como base produtiva a família. O trabalho familiar é o que promove a produção, as relações familiares e de vizinhança, nutrindo os aspectos do modo de vida e da criatividade campesina.

Neste conceito buscamos amparo teórico em autores que usam para conceituar modo de vida também gênero de vida. No caso de Kinn (2010) a reflexão aponta para o seguinte

> "a construção do modo de vida se processa no cotidiano camponês quando a família produz sua existência pratica, clivada pelas transformações sociais e espaciais, mas preservando costumes e tradições a partir dos quais é possível criar e recriar as suas humanidades". "Nesse modo de vida camponês, ainda que pareça comum várias coletividades,

> residem inquietas particularidades sociais, politicas, culturais, religiosas e econômicas, criadas ao longo do tempo nas comunidades rurais". (p.107)

Na comunidade em estudo a organização politica é um dos diferenciais da agricultura que se pratica. Isso significa que são praticas sociais que se distanciam do agronegócio. Mesmo assim, eles constituem uma produção que incorpora diversos elementos tecnológicos da agricultura moderna, mas as suas relações produtivas e comunitárias não podem ser tratadas como negócio e objetivada na obtenção do lucro.

Dentro da discussão que se estabelece nesta dissertação reconhecemos que a produção agrária do Brasil, apresenta, em um contexto de monocultivos, cujo destino é a exportação. Na sua essência se reproduz implicada em uma gigantesca mecanização, ligada ao processo de industrialização e urbanização, que se aprimora a partir da década de 1970 por meio de endividamentos promovidos por subsídios estatais e governamentais.

Em Uberlândia, o agronegócio teve espaço para se instalar, desenvolver-se e permanecer até os dias atuais, utilizando áreas que, até então, eram alvo de um discurso no qual afirmava serem essas áreas terras sem aptidão para a produção agrícola em grande escala.

A partir desse período, aquelas áreas tiveram, então, sua reocupação produtiva intensificada com cultivos iniciais de silvicultura e pastagens. Posteriormente, instalaram-se as culturas de grãos e, mais recentemente, a cana-de-açúcar.

Com a inserção do capital monopolista e oligopolista na agricultura e com o desenvolvimento de modernas técnicas e sistemas de créditos, os camponeses vão ser atingidos pelas imposições dos interesses dominantes. Nesta condição também vão sofrer com diversas perdas, inclusive de seus territórios.

Nesta situação, inúmeras dificuldades vão surgindo na constituição de seu futuro na terra. A modernidade como modelo gera para o camponês uma situação de exclusão territorial. Entretanto, mesmo sob o domínio do capital, há formas de produção em que a lógica camponesa é capturada pela lógica capitalista.

Neste trabalho procuramos destacar as diversas formas de produção campesina. Assim, considerando o lugar[1] fomos identificando e analisando as diversas formas de produzir, de reivindicar direitos pelos diversos sujeitos detentores de costumes e hábitos camponeses.

Desse modo, o camponês que estudamos em certa medida pode ser considerado um pequeno produtor rural. Inclusive já existe legislação para tal categoria. Ela pode ser lida no texto que compõe a lei nº 11.428/2006[2] como aquele que reside na zona rural, tem posse de área menor que 50 hectares cultivados com trabalho pessoal e da família, em que a ajuda eventual de terceiros é admitida e a renda bruta proveniente de atividades agrícolas, pecuárias, silviculturas ou do extrativismo rural deve ser, no mínimo, de 80% (oitenta por cento) da renda total.

[1] O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente (...). Assim, cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional (Santos, 2002a, p.158 & 159)

[2] Lei Federal de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa (BRASIL, 2006).

Tal definição representa um esforço do Estado em estabelecer categorias de produtores rurais e, dessa forma, promover políticas agrícolas que possibilitem as ações do próprio estado.

A utilização do termo “agricultura familiar” se firmou como categoria política na primeira metade da década de 1990, sendo, a partir daí, utilizada por estudiosos e por formuladores de políticas públicas.

Essa definição como categoria permitiu o acesso ao sistema de crédito, a financiamentos da produção agrícola e à compra de equipamentos, o que, até então, era direcionado apenas a produção ligada ao agronegócio. Isso permitiu a inclusão dos camponeses em políticas públicas, mas não os destituiu de práticas socioprodutivas não capitalistas.

Os camponeses da Comunidade Olhos d’Água hoje não são um grupo social recente, nem correspondem a uma nova categoria de análise do espaço rural. “A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade” (FERNANDES, 2000, p. 5).

Assim, o produtor camponês, por meio do trabalho familiar, destaca-se pelo fato de produzir sua existência a partir de saberes e fazeres culturalmente constituídos e, também, desvinculados de uma lógica totalmente capitalista. Esses produtores cultivam, na prática cotidiana, relações de ajuda mútua.

Entretanto, estabelecer uma categoria social que representa uma forma de produção própria de um grupo que detêm a terra, o trabalho e é capaz de produzir os meios de vida atrelados ao núcleo familiar reforça o significado da pequena produção no Brasil.

Contemporaneamente, a produção rural exige dos camponeses dinâmicas de trabalho que considerem as condições naturais, os saberes campesinos e as possibilidades de uso de tecnologias. Os ciclos produtivos dos produtores camponeses são compostos por múltiplas facetas que envolvem não apenas o tempo da sociedade em que eles estão inseridos, mas também os tempos da natureza.

Assim, os camponeses também podem ser entendidos por seu nível de inserção no mercado, pela produção voltada para uma parcela específica de consumo e também pela lógica produtiva inter-relacionada ao modo de vida, que coloca a estrutura familiar em contato direto com a produção.

A produção agrícola dos camponeses envolve saberes e fazeres[3] adquiridos ao longo do tempo e do espaço, saberes que foram se modificando de acordo com as necessidades dos sujeitos. Os camponeses têm como principal aspecto de sua identidade os modos de produção e vida intimamente ligados ao campo. Essa característica denota que, para eles, a produção rural vai além do aspecto econômico, enquanto que para os produtores do agronegócio esse último aspecto é tido como principal.

Logo, abordamos em nosso trabalho, os camponeses, sujeitos ativos, com os seus saberes, suas iniciativas e estruturas produtivas, são a referência como uma categoria de sujeitos desta pesquisa. Compreendemos que a análise do rural perpassa o entendimento do espaço “como algo dinâmico e mutável, e condição da/para a ação dos seres humanos, como espaço vivido e,

[3] Saberes e fazeres são compreendidos como os conhecimentos e os valores identitários dos homens, mulheres e crianças que vivem no e do campo e sua relação com as práticas do cotidiano.

por isso mesmo, ‘representável’, algo passível de ‘apropriação’” (SERPA, 2006, p. 15), e que sofre influência/imposição do momento histórico.

A apropriação do espaço por meio da agricultura praticada pelos camponeses ocupa um papel relevante no desenvolvimento do país. As pequenas propriedades ocupam áreas com predomínio da produção agrícola em várias regiões do Brasil, sendo essenciais para a economia de vários municípios. Além disso, é uma opção viável para a resolução de dificuldades sociais como o desemprego, a fome e a desnutrição.

A produção camponesa tem certo grau de integração com o mercado que corresponde à relação com a sociedade de consumo, modo de vida e um sistema de valores e de representações específicas desse grupo social.

Para que os camponeses permaneçam no contexto agrícola é necessário, além dos saberes produtivos, que as práticas sejam favoráveis à reprodução social, à inserção no setor produtivo da economia e também na sociedade.

O município de Uberlândia se destaca na produção agrícola, exercendo influência considerável na mesorregião do Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba, marcada por um contexto em que os grandes complexos agroindustriais (CAIs) e o capital avançam sob o espaço rural e exercem um acentuado poder sobre as relações agrícolas e agrárias.

Gradualmente, desde aproximadamente a década de 1970, Uberlândia tem incorporado extensas áreas para a agricultura e pecuária empresarial, que se beneficia da posição geográfica estratégica e da quantidade de rodovias que transcorrem o município.

Com base em dados do levantamento rural realizado em 2011/2012 pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, o município tem uma área rural de 389.682,20 hectares, distribuídos em 2.114 propriedades, das quais 654 são minifúndios e 718 são pequenas propriedades (PMU, 2011/2012).

O maior número das propriedades se enquadra na classe de pequena propriedade, que vai de 1 a 4 módulos fiscais, ocupando área menor. Com isso, entendemos que há um grande número de pessoas envolvidas na produção em áreas menores, na maioria dos casos, usadas pelos camponeses que podem ser proprietários, arrendatários, meeiros, posseiros, parceiros entre outras formas de produção.

Considerando a legislação vigente, 1.372 propriedades são exploradas por pequenos produtores rurais, ou seja, têm áreas inferiores a 04 módulos fiscais. O módulo fiscal no município de Uberlândia corresponde a uma área de 20 hectares, sendo que, de acordo com dados do levantamento rural de 2011/2012, a maioria das propriedades (65%) atinge até 80 hectares.

Ainda de acordo com os dados do levantamento rural, 77% da mão de obra no meio rural do município de Uberlândia é familiar. Diante dessa realidade, a escolha dessa temática se justifica, pois a existência dos pequenos produtores no espaço rural é de fundamental importância no setor agropecuário.

Dessa maneira, alguns questionamentos norteiam a problemática de nosso trabalho de mestrado que, em resumo se traduz nas seguintes questões: como se dá a existência dos camponeses da comunidade Olhos d’Água em meio a um contexto marcado pela forte territorialização do agronegócio? Como

ocorre a permanência produtiva no campo diante das imposições do mercado e do Estado? A produção modernizada é algo vivido pelos camponeses? Como ficam os vínculos territoriais, social e culturalmente constituídos na comunidade rural Olhos D'Água em Uberlândia?

Compreender a produção camponesa se faz necessário, visto que estes são responsáveis por grande parte da produção de alimentos e matérias-primas. Além disso, fomentam a ocupação no espaço rural e se caracterizam por ter uma multiplicidade de práticas socioculturais próprias dos modos de vida desse grupo social, como por exemplo, os costumes relacionados à transmissão dos saberes.

Nesse sentido, essa pesquisa de mestrado busca estudar os mecanismos e as estratégias que vêm sendo elaboradas pelo camponês da comunidade rural em estudo. O trabalho tem como objetivo geral realizar uma análise sobre as formas locais de existência camponesa, considerando as suas lógicas produtivas na comunidade rural Olhos D'Água no município de Uberlândia-MG.

A abordagem busca englobar a produção, os vínculos territoriais, os saberes produtivos e também uma avaliação das políticas públicas que visam atender esses agricultores.

Assim, buscamos compreender como se dá a existência dos camponeses da comunidade Olhos d’Água no município de Uberlândia.

Esta dissertação de mestrado está organizada em quatro capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. Assim, o Capítulo 01 inicia com a discussão da principal política pública voltada para os camponeses; nele,

abordamos sua dimensão política e econômica, utilizando o Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF) como indicador.

O objetivo direcionador desse capítulo é compreender as políticas públicas para a pequena produção. Tem por fim identificar contradições, principalmente no que diz respeito às tecnologias e à produção modernizada. Como metodologia, será feita discussão teórica de conceitos referentes ao uso e (re)produção do espaço pelos complexos capitalistas e às políticas públicas direcionadas para a pequena produção rural. É fundamental compreender como a ação do Estado se faz presente no lugar, analisando as capacidades de articulação dos camponeses para dialogar com o que lhes é oferecido pelo PRONAF.

No capítulo 1, discutimos o camponês e a sua capacidade de interpretar o crédito oferecido e perceber, por exemplo, que os maquinários mais caros não devem ser obtidas individualmente; essa característica é camponesa e justifica o segundo capítulo como sendo um debate sobre a dimensão política do sujeito de pesquisa.

Assim, no Capítulo 2, discutimos o conselho comunitário rural na condição de organização social para mediação na obtenção de direitos como o acesso às políticas públicas. O conselho comunitário é analisado como uma importante organização política dos pequenos produtores rurais no território, tendo em vista discutir e reivindicar direitos ao poder público local. Indica a possibilidade de organização social comunitária para participação e uso efetivo das políticas públicas a favor da existência. Seu estudo se justifica como possibilidade política de a comunidade comparecer como força capaz de

compreender o processo produtivo que representa e de estabelecer reivindicações para a permanência produtiva no campo diante dos custos e das incertezas impostas no contexto da “modernização” agrícola.

A metodologia utilizada nesse capítulo consiste na análise das leis municipais que legitimam os conselhos comunitários rurais, a participação em reuniões e análise de conceitos como Comunidade, Lugar, e, principalmente os Sujeitos desse processo. Desse modo, visamos efetivamente dialogar e compreender como os sujeitos se articulam e fazem uso das políticas públicas a fim de atender suas necessidades.

A partir do entendimento desses elementos, temos o Capítulo 3, que consiste na análise mais próxima da produção e dos camponeses, na qual ampliamos a discussão para a compreensão das práticas produtivas dos camponeses da comunidade Olhos d’Água.

A abordagem dos aspectos produtivos na atualidade ocorre por meio da análise das formas de organização e dos saberes e fazeres dos sujeitos do lugar Olhos d’ Água.

Estabelecemos conexões entre os aspectos tecnológicos, vistos como o que tem sido utilizado da “modernização da agricultura” e as distintas combinações entre saberes e fazeres dos camponeses da comunidade Olhos d’Água. Trata-se de debater a capacidade desses sujeitos usarem essas condições/situações para existirem, o uso do velho e do novo.

O procedimento metodológico também integra análise bibliográfica e de dados, elaboração de gráficos e mapas. Além disso, é de fundamental importância a realização de trabalhos de campo para observação direta no

lugar com a finalidade de identificação de práticas produtivas, territorialidades, vínculos territoriais e conexões entre a padronização da produção e os conhecimentos tradicionais. Também realizamos registros fotográficos, visando à captura de momentos de atividades produtivas, reuniões do conselho, bem como observação, descrição e comparação da paisagem nas quais possam permitir o desvelamento de nexos e signos da comunidade.

Para a composição do Capítulo 3 foram realizadas entrevistas e diálogos temáticos[4], de forma a conhecer as estratégias presentes no uso de tecnologias modernas e antigas, a transmissão do conhecimento.

Diante disso, a discussão chega ao Capítulo 4 trazendo uma reflexão sobre as diferentes lógicas de produção que coexistem no lugar e no modo de vida dos sujeitos.

O Capítulo 4 incide sobre o entendimento das relações sociais, os arranjos estabelecidos pelos sujeitos no uso do território e as especificidades do lugar. Serão consideradas principalmente as características de movimento, mutabilidade no território e as conexões do lugar.

A metodologia consiste em análise bibliográfica, diálogos e trabalhos de campo para observação direta nos lugares, bem como registros fotográficos que buscaram compreender as lógicas presentes na comunidade rural, lógicas que influenciam na reprodução social dos pequenos produtores, na transmissão do conhecimento e na existência camponesa no lugar.

Trazemos como considerações finais as formas de organização em comunidade, a utilização de elementos novos e velhos para a produção, bem

[4] Diálogos temáticos: encontros pessoais para discutir temas específicos.

como a importância da reciprocidade nas relações dos camponeses da Comunidade rural Olhos d’Água.

# CAPÍTULO 1

## A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS CAMPONESES: PRONAF UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO NA EXISTÊNCIA DOS CAMPONESES

O desenvolvimento da agricultura familiar fomentada por políticas públicas, no Brasil remonta a década de 1990, quando são criadas as primeiras medidas de Estado voltadas para o fortalecimento da categoria.

Neste período, foram revistas questões como a Reforma Agrária e a agricultura familiar, que, poderiam ter sido superadas pelo próprio decorrer da "modernização da agricultura" e pela urbanização da sociedade brasileira.

A existência de políticas públicas voltadas ao meio rural e à agricultura familiar demonstra a importante participação desse espaço produtivo na economia do país, e contribuem para a permanência do homem e também de sua família, no meio rural (WANDERLEY, 2001, p. 23).

Na comunidade estudada a atuação do PRONAF se dá pela linha de infraestrutura, em que os produtores se organizam em um conselho comunitário para reivindicar seus direitos. Um dos motivos para muitos produtores não aderirem ao PRONAF é a falta de documentação e o medo de se endividar.

Nesse sentido, essas políticas promovem a continuidade da produção em certas regiões, evitando, assim, problemas sociais no meio urbano, e até certos conflitos causados por migrações e movimentos compulsórios.

As ações das políticas públicas favorecem o desenvolvimento da agricultura e tornam possível uma perspectiva de desenvolvimento que envolva os saberes locais e a forma de lidar com a terra, que é diferente na agricultura camponesa, numa perspectiva em que a preservação ambiental e o desenvolvimento social caminhem juntos com o desenvolvimento econômico (SANTOS, 2012, p.54).

O interesse pela agricultura familiar se materializou em políticas públicas como o PRONAF e na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoramento da Reforma Agrária (OLALDE, 2005, p. 2).

O PRONAF teve início efetivo no ano de 1996, por meio do decreto nº 1.946, de 28 de junho, que o cria “com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhora de renda” (MDA, 2014, p. 11).

A legislação aponta para o desenvolvimento sustentável, porém a realidade demonstra que para que isto ocorra seria necessário um suporte do estado, outro fator é o aumento na geração de empregos, entretanto na agricultura familiar as atividades produtivas são desenvolvidas pela própria família.

Desde a criação do PRONAF, é disponibilizado crédito a camponeses, que vão tendo melhores condições para produzir e colocar seus produtos no mercado. Entretanto, muitos destes, inclusive os da comunidade Olhos d’ Água, utilizam uma capacidade estratégica de produzir sem se endividar com o banco.

O PRONAF pode ser entendido como um instrumento de intervenção do Estado na agricultura brasileira, e é divulgado como sendo um

> programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo. (MDA, 2013, p. 2).

A definição de agricultura familiar pela Política Nacional da Agricultura Familiar está pautada em características como área da propriedade, mão de obra, gerência da propriedade rural e fatores de produção, bem como pertencer à família e serem passíveis de sucessão em caso de aposentadoria ou falecimento dos gestores. Além disso, considera também o fato de o percentual mínimo da renda familiar ser originada de atividades econômicas da propriedade.

Dentre os programas criados e voltados para a agricultura familiar, o PRONAF é tido como referência no âmbito político do desenvolvimento rural, podendo ser considerado como o programa do Estado mais amplo no estímulo à produção de alimentos.

Segundo dados do último Censo Agropecuário publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar no Brasil tem 4,3 milhões de unidades produtivas, o que corresponde a 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país e a 74% da mão de obra do campo. O setor é responsável pela produção da maioria dos alimentos consumidos todos

os dias pelos brasileiros e por 33% do valor bruto da produção de alimentos (MDA, 2013).

Tendo esses dados como referência, o desenvolvimento rural passa, então, a ser considerado no âmbito das políticas públicas brasileiras, dando maior visibilidade às pequenas unidades de produção, que vão sendo mais bem consideradas e sendo entendidas como fundamentais ao setor produtivo rural.

Em um artigo para a revista Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), Navarro (2001) aborda o desenvolvimento rural brasileiro, discutindo as definições do conceito em diferentes momentos históricos e em vários países, expondo os limites do passado, mostrando ainda alguns caminhos para o futuro. Assim, considera que

> o Estado nacional sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal. Por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social, o Estado funda-se para tanto em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como norte o desenvolvimento rural. (NAVARRO, 2001, p. 86).

Dessa maneira, o Estado é o grande articulador que, em seu conjunto de instituições, pode efetivar a promoção do desenvolvimento rural, considerando este como um conjunto de ações previamente planejadas para induzir mudanças em certo cenário do espaço rural.

Dentre as mudanças priorizadas pelo PRONAF, tem destaque uma maior preocupação com a melhoria da qualidade de vida e bem estar das populações rurais, ocasionada, muitas vezes, pelo acesso ao programa para obter melhores condições produtivas por meio do custeio de safras ou investimento na produção.

Os recursos do PRONAF chegam aos camponeses por meio de financiamentos nas instituições bancárias conveniadas, sendo que os créditos podem se destinar a custeios ou a investimentos. O programa oferece o financiamento com taxas de juros anuais mais baixas em relação ao mercado, pois são subsidiadas pelo Estado e os valores liberados variam de acordo com o perfil do produtor dentro das linhas de crédito disponíveis.

Os principais programas do PRONAF que chegam até os produtores familiares são o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PRONAF Infraestrutura e o PRONAF Mais Alimentos.

A Tabela 01 apresenta dados resumidos sobre os três grupos básicos de financiamento do PRONAF, existentes desde o início do programa, trazendo o público-alvo, a modalidade, finalidade, taxa de juros e o prazo para pagamento.

**Tabela 01**– Resumo de grupos e linhas de crédito do PRONAF no ano de 2014

| Grupos | Público-Alvo | Modalidade | Finalidade | Juros | Prazo e Carência |
|---|---|---|---|---|---|
| **Grupo A** | Agricultores assentados pelo PNRA*, beneficiários do PNCF** e reassentados em função da construção de barragens | Investimento | Financiamento das atividades agropecuárias e não-agropecuárias | 0,5% ao ano. | Prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência |
| **Grupo A/C** | Agricultores familiares assentados pelo PNRA e beneficiários do PNCF | Custeio | Financiamento do custeio de atividades agropecuárias, não-agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção | 1,5% ao ano. | Custeio agrícola: até 2 anos Custeio pecuário ate 1 ano |
| **Grupo B** | Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R$ 20.000,00. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf. | Investimento ou custeio de atividades não agropecuário | Financiamento das atividades agropecuárias e não-agropecuárias. | 0,5% ao ano. | Prazo de até 2 anos, até 1 ano de carência. |

Fonte: Banco do Nordeste, 2014.

Nota: * Programa Nacional de Reforma Agrária

**Programa Nacional de Crédito Fundiário

Por atividades não agropecuárias o PRONAF considera aquelas desenvolvidas em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados[5].

Os grupos A e A/C são voltados para os produtores assentados do Programa de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria (INCRA), e o grupo B é voltado para agricultores familiares não assentados, bem como para mulheres agricultoras.

As vantagens do PRONAF se apresentam na abrangência do programa, conforme tabela 01, nas taxas abaixo do valor de mercado e no período oferecido como prazo e carência para o pagamento. Durante esse período o produtor pode se organizar no contexto de sua produção para efetivar o pagamento do PRONAF.

Além dos grupos, o PRONAF é organizado em linhas de crédito que se adaptam aos contextos locais da produção e atendem àqueles que possuem renda variável. Recentemente, a linha que mais tem atraído atenção dos camponeses é o PRONAF Mais Alimentos, que atende à modalidade de investimentos, sendo voltado para a infraestrutura de produção como obras para estruturas de armazenagem, maquinários e veículos, com taxas de juros e valores liberados variáveis.

A diretriz básica que norteia o PRONAF relaciona a agricultura familiar à modernização da agricultura, priorizando o acesso a tecnologias e a melhoria nas técnicas de produção, principalmente quanto aos créditos de investimento que “se destinam a financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias,

[5] Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola, faz referência ao rural não agropecuário.

para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços” (BNDES, 2015, p. 3).

Para os créditos direcionados a custeio, também é observado que “se destinam a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados no PRONAF, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento” (BNDES, 2015, p. 3). Os camponeses passam a ter algum acesso preliminar à “modernização da agricultura” após o início e efetivação do PRONAF, isso na década de 1990.

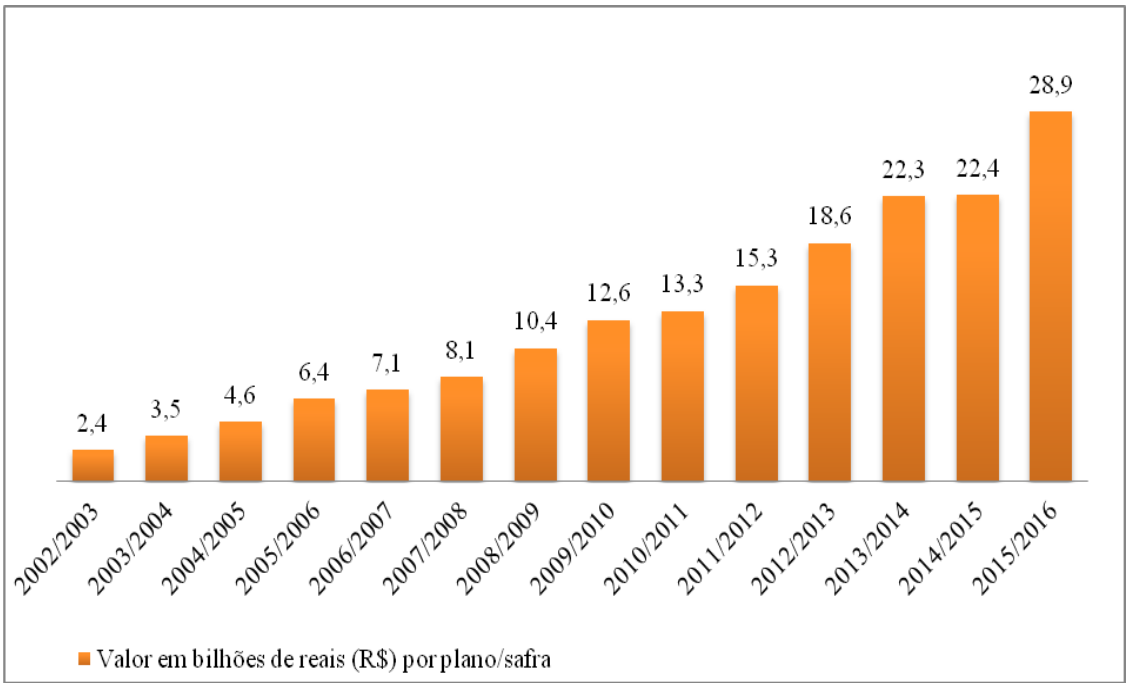
Na comunidade em estudo, o uso do PRONAF ocorre por meio da linha de infraestrutura, na qual a inclusão de máquinas e equipamentos é feita de maneira coletiva. Assim, a modernização vai sendo incorporada por meio de relações adaptadas ao contexto da comunidade.

As diretrizes do PRONAF[6] são normatizadas pela legislação no ano de 2006, sendo que, a partir desse período, o programa ganha maior difusão no Brasil. Até então havia concentração dos recursos na região Sul do país devido às especificidades da estrutura fundiária e à cultura camponesa da região.

Dessa maneira, a evolução dos valores liberados para o PRONAF (Gráfico 01) demonstra a dimensão que o programa foi tomando no decorrer dos anos.

[6] Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que normatiza e institui a Política Nacional para a Agricultura Familiar.

**Gráfico 01** - Evolução dos valores liberados para o PRONAF




Fonte: MDA, 2015. Adaptado pela autora.

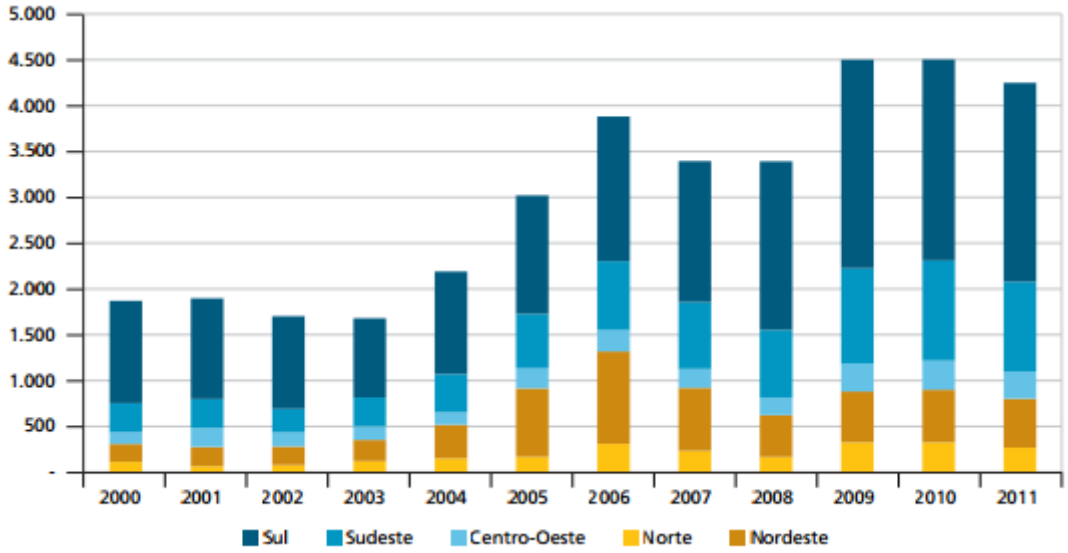
A difusão do programa demonstra que a iniciativa de oferecer subsídios aos pequenos produtores rurais atinge a atual dinâmica territorial da agricultura.

Assim, percebemos que o programa está consolidado como política de incentivo à produção, na qual o Estado tem liberado valores crescentes a cada plano safra e tem mantido as ações de financiamento e custeio, mesmo que estas sejam inferiores no aporte de recursos entre a agricultura familiar e o agronegócio.

Os dados apresentados no Gráfico 02 mostram a evolução da distribuição de créditos às regiões brasileiras desde o ano 2000 pelo período de uma década. Na distribuição dos recursos do PRONAF, a região Sudeste, na qual se localiza o município de Uberlândia, está na segunda posição em relação aos que mais recebem crédito.

Isso pode ser um indicador de que situação fundiária da região segue o padrão de propriedades maiores que quatro módulos fiscais, o que não é a situação do município de Uberlândia, devido à ocupação tradicional das áreas do município.

**Gráfico 02 –** Distribuição de crédito do PRONAF por região brasileira no período de uma década




Fonte: IPEA, 2014. Adaptado pela autora.

Nota: Valores em milhões de reais (R$).

Observando os dados do Gráfico 02, percebemos que a região Sul é a que mais recebe recursos para a agricultura familiar; em segundo lugar, está a região Sudeste do país.

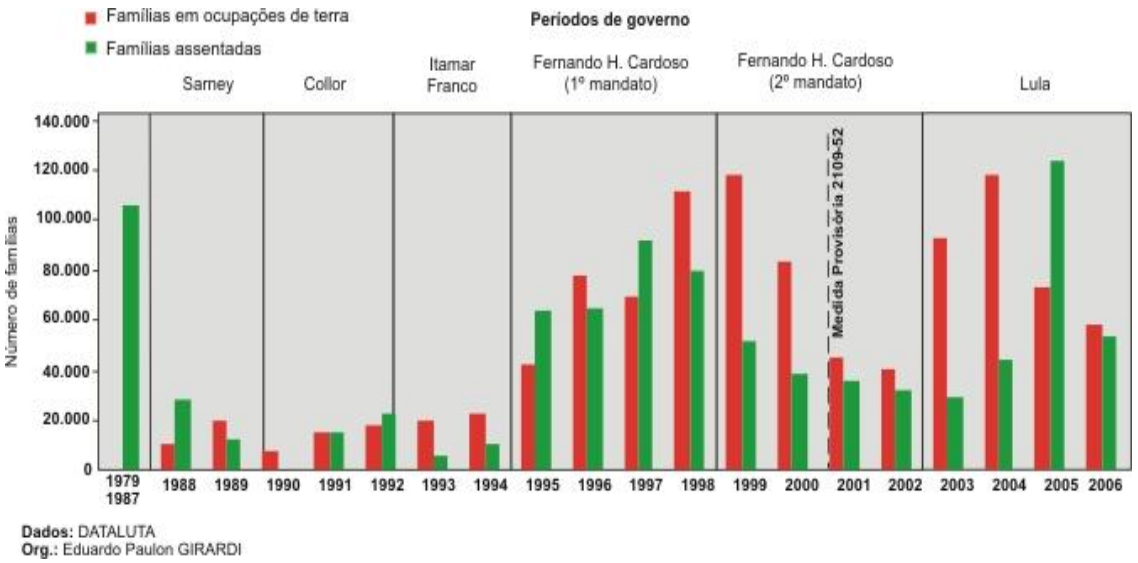
As informações do gráfico mostram uma situação em que a estrutura fundiária é fator que contribui para a distribuição da liberação de crédito para as regiões.

As lutas dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais, em décadas anteriores à sua criação do PRONAF, estão entre os elementos que colaboraram para a criação do programa. Essas lutas continuam presentes no campo até os dias atuais no campo.

Os dados constantes do Gráfico 03 nos permitem compreender as conquistas decorrentes da luta pela terra no Brasil. É possível perceber que os anos em que mais ocorreram ocupações foram 1998, 1999, 2003 e 2004, sendo que o auge de ocupações nesse período foi o ano de 1999.

Tais ocupações demonstraram a situação em que os pequenos produtores rurais estavam produzindo e exerceram um efeito de pressionar o Estado para adotar as novas políticas públicas para este segmento.

**Gráfico 3 –** Luta e conquista da terra no Brasil no período de 1979 a 2006




Fonte: Atlas da questão agrária brasileira, 2014.

No período de 1990 a 2012, o município de Uberlândia aparece com o maior número de ocupações em Minas Gerais, segundo dados do banco de dados de luta pela terra, com 53 ocupações representadas pelos seguintes grupos sociais organizados: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e Liga Operária Católica (LOC), que já tem conseguido áreas de assentamentos.

As ocupações atuam no sentido de pressionar os governos a efetivar a reforma agrária e mostra à sociedade a situação precária e de depredação social que muitos camponeses vivem no campo devido à distribuição desigual de terras no país.

Após a implementação do PRONAF, é possível dizer que houve uma melhoria significativa na configuração da produção agrícola familiar por meio do

emprego de novas técnicas que, até então, não eram acessíveis a esse grupo social ou eram até mesmo desconhecidas por eles, tendo em vista que o PRONAF tem como uma finalidade a aplicação de recursos na compra de tecnologias tais como insumos, fertilizantes, sementes melhoradas, agrotóxicos, máquinas etc., mantendo um aspecto de modernização da agricultura.

A produção modernizada em Uberlândia ocorre num contraste entre a produção de grãos em extensas áreas com o uso de tecnologias e a produção de hortifrúti como hortaliças, frutas, verduras e legumes diversos, em propriedades menores, com baixo uso de tecnologias para produção a não ser pelo uso de defensivos agrícolas, como no caso da produção de frutas.

Assim, a finalidade de modernizar a produção agrícola no Brasil carrega em si a ideia capitalista de alta produtividade, lucro e inserção no mercado internacional, e traz marcas e ideais de um período neoliberal da política brasileira no qual as empresas multinacionais detém o domínio da economia e o Estado atua apenas como um pano de fundo que atrai e incentiva a instalação dessas indústrias no intuito de abrir o mercado aos capitais estrangeiros.

O Estado atua com objetivo de aperfeiçoar o uso dos recursos, pois os complexos agroindustriais acabam se fixando onde se produz grãos em larga escala, viabilizando seus projetos de transformar essa produção agrícola em carne.

Em Uberlândia, podemos citar o caso da empresa Sadia (atualmente conhecida por Brasil *Foods*), voltada para a produção de alimentos frigoríficos.

A empresa instala o seu complexo industrial em uma região que reúne as condições favoráveis para sua atuação.

A presença dessa empresa vai selecionar produtores e impor uma lógica empresarial ao espaço rural, cuja tendência é integrar apenas aqueles que atendem as expectativas da empresa. Neste contexto, o produtor rural integrado vai ter que investir na propriedade, inclusive poderá lançar mão do PRONAF.

Desse modo, o PRONAF pode ser usado para substanciar a produção camponesa; no entanto, não rompe com a tradição “modernizadora” do crédito rural no Brasil, no sentido de que ele vem como um financiamento que visa à mudança da base técnico-produtiva na qual a forma tradicional de produção é desvalorizada e vai, aos poucos, sendo deixada de lado.

Na comunidade Olhos d’Água, observamos que a produção ocorre com financiamento próprio e que o uso do PRONAF se dá de maneira coletiva por intermédio do Conselho Comunitário Rural.

Dentro do contexto do programa, faz-se necessário compreender os aspectos da modernização da agricultura, pois ela está presente como pano de fundo para os processos vão ocorrer na agricultura brasileira nas últimas décadas.

O processo de “modernização da agricultura” brasileira se inicia na década de 1960, trazendo “mudanças atreladas ao projeto de modernização do território, mais especificamente à modernização da estrutura produtiva do campo, que se constituiu num processo desigual de expansão do capital entre produtores e regiões” (MATOS et al, 2011, p. 290).

A “modernização da agricultura” no Brasil vai atender a interesses específicos de grupos relacionados com setores da economia que passam a receber incentivos governamentais para estabelecer uma lógica empresarial de integração da produção no espaço rural. Até esse período, o rural brasileiro se caracterizava pelo predomínio de latifúndios voltados a uma única direção: os complexos rurais; e os trabalhadores produziam os alimentos básicos para o cotidiano.

Melo assinala que

> o complexo rural brasileiro era caracterizado essencialmente pela incipiente divisão do trabalho no interior das unidades produtivas, sendo que as atividades eram direcionadas para o suprimento do mercado externo com produtos agropecuários. Além do direcionamento das atividades para a produção de um determinado produto, visando o mercado externo, as unidades produtivas tinham que produzir também todos os bens intermediários e os bens necessários à produção de tal produto, bem como garantir a reprodução da própria força de trabalho envolvida nessas atividades. (MELO, 2011, p. 60).

Os meios de vida e a as necessidades da produção eram supridos no interior das propriedades e a produção era voltada para o mercado externo; o consumo interno era abastecido por meio de exportação.

Assim, o espaço rural brasileiro passa por transformações que, aos poucos, vão atingir todos os sujeitos envolvidos com a produção agropecuária. Tomemos como exemplo a alteração das técnicas nas quais temos uma mudança da tração animal para os equipamentos como tratores. Este processo se inicia na primeira década do século XXI, sendo influenciado por uma abordagem de planejamento territorial voltado para o desenvolvimento rural.

Um desenvolvimento desigual, motivado por interesses do Estado e do capital, que utiliza as carências dos sujeitos para promover as mudanças direcionadas aos interesses dos grupos dominantes da economia e da política brasileira.

Nesse sentido, podemos questionar até que ponto a “modernização da agricultura” age a favor e atinge os camponeses, ou se estes têm apenas que se adaptar a um novo contexto estabelecido de fora para dentro das porteiras de suas propriedades, fazendo tábula rasa de suas experiências e competências.

## *1.1 “Modernização” agrícola: especificidades do espaço rural em transformação*

O projeto de “modernização da agricultura” no Brasil traz ao espaço rural uma racionalidade determinada pelo mercado e pelo capital monopolista. No entanto, isso não ocorre de maneira homogênea, pois certos grupos foram favorecidos e, além disso, não é um processo que se realiza atingindo a todos os produtores rurais.

Para Teixeira (2005),

> a modernização trouxe um considerável aumento na produção agrícola, acentuando a exportação e contribuindo para um crescimento da economia nacional. Porém, se apresentou de maneira excludente, beneficiando apenas parte da produção, em especial aquela destinada para exportação, atendendo ao interesse da elite rural. (TEIXEIRA, 2005, p. 21).

As áreas voltadas à pequena produção vão ser atingidas mais tardiamente pela modernização por meio dos projetos que o Estado vem oferecendo.

A grande ferramenta para promover a tecnificação do espaço rural vem sendo a ação do Estado de estabelecer condições de acesso ao crédito agrícola subsidiado. A interligação da produção rural com as demandas da indústria é favorecida também pelo momento histórico em que a integração do território nacional é tida como uma meta.

A “modernização agrícola” tem a intenção de trazer elementos tecnológicos para a produção, isto é, integrar o espaço rural em uma tecnificação produtiva mediada pelo

> uso de inovações tecnológicas, a produção em alta escala, a dependência de elementos externos à propriedade, a integração com a indústria, a circulação da produção em outros países, a mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro, entre outros, são elementos da agricultura dita moderna. Na lógica capitalista, ser moderno é estar dentro desse sistema produtivo, que é excludente e concentrador. Seguramente, as empresas rurais são a “vitrine” da agricultura moderna no Brasil. (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 293).

Na comunidade estudada, a dependência das tecnologias apresenta especificidades. Os produtores camponeses utilizam tecnologias, porém o maquinário mais caro é adquirido de forma conjunta. Os recursos são buscados pelo conselho comunitário que representa os interesses dos produtores camponeses e dos moradores daquela comunidade.

Um dos pilares da modernização agrícola no município de Uberlândia foi o plantio de grãos, trazido e implementado por intermédio de incentivos

governamentais que ocorreram nos Cerrados a partir da década de 1970, o que veio a desmistificar a ideia do cerrado naturalmente improdutivo.

Santos, R. J. (2008), em sua obra acerca dos gaúchos e mineiros no cerrado de Iraí de Minas, apontou que “as políticas governamentais, direcionadas ao Cerrado, objetivaram transformar, radicalmente, as formas de ocupação dessas terras” (SANTOS, 2008, p. 22). Logo, nota-se que havia a possibilidade de “modernizar” e inserir essa área na lógica da linearização capitalista dos tempos produtivos.

A reestruturação no campo causada por essa nova configuração é permeada de incentivos técnicos e econômicos para produtores em grande escala, sendo que o pequeno ficou a margem desse processo. Os incentivos do Estado brasileiro direcionados à produção da soja trouxeram para o Cerrado avanços tecnológicos que se adensaram gradativamente.

> *“Antigamente a gente produzia na terra usando coisas mais simples pra ajudar, como a matraca, a plantadeira puxada por cavalos, num tinha nada de trator. Hoje isso ajuda demais, a gente num tem saúde pra ficar plantando do jeito que era mais não”.*[7]

As modificações vão ocorrendo com o passar do tempo. No que diz respeito à soja, conforme aponta Santos (2008, p. 56), “as lavouras e a infraestrutura proporcionada pela sua expansão criaram imposições sociais, redefiniram hábitos, costumes, interferiram na consciência dos homens”. Essas alterações que se efetivaram nessas áreas clivam não somente o âmbito produtivo, como também suas humanidades.

[7] Entrevista obtida com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d’Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.

As mudanças que ocorrem nesses territórios são nítidas na paisagem. A paisagem, segundo Serpa (2013, p. 170), “resulta de um processo de acumulação, mas é ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é una sem ser totalizante, é compósita, pois resulta de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados”. Ela mostra não apenas o visível, mas também o que é impossível de ser materializado a olho nu.

Como característica da “modernização da agricultura” a maior utilização de máquinas e implementos agrícolas vai modificar as relações de trabalho no espaço rural, o que promove um distanciamento do homem das tarefas, ficando este cada vez mais direcionado às atividades de gerência e tomada de decisões para a produção.

Mesmo que o homem não apareça de forma material na paisagem, é nítida sua presença e, nesse sentido, “a paisagem pressupõe a presença do homem, mesmo lá onde toma forma de ausência” (DARDEL, 2011, p. 32). Nas mutações da/na natureza, o homem sempre esteve presente e ele é parte essencial das modificações técnicas (Figura 01) e tecnológicas impulsionadas pelo capitalismo.

**Figura 01** – Plantio de cana-de-açúcar no espaço rural de Uberlândia e usina sucroenergética ao fundo no município de Uberaba

Fonte: Trabalhos de campo, 2015.

Os ciclos da natureza, em suas mais diversas escalas, são desfigurados e desraigados em função de uma produtividade linearizada, que visa à aceleração dos fluxos e adensamento das redes econômicas da nação. Isso afeta diretamente os sujeitos que estão inseridos neste processo; o que está de acordo com Tuan, a vida dos trabalhadores rurais, “está atrelada aos ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas” (TUAN, 2012, p. 142).

Na ampliação destes nexos, há intenso desenvolvimento biotecnológico nesse setor, que prioriza a produção em larga escala nos mais variados tipos de solos/relevos/climas. A pesquisa nesta área é incentivada por empresas governamentais e privadas no âmbito de Universidades brasileiras.

De acordo com Frederico,

> o Cerrado não era, antes da década de 1970, período de expansão da agricultura moderna, uma área desocupada, um grande vazio. O seu legado histórico deixou no território algumas heranças, representadas por uma incipiente rede urbana, subproduto, primeiro da atividade mineradora e, posteriormente, dos programas de colonização e construção planejada de algumas cidades e por um uma agricultura de pequenos produtores, principalmente em fundos de vales, ainda presente em diversas áreas. (FREDERICO, 2010, p. 40).

Tal configuração é próxima daquela que vemos hoje em Uberlândia-MG, principalmente no que diz respeito aos divergentes modelos produtivos no campo nas diferentes áreas do município.

Observa-se que a produção extensiva de gado permanece no município de maneira contundente; além disso, o setor de grãos está fortemente presente em Uberlândia-MG, representado por algumas das principais empresas graneleiras, tais como BUNGE, ADM, Algar Agro e Cargill. Algumas não trabalham apenas com grãos, mas com outros produtos agroindustriais como a laranja.

A Cargill possuía, até o ano de 2004, uma fazenda com aproximadamente 3.984 hectares, denominada São Vicente, voltada apenas para a produção de laranjas (RIO DE JANEIRO, 2005). No ano de 2004, a propriedade passou a pertencer à Citrosuco, do grupo Fisher S.A. Agroindústria, conforme examinado no ofício SDE/GAB nº 4.333, de 15 de julho de 2004. Tal empresa, ao se fundir com a Citrovita, do grupo Votorantim, em 2010, ocupou o posto de maior produtora de laranja e derivados do mundo.

Essa fazenda está localizada no limite de Uberlândia e Uberaba, e próxima à Usina Vale do Tijuco, usina sucroenergética da CMAA, fixada no município de Uberaba. A propriedade coopera para que o município esteja entre os maiores produtores de laranja do país.

Também há, no município, fazendas de eucalipto para extração de madeira, além de produção alimentícia em algumas propriedades e em assentamentos. Entende-se que a maioria das agroindústrias localizadas em Uberlândia realizam suas atividades em áreas propícias e recebem influência do município de Uberaba-MG por meio das usinas sucroenergéticas instaladas próximas aos limites fronteiriços municipais.

Essa dinâmica gera certa disputa no mercado de arrendamento de terras, provocando tensões territoriais em que o principal atingido é o produtor rural, que está alocado nas terras de desejo das grandes empresas produtoras de gêneros que servem de matéria prima para abastecer a agroindústria.

Esse produtor, na maioria das vezes camponês, entende a terra de uma forma diferenciada daqueles que fazem dela seu negócio, e, para ele, a saída da terra implica diversas modificações em seu modo de vida/cotidiano.

Alguns produtores presentes nas terras uberlandenses estão a vivenciar reestruturações provocadas pela cana-de-açúcar. Por ser necessário grande contingente de terras e água, as usinas se instalam próximas a corpos d’água. As terras utilizadas são, em grande maioria, arrendadas de produtores localizados nos territórios desejados pelo setor, assim como as agroindústrias de grãos.

A cana-de-açúcar presente em grande escala no município de Uberlândia-MG veio atender as necessidades das usinas localizadas no município vizinho, Uberaba-MG. Inaugurada em 2008, a usina Uberaba, próxima a Tapuirama, é propriedade da Cana Verde, do Grupo Balbo.

A Usina Vale do Tijuco pertencente à CMAA, também de Uberaba-MG, influencia o cultivo de cana-de-açúcar no município de Uberlândia-MG, está localizada próxima ao distrito de Miraporanga, operando desde 2010. Percebe-se que as duas usinas surgiram em datas próximas, o que intensificou as metamorfoses nas paisagens com importantes implicações nos territórios rurais do município.

Além da disputa territorial, há a “corrida” técnica em todos os âmbitos, desde o processo de escolha da semente até o tratamento e exportação da produção. Existe heterogenia em relação ao constructo técnico, ou seja, a forma como ele se mantém e é aplicado.

No espaço rural brasileiro, por exemplo, não se vê cultivos sem aplicação de nenhum tipo de técnica, até mesmo nas pequenas produções. Como forma de conseguir reproduzir sua existência no campo, o produtor efetiva diferentes técnicas em sua lida cotidiana. Muitas destas são pautadas em estratégias que combinam em distintas proporções elementos tradicionais de produção com tecnologias modernas.

Todavia, os complexos agroindustriais fazem com que as técnicas antigas presentes na pequena produção não sejam suficientes para atender as suas demandas, principalmente quando se trata de integração, provocando, de maneira geral, um afastamento do homem e de seus saberes do espaço rural.

No contexto do agronegócio e de suas imposições, os complexos agroindustriais fazem de Uberlândia-MG um importante município no contexto agropecuário e com avanço técnico e tecnológico. Sua importância está tanto na pecuária quanto na agricultura e um não anula o outro; pelo contrário, muitas vezes se complementam.

Entende-se por agroindústria aquela unidade de produção que processa os produtos agrícolas em primeira instância. Por conta disso, seria esperado que a agroindústria fosse subordinada ao campo. Entretanto, por advento do oligopólio destas agroindústrias, o produtor fica preso a elas, permitindo que controlem os preços – afinal são, na maioria das vezes, os únicos compradores.

A este processo é dado o nome de “industrialização à jusante” da propriedade (KAGEYAMA *et al*, 1990), em que a indústria controla o fluxo da produção agropecuária para além da porteira da propriedade. Esta industrialização à jusante necessita não só de um convencimento pela dominação do discurso, mas de infraestrutura que permita o escoamento da produção.

Essas indústrias reordenam o espaço em função da aceleração dos fluxos do capital. Para tanto, usam seu poderio econômico para adquirir poder político, elaborando toda reformulação necessária para reprodução de sua lógica.

Há também outro tipo de industrialização: “à montante” (KAGEYAMA *et al*, 1990), que se manifesta nos limites da porteira. Ela traz a indústria para a propriedade, subordinando o produtor por meio da venda de insumos e

maquinários agrícolas. No Brasil, esse processo teve princípio durante os anos 1950, quando se intensificou o uso de maquinários e insumos importados.

Por meio da modernização e tecnificação da produção no campo, as terras que antes eram consideradas inférteis ou de baixa produtividade, as planas, passam a ser progressivamente mais valorizadas pela facilidade para o uso de máquinas, tanto para o preparo como para a colheita da produção.

Há reordenação dos territórios agrícolas por conta das novas possibilidades proporcionadas pela introdução destas novas técnicas e tecnologias. Conforme apontado anteriormente, tal situação se reproduz intensamente nos Cerrados mineiros.

Dessa maneira, pode-se perceber que há integração entre diversos capitais na produção agrícola, ou seja, a antiga divisão entre o rural e o industrial passa a ser crescentemente tênue, revelando um jogo de poder no qual o primeiro vai sediando no campo os capitais que nele se reproduzem. Cada vez mais, vemos que a produtividade agropecuária está atrelada ao capital, tanto das indústrias de insumos e maquinário, como das agroindústrias. E é justamente nisso que consistem os complexos agroindustriais (CAIs).

Por conta desse processo produtivo, o industrial surge no campo como uma força (des)(re)territorializadora, reordenando os fluxos para acelerar a reprodução ampliada de seus investimentos e do domínio da lógica capitalista. Os complexos agroindustriais se territorializam a partir de uma multiplicidade de discursos que permeiam os jogos de poder, desterritorializando as antigas lógicas que regiam estes espaços que passam a ocupar.

Estes novos territórios industriais se instalam por meio do uso do seu poder econômico, o qual faz, inclusive, com que muitos municípios disputem, oferecendo vantagens tributárias para sediar tais empresas. Adquirem também poderio político. Entretanto, esses municípios apresentam problemas estruturais e infraestruturais para receber as grandes empresas, pois, na esteira dos empreendimentos, comparecem várias contradições e tensões inerentes ao modo de produção capitalista, as quais, muitas vezes, não eram presentes anteriormente.

Entretanto, convém considerar que “os territórios e suas respectivas territorialidades adquirem incontáveis possibilidades de manifestações no espaço geográfico e no tempo, muito além daquela puramente dirigida por um aparelho estatal” (EDUARDO, 2006, p. 181).

Na Comunidade Olhos d’Água identificamos formas específicas de organização da produção.

> *“aqui muita gente vai levando a produção sem financiamento, pra evitar se endividar com o banco. Também é tanta coisa que eles pede pra você arrumar de papel, isso vai dificultando... Outra coisa que num deixa a gente entra no banco é que a gente num sabe muitas vezes como vai ser a produção. Então aqui pra nóis funciona assim, nóis guarda um tanto do dinheiro que deu numa safra pra investi na próxima.*
>
> *a gente usa das parcerias com os vizinhos, um ajuda o outro, a questão de financiamento é muito pouco. Quando a gente usa é pra compra máquina pro conselho comunitário”.*[8]

Nesse sentido, o uso do território vai traduzindo os aspectos da “modernização agrícola” que não foram pensados pelos articuladores desse

[8] Entrevista realizada com produtor rural da comunidade Olhos d’Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

processo que é voltado, sobretudo, aos produtos agrícolas que potencializam o agronegócio.

Durante os trabalhos de campo, percebemos que os camponeses da comunidade em estudo se adaptam a esse novo contexto, utilizando estratégias produtivas que consideram os saberes tradicionais e os instrumentos modernizantes movidos pelas ações do Estado.

As situações observadas se mostram contraditórias ao ideal de modernização agrícola, porém a produção camponesa se desenvolve lado a lado com a produção tecnificada.

## *1.2 O papel do Estado no agenciamento de tecnologias modernizadoras para os camponeses*

O Brasil tem na agricultura um dos grandes pilares da economia, sendo a produção de *commodities* o que movimenta a balança do comércio internacional de produtos agrícolas.

O modelo agroexportador permanece e tem na exploração da produção de grãos, de carne e de madeira um forte mantenedor desse modelo. Além disso, a produção está cada vez mais atrelada à indústria e aos padrões do mercado.

Para Matos; Pessôa (2011),

> o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes

> extensões de terras, pouca mão-obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, enfim, empresas rurais. Para o Estado esse é o modelo que fez prosperar e desenvolver o campo brasileiro, porque contribui com o PIB (Produto Interno Bruto), responsável pelo crescimento da economia, empregos e produção de alimentos. (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 4).

Entretanto, devemos ter clareza de que a produção de alimentos é realizada por modelos produtivos diferentes das empresas rurais, como é o caso da produção camponesa.

O financiamento da agricultura pelo Estado se dá de maneira desuniforme, tendo em vista que a agricultura empresarial tem concentrado, nos últimos anos, mais de 70% do crédito disponibilizado para financiar a agricultura nacional. Os camponeses passam a ter um importante incentivo governamental no Brasil a partir da década de 1990.

Com a criação do PRONAF, passa a ser disponibilizado crédito aos camponeses, que vão tendo melhores condições de produzir e de colocarem seus produtos no mercado.

A agricultura praticada pelos camponeses ainda ocupa o predomínio da produção agrícola em várias regiões do Brasil, sendo essencial para a economia de vários municípios. Além disso, é uma opção viável para a resolução de dificuldades sociais como o desemprego, a fome e a desnutrição, pois pode proporcionar um desenvolvimento sustentável com geração de emprego e renda no meio rural.

A existência de políticas públicas voltadas ao meio rural e aos pequenos produtores indica a importante participação desse espaço produtivo na

economia do país, e contribui para a permanência do homem, e também de sua família, no meio rural.

Os camponeses da comunidade Olhos d'Água utilizam minimamente os programas do Estado para o financiamento da produção. As diferentes etapas produtivas são providas com recursos dos próprios camponeses que trabalham dentro de condições que não comprometam suas terras.

Na atualidade, as relações entre as pessoas estão organizadas cada vez mais sob uma lógica do imediatismo, em que uma racionalidade empresarial domina todos os cenários produtivos. Para Brandão (2007),

> essa racionalidade do "agronegócio" é o melhor (e o pior) espelho das estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção. Altera - às vezes depressa demais – espaços, terras, territórios, cenários, tempos e paisagens. Movida pelo peso do capital, pela racionalidade capitalista e por uma tecnologia industrializada (BRANDÃO, 2007, p. 38).

As ações de políticas públicas que atingem a pequena produção estão articuladas às estruturas de produção de alimentos, sendo que o modelo da agricultura moderna carrega em sua essência contradições, principalmente no que diz respeito ao acesso às tecnologias que estão acompanhadas de um conjunto de medidas impositivas não acessíveis aos camponeses, que acabam ficando no limiar da produção modernizada.

O uso e (re)produção do espaço rural vêm sendo moldados pelos complexos capitalistas que direcionam os investimentos e as estratégias de organização do espaço mediadas por um planejamento voltado para a lógica de mercado globalizado. Assim, as políticas públicas direcionadas à pequena

produção rural representam o reconhecimento de uma categoria social envolvida com o trabalho rural em áreas menores.

Cabe atentarmos que a pequena produção rural ocupa um papel relevante no desenvolvimento agrícola brasileiro, representa uma parcela significante da produção de alimentos no país, gera empregos, sustento e renda para as famílias que subsistem praticando essa atividade produtiva.

É fundamental apreender de que maneira a ação do Estado se faz presente nos lugares, analisando as capacidades de articulação dos sujeitos para dialogarem com o que lhes é oferecido nas políticas públicas, como o PRONAF.

Na comunidade em estudo, a utilização das políticas do estado para as pequenas produções apresenta especificidades. O PRONAF é tido como um recurso que oferece possibilidades de uso que atendam as demandas produtivas da comunidade.

A maior expressão no uso dos recursos se dá por meio do Conselho comunitário rural, que se constitui como sendo base territorial local em que os camponeses se reúnem para reivindicar seus direitos e as demandas que serão levadas ao poder público.

No caso dos camponeses, apesar de contarem com a possibilidade de usar de créditos federais, estes tomam como primordial para a garantia da manutenção da produção as estratégias comunitárias para o trabalho familiar e a criatividade camponesa.

Nas diferentes formas de existir, os produtores camponeses são favorecidos pelos desdobramentos das relações comunitárias que utilizam as ações estatais em favor dos membros da comunidade, administrando, assim, as imposições tecnológicas e socioespaciais.

A partir desse contexto, no Capítulo 2 discutiremos o conselho comunitário rural como imposição do Estado e tido como condição de organização social de mediação para a obtenção de direitos como o acesso às políticas públicas.

# CAPÍTULO 2

# POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

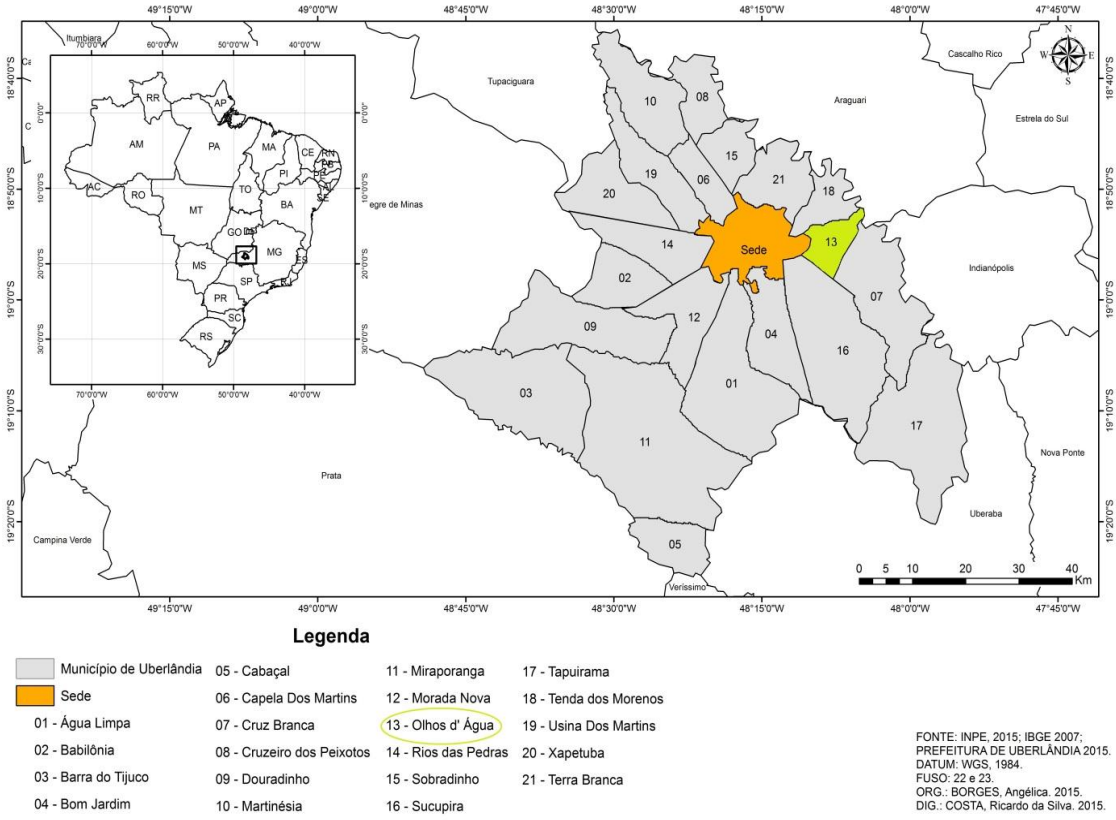
## 2.1 O conselho comunitário como espaço de debate e encaminhamento das demandas comuns

O município de Uberlândia localiza-se a Oeste do estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, entre as coordenadas 19°14” e 18°34” de latitude Sul e 48°50” e 47°03” de longitude a Oeste de Greenwich, como apresenta o mapa 01.

A comunidade Olhos d’agua, em destaque no mapa 01, é uma localidade tradicional no município de Uberlândia, sendo que a área do conselho comunitário é de 6.812 hectares. A população é constituída por produtores rurais que vêm de famílias estabelecidas nessa área desde tempos pretéritos. As áreas de pequenos produtores rurais representam 83,6% da estrutura fundiária no conselho comunitário.

O Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural Sustentável, criado no ano de 2002 em Uberlândia, é resultado do zoneamento do espaço rural utilizado como instrumento de gestão municipal. Tem por “finalidade principal a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural do Município” (Lei Municipal nº 8148/02).

**Mapa 01** – Localização do município de Uberlândia-MG com delimitação dos conselhos comunitários rurais




Fonte: Prefeitura de Uberlândia 2015; INPE, 2015; IBGE 2007

Nota: Destaque para área de estudo, o Conselho Comunitário Olhos d'Água.

Os Conselhos municipais correspondem às políticas públicas descentralizadas e são, em sua maioria, originários da linha de infraestrutura e serviços do PRONAF. Essa linha do programa “foi criada para apoiar o desenvolvimento rural dos municípios cuja base econômica é a agricultura familiar” (MDA, 2003). A gestão, no âmbito municipal, é realizada pelos conselhos municipais.

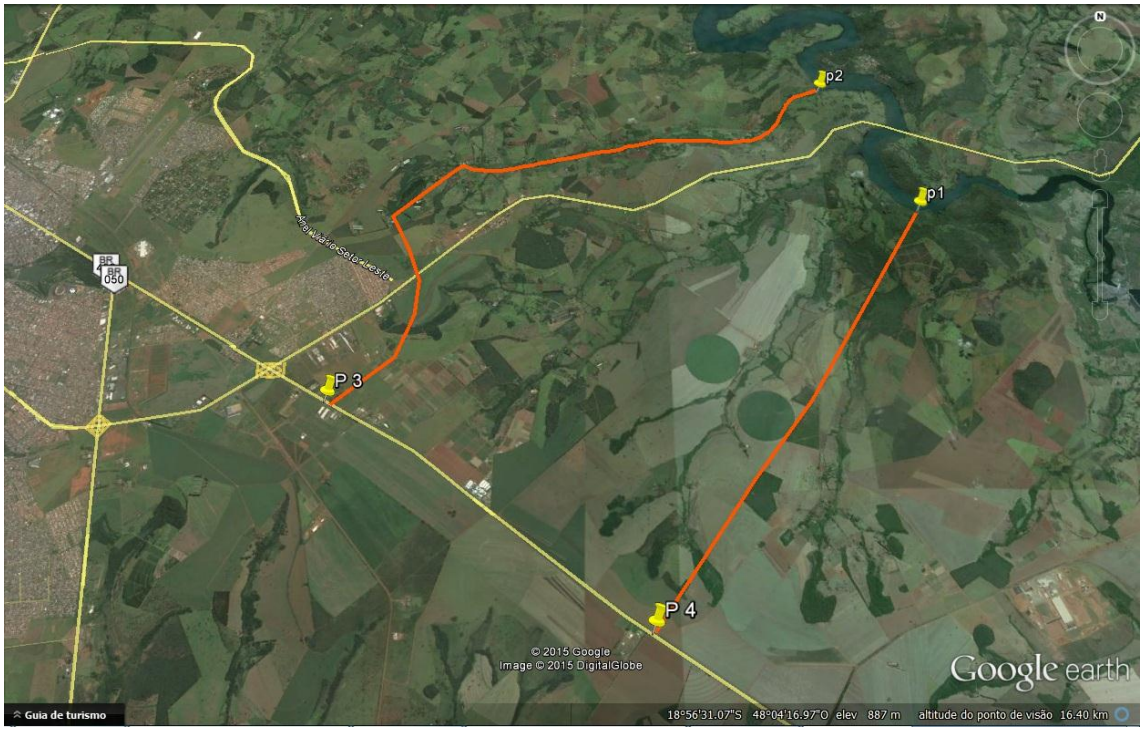
O Conselho municipal de desenvolvimento rural tem por objetivo garantir a participação efetiva das comunidades locais na definição de prioridades para ampliação dos resultados produtivos do espaço rural municipal. Dessa forma, constitui-se como um instrumento para gestão social das políticas públicas.

A prefeitura do município intervém administrativamente no espaço rural a partir de conselhos comunitários, sendo no total 21 conselhos que constituem como zoneamento do espaço rural para gestão e planejamento territorial.

A comunidade rural estabelecida no Conselho Comunitário Olhos d’Água, localizada na porção nordeste de Uberlândia-MG (Figura 02), bem próximo da área urbana, é constituída, sobretudo, por camponeses. Sua extensão vai desde a BR 365, Km 607, próxima ao anel viário leste seguindo até o limite do município no Rio Araguari; do outro lado, faz divisa com o conselho comunitário Cruz Branca e tem na BR 452 a outra extremidade.

A Figura 02 traz uma imagem de satélite com demarcação aproximada da área do Conselho Comunitário Olhos d’Água, conforme o mapa 01.

**Figura 02** – Imagem de satélite com demarcação aproximada da área do Conselho Comunitário Olhos d'Água




Fonte: Google Earth, 2015. Adaptado pela autora.

A área do Conselho Comunitário Olhos d'Água tem como característica marcante a existência de muitas nascentes, áreas úmidas e córregos com grandes volumes de água.

Além disso, é uma área de ocupação muito antiga. Em trabalhos de campo, ouvimos em relatos dos antigos moradores que fazendas pioneiras se instalaram nessa região, e mantém até a atualidade elementos na paisagem que remetem a esses tempos antigos. É uma área de produtores e instalações tradicionais.

As áreas pioneiras se formaram com o intuito de criar gado. Essas propriedades tinham como característica extensas áreas de pastagem. Com o passar dos anos e o desmembramento dessas grandes propriedades em pequenas propriedades, as relações produtivas foram mudando e voltando-se primordialmente para a agricultura.

Nessa comunidade rural há predomínio de terras propícias para atividade agrícola, comumente utilizadas de acordo com as tradições camponesas para o cultivo de alimentos, produzindo-se, principalmente, olerícolas e frutas destinadas ao mercado consumidor da cidade de Uberlândia e entorno.

Os produtos são vendidos, sobretudo, em feiras livres, na CEASA – Central de Abastecimento de Minas Gerais e, também, na propriedade, para empresas que realizam o processamento de leite e de frutas. Alguns testes de qualidade são realizados dentro da propriedade, sempre que os produtos são comercializados localmente, visando atender as necessidades do comércio e indústria.

Na contramão das expectativas do cenário capitalista, a prioridade com a comercialização é basicamente a produção dos meios de vida, sem o interesse de expandir áreas de produção. Suprime-se, assim, projetos e viabiliza-se, a partir do trabalho, a reprodução social da família.

A Comunidade Rural Olhos d'Água possui 83,6% de produtores camponeses e, para estes, representa espaço de vivência, trabalho, produção, lazer e interação social. Além disso, esses produtores vivem do/no campo, utilizam as condições naturais e práticas socioprodutivas derivadas dos

saberes campesinos para continuarem produzindo no contexto agrícola contemporâneo.

Para Wortmann (1997),

> o saber fazer camponês constitui um modelo de apreensão do mundo, com relativa coerência interna; um know-how cujos pressupostos são dominados cognitivamente pelo camponês, ao contrário das premissas do pacote tecnológico originado da ciência ocidental, onde o saber é compartimentado e cujas premissas estão fora do domínio cognitivo do sitiante. (WORTMANN; WORTMANN,1997, p.180).

O campesinato se apresenta num contexto de particularidades no lugar Olhos d'água, onde as relações de produção são mediadas pelas práticas da comunidade e os nexos do modo de vida camponês encontra espaço para se revelar.

O camponês que estamos analisando é aquele produtor que, na relação com os agentes institucionalizados, consegue distinguir várias possibilidades de continuar vivendo no cerrado.

Tal situação afirma a identidade camponesa, pois ocorre fundamentada nas relações sociais e de produção estabelecidas na família e comunidade.

A questão da identidade é tratada neste trabalho considerando o seu dinamismo. Segundo Kinn (2010), "não se entende o camponês dissociado das categorias tempo e espaço, essenciais para analisar o sujeito social, naquilo que lhe é mais tradicionalmente atribuído, o mundo vivido". Desse modo, de acordo com KInn (2010),

> "considera-se a identidade do sujeito que, para Hall (2005), não é mais unificada, definível e estável, mas encontra-se em processo de fragmentação e, por isso, pode estar sendo

> compostas por varias outras identidades, geralmente confiantes e não resolvidas. No entanto, é necessário admitir que, mesmo assim, o sujeito social existe, sob essas condições".

A relação com a terra, o trabalho e família é bastante definida no campesinato, contudo, a partir da realidade consideramos a dinamicidade das relações.

Esse camponês compõe também um cenário político e a sua existência, em localidades territorializadas por práticas sociais historicamente constituídas, reforça a existência do campesinato no cerrado e das suas influências mútuas.

A comunidade assume uma atuação como força política do lugar, interna e externamente, na qual a família camponesa aparece como um poder de representação, organização e reinvindicação. Assim, a comunidade torna-se capaz de mediar a solução dos problemas de existência camponesa em várias esferas do processo produtivo (SANTOS, s/d., p.17).

A permanência de pessoas no espaço rural contemporâneo, posterior à "modernização" da agricultura, é colocada em questão ao pensarmos um contexto agrícola marcado pela tecnificação do trabalho, uso de tecnologias e adoção de normas técnicas que impõe padronizações na produção.

Na área em estudo, o processo produtivo ocorre e se desenvolve com uso de tecnologias adquiridas coletivamente e as produções são bastante diversificadas.

Entretanto, a realidade do espaço rural brasileiro demonstra que essa "modernização" fundamentada na imposição de pacotes tecnológicos para dinamizar a produção ocorreu, mas não foi capaz de padronizar as práticas

produtivas, que se sustentaram no espaço rural, indicando habilidades heterogêneas e, em tempos atuais, transmutadas na coexistência de elementos “antigos” e “modernos”.

Ao pensarmos na produção que utiliza de elementos tradicionais, podemos considerar os saberes e fazeres e a transmissão do conhecimento diretamente relacionada com o uso de técnicas de produção modernas. Esse tema será tratado mais refinadamente no terceiro capítulo.

Em Uberlândia, assim como em outros municípios, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural alcançam um cenário de

> procedimentos técnicos e administrativos que ampliaram a possibilidade da gestão social das políticas públicas, para além das fronteiras restritas da ação dos órgãos governamentais. Assim, abriu-se espaços para a sociedade civil intervir concretamente na formulação, implementação e avaliação das políticas destinadas a promover o fortalecimento da agricultura familiar no país. Concomitantemente a isso, deu-se enorme importância ao tema da gestão social das políticas públicas, tornando-as mais representativas e democráticas. Por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), os agricultores e suas representações passaram a ter vez e voz no processo de elaboração e implementação do programa de fortalecimento da agricultura familiar. (MATTEI, 2005, p. 62).

Os conselhos vão atuar como instrumentos de gestão e monitoramento social e, em tese, são dotados de potencial para a transformação política, pois estão relacionados ao processo de tomada de decisão e à formação de políticas.

Dessa forma, compreendemos a importância dos conselhos comunitários de desenvolvimento rural “sustentável” que, mesmo sendo impositivos, são uma possibilidade de participação dos sujeitos nas políticas públicas e no provimento de elementos para a promoção de um

desenvolvimento territorial rural que considere a realidade vivida no cotidiano destes.

Na literatura – como afirma Abramovay em 2001, no Dossiê Desenvolvimento Rural da Revista Estudos Avançados – a constituição dos conselhos de desenvolvimento rural inicia-se no Brasil “a partir de 1997, como condição para que os municípios recebessem recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua ‘linha’ de infraestrutura e serviços” (ABRAMOVAY, 2001, p. 127).

Os Conselhos Comunitários de Desenvolvimento Rural podem ser vistos como um caminho de diálogo dos camponeses com o poder público local, em que as necessidades são apresentadas coletivamente e as prioridades para solução são definidas.

Nas reuniões dos conselhos são apresentadas pautas de interesse comum e a direção do conselho expõe as demandas que foram atendidas, bem como as que estão sendo providenciadas.

Simmel, em estudo sobre a sociabilidade e individualidade, desvela que acima de todo seu conteúdo “especial”, "todas essas associações são acompanhados por uma sensação de satisfação no próprio fato de que um estar associado com os outros, em que a solidão do indivíduo é resolvida em união, a união com os outros” (SIMMEL, 1971, p. 128).

Para o produtor camponês, estar associado à comunidade em estudo representa a realização da reciprocidade em aspectos nos quais a sociabilidade comunitária está presente no cotidiano. As demandas comuns são atendidas por meio das relações comunitárias.

Para além das necessidades, há desejo do indivíduo em se sentir parte de algo maior. Os camponeses se organizam, pois continuam com certo sentimento de ausência de auxílio do Estado, viabilizando, assim, suas próprias possibilidades de continuar existindo no lugar.

A organização em comunidade está presente nas relações produtivas e na comunidade estudada os produtores praticam da ajuda mútua

> *"a gente não precisa pagar os outros pra fazer serviço. Geralmente nois entre os vizim se ajuda. Eles vem num dia quando eu preciso e ai quando ele precisa eu vou também. Porque se for espera, por exemplo, os trator da prefeitura, a gente nunca faiz nada, nem sempre eles podem atender a gente".*[9]

Isso demonstra que a organização social, de comunidades, grupos, conselhos, classes, entre outras, é a mais efetiva possibilidade de colaboração, participação e uso das políticas públicas.

Essas organizações constituem-se como elementos do cotidiano e do processo produtivo dos camponeses; portanto, fortalecem a permanência no espaço rural diante das incertezas impostas no contexto da "modernização" agrícola.

O lugar organizado em conselho comunitário, na comunidade rural Olhos d'água se torna um espaço que propicia o fortalecimento das relações entre vizinhos, nas quais os sujeitos podem discutir formas de reivindicar direitos. "O lugar define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente [...]. Assim, cada lugar se define tanto por

[9] Entrevista realizada com produtor rural da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional” (SANTOS, 2002, p. 159).

O lugar é produzido a partir da afetividade, da sensação de pertencimento, do modo como nos adaptamos e nos apropriamos das realidades globais que se introduzem no local, que dão sentido à própria distribuição objetiva das coisas e das pessoas nessa porção do espaço geográfico.

Desse modo, cada qual com seu objetivo têm, no coletivo, o agrupamento de sentidos (de poder) necessário para a continuidade dos vínculos, considerando-os em seus devires.

## 2.2 Comunidade Olhos d’Água: organização dos camponeses e suas capacidades de acesso as políticas públicas

Os trabalhos de campo propiciaram ampliação sobre a compreensão da comunidade pesquisada, as reuniões demonstraram como os sujeitos se articulam e fazem uso das políticas públicas, a fim de atender suas necessidades produtivas.

Além do debate teórico a respeito dos produtores camponeses, no campo fomos aos lugares vividos dos pesquisados e procuramos observar as transformações socioespaciais. Ainda como recurso metodológico, agimos estabelecendo reflexões teóricas empíricas. Os fatos e fenômenos vivenciados

no campo tornam-se, neste procedimento, importante material para atuarmos em comparação à teoria.

Para os camponeses o conselho comunitário, mesmo sendo uma imposição, representa uma conquista, pois se traduz num espaço em que é possível apresentar as necessidades comuns e ter a resolução de problemas.

Na comunidade rural Olhos d'Água os interesses mútuos estabelecidos são repletos de elementos da territorialidade e indicam habilidades (principalmente políticas) na apropriação social do território, bem como permitem transformações nas realidades vividas coletivamente.

A territorialidade pode ser entendida como um conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólica e cultural e o sentimento de pertencimento. Para Almeida (2005, p. 109), a territorialidade se traduz como o "[...] resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas".

Diante disso, compreendemos que a identidade cultural também dá sentido e significado ao território. Enfim, a intensa articulação entre todas as dimensões é o que vai possibilitar uma compreensão da totalidade dos fenômenos que se manifestam no território (ALMEIDA, 2011).

Dessa forma, as relações sociais traduzem as manifestações de poder no território. São elas que dão significado, concreto e também abstrato, às relações de poder. As tensões diárias acontecem nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, delimitando, assim, as competências e habilidades de se articular politicamente no cotidiano da comunidade.

A comunidade Olhos d'Água é composta por múltiplos sujeitos que se apropriam do espaço; segundo Raffestin (1993), "ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço" (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O território da comunidade Olhos d'Água é uma referência repleta de significado e memórias. Dessa maneira, os sujeitos que com esta se envolvem, carregam um sentimento de pertencimento e responsabilidade pelo cuidado com aquele território.

Essa relação de pertencimento à comunidade pode ser expressa nos jogos de futebol (que ocorrem todos os domingos na venda), nas festas religiosas e na participação no conselho comunitário.

> *"Aqui tinha muito campeonato de futebol, a rivalidade era grande com o time da comunidade da Tenda, era sempre muito disputado. Agora num tem mais time do Olhos d'Água porque num tem mais gente novo pra jogar bola , mas o pessoal da comunidade vem assistir os outros times jogar".*[10]

Assim, observamos que o conceito de território se aplica à situação da comunidade, indo de acordo com os apontamentos de Mesquita (1995), segundo os quais "o território é o mais próximo de nós, logo, falar de território é também falar de sujeitos, de vida cotidiana, de sentimentos e de desejos, enfim, é falar do próprio lugar" (MESQUITA, 1995, p. 56).

As relações entre os sujeitos da comunidade demonstram que esta sobrevém em um território socialmente construído, mediado e mediador das

[10] Entrevista realizada com comerciante da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

relações dos sujeitos com os lugares, com aquilo que se faz e onde as humanidades se manifestam.

Na contemporaneidade, vivemos um momento em que a globalização atinge as relações sociais e, em muitas situações, se dá maior atenção à visão global, que tem sido utilizada nas análises buscando estabelecer padronizações de ações. No entanto, as especificidades dos lugares demonstra a multiplicidade de relações que nele se estabelecem.

Em sua lógica de raciocínio, Saquet (2003, p. 24) coloca que “o território (transnacionalizado) se reafirma pelo lugar, é um lugar de relações e este, um território, a partir da apropriação e produção do espaço”. Para Barcellos (1995, p.47) “o que o território oferece, enquanto lugar é um ponto de referência, uma âncora para um grupo”.

As relações agregam valores sociais ao território, sendo que os grupos sociais dos camponeses da comunidade estudada convivem entre si e, em muitos casos, existem parentescos entre os sujeitos locais que vivem a comunidade.

Dessa maneira, as relações sociais constituídas no território são o substrato do cotidiano e das vivências, e “o território não é apenas chão e propriedade, é relação social. Por meio de vínculos, por criações ou invenções humanas, através de práticas sociais, é que se produz território” (HEIDRICH, 2005, p. 56).

Os camponeses na reinventividade de seu existir, usam a memória como pressuposto para a permanência de seus vínculos com o lugar, mas criam novos sentidos e representações.

Na Comunidade Rural Olhos d'Água observamos formas de produção dos meios de vida que podem ser vistas como uma condição de existência social local. A restituição de práticas no entremear das lógicas campesinas e da produção modernizada é algo recorrente nas diferentes produções rurais; assim, práticas que poderiam ter ficado esquecidas no passado assumem feitios renovados, de forma condizente com as situações contemporâneas.

Na lógica capitalista e do planejamento para desenvolvimento territorial rural, o conselho comunitário é uma conquista da comunidade, que passa a ter um espaço para discutir as carências da comunidade e buscar formas para que providências sejam tomadas.

Os pequenos produtores da comunidade, nesse processo, se reinventam no modo de agir e pensar, partindo para uma apropriação desta ferramenta de planejamento territorial para, assim, nutrir outras lógicas de vida social do sujeito no/do campo.

> *"Tem gente da comunidade que num faz parte do conselho sabe! Mas nois prefere participar, pra poder usar dos equipamentos e também porque no conselho que a gente fica sabendo das coisas e pode opinar pra trazer melhoria pra nóis".*[11]

A dimensão política da vida camponesa tem no conselho um forte aliado. Os produtores assumem o conselho comunitário rural como mediador para capturar partes das políticas públicas.

[11] Entrevista realizada com produtor rural da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

Com a participação no conselho, os produtores veem a possibilidade de ter suas demandas comuns atendidas – por exemplo, na manutenção de estradas, o conselho é que reivindica as ações do estado.

Os saberes e fazeres desses sujeitos orientam suas concepções de mundo, as quais passam a incorporar o conselho comunitário como elemento do espaço benéfico às situações que vivem coletivamente.

Assumindo caracteres heterogêneos, as especificidades desse modo de viver no e do lugar tornam os sujeitos politicamente habilidosos, capazes de entender os contextos em que estão inseridos e pautarem como direito, em suas reuniões, o atendimento de suas demandas. Mais que uma existência opositiva às imposições, é modo de continuidade da reprodução de algo que, pela ordem “racional”, deveria ter sido abandonado.

Isto se mantém como resíduo, é visto como aquilo que fica para os sujeitos, mesmo que haja mudança nas condições. O traço residual traz a possibilidade de (re)inventar as coisas (as relações, as práticas etc.). Seja como memória, seja como prática, o resíduo é o que tem significado e permanece no tempo para ser usado.

Assim, as relações comunitárias seguem nexos colaboraborativos em que a ajuda mútua é fortalecida nas práticas sociais envolvendo troca de serviços, doação nos períodos de preparo de silagem, na compra coletiva de insumos e máquinas agrícolas, dentre outros.

Santos afirma que “a comunidade torna-se capaz de mediar a solução dos problemas de existência camponesa em várias esferas do processo produtivo”, atuando como “força política do lugar, que assume, interna e

externamente, a família camponesa como um poder de representação, organização e reeinvidicação” (SANTOS, 2009, p. 18).

Tomemos como exemplo o uso de maquinário partilhado. Este pode ser visto como uma ação construída a partir de lógicas campesinas, na qual os equipamentos podem ser utilizados por todos os membros do conselho comunitário, sendo cobrado o combustível e um valor bem abaixo do mercado para manutenção do maquinário (Figura 03).

**Figura 03** – Equipamentos de uso comum, disponíveis para a comunidade

Fonte: Trabalhos de campo, Comunidade Olhos d’ Água 2015.

No conselho comunitário rural Olhos d’Água, cada associado paga uma taxa mensal com um preço simbólico para manutenção e investimento em ações para a comunidade. Em 2015, o conselho possuía 60 associados que contribuíam todos os meses. De acordo com estimativa do seu presidente, a comunidade possui 150 produtores rurais.

Cada produtor que vai utilizar os equipamentos do conselho comunitário precisa apenas realizar o pagamento de diárias de um trator, uma vez que o maquinário que o conselho já adquiriu é apenas para usos mais especializados.

A comunidade possui os seguintes equipamentos: perfurador de solo, plantadeira, ensiladeira, lâmina para limpeza de curral, distribuidora de calcário, pulverizador, grade niveladora e carreta. Todos os membros da comunidade podem fazer uso desses equipamentos, sendo ou não contribuintes com o conselho comunitário.

A utilização de maquinário partilhado é mais do que um procedimento que visa a economia, é um exercício de uma experiência comunitária em que as demandas no trabalho com a terra são relacionadas e podem ser supridas com a ajuda da comunidade.

As demandas para adquirir novos equipamentos e insumos agrícolas são apresentadas nas reuniões. Em certos casos, os produtores rurais se associam no frete e a contribuição que eles fazem mensalmente ao conselho é utilizada para esse fim; quando o dinheiro não é suficiente, eles fazem o rateio do valor que estiver faltando.

Desse modo, os camponeses vão produzindo em conjunto os meios para continuar tendo o conselho comunitário funcionando e atuante, o que demonstra a dimensão política dos sujeitos analisados nessa pesquisa.

Na reciprocidade comunitária, conseguem efetivar certa medida de controle dos usos dessas potencialidades, maximizando suas habilidades em

um mundo cada vez mais seletivo e impositivo onde realizam seus projetos de vida.

Esse nexo campesino residual encontra nas brechas do “sistema”, oportunidades para se reiventarem. Evidentemente, não há manutenção de todas as suas especificidades, cada tempo tem suas demandas e o trabalho de erosão sociocultural é contínuo também entre os camponeses da comunidade Olhos d’Água.

Nas novas condições de produção do espaço rural, é interessante esclarecer que o caráter familiar do modo de produção permanece. Alguns filhos adultos que moram hoje na cidade vão diariamente trabalhar na lavoura na propriedade dos pais.

Por vezes, as mulheres e os filhos trabalham no espaço urbano, mas continuam a auxiliar em momentos mais intensos de trabalho, como na colheita e, também, nas reuniões do conselho comunitário.

As crianças em idade escolar frequentam a escola na própria comunidade e uma das preocupações dos pais é a condição das estradas para o transporte escolar e também para o escoamento da produção.

Nas reuniões do conselho comunitário, a manutenção das vias de acesso às propriedades é uma reivindicação recorrente. Essa manutenção é de responsabilidade da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal e fica a cargo do presidente do conselho a busca por uma solução para essa demanda.

Outro assunto que preocupa os pequenos produtores é a segurança no espaço rural. Muitos deles já passaram por situações de violência, as quais

ocorreram, inclusive, mais de uma vez com o mesmo produtor. Essa insegurança fortalece a utilização de maquinários do conselho, pois investir em equipamentos pode atrair a atenção de criminosos.

Nesse cotidiano, as relações de reciprocidade vão sendo fortalecidas. Os camponeses estabelecem elos entre os aspectos culturais, sociais e produtivos com seus vizinhos. Constroem existências densas de significados que têm uma coerência própria para os envolvidos com as instituições presentes na comunidade.

> *"Aqui os vizinhos quando não é parente é como se fosse, porque a gente sempre ta junto seja pra fazer os serviços ou mesmo pra passear na casa de um vizinho"*[12].

Angariar compreensões acerca das lógicas que regem os camponeses transcorre via entendimento das relações socioculturais, bem como dos elementos que as compõem. Nesse sentido, partindo do entendimento desses elementos externos e agregados à produção, temos, no capítulo 3, uma análise mais específica da produção desencadeada pelos camponeses. Nesse capítulo, ampliamos a discussão visando a compreensão das práticas socioculturais dos camponeses.

[12] Entrevista obtida com produtor rural da comunidade Olhos d'Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.

# CAPÍTULO 3

# A PRODUÇÃO NA COMUNIDADE RURAL OLHOS D'ÁGUA E O USO DE TECNOLOGIAS

## 3.1 Formas de organização da produção camponesa

No decorrer dos anos, a produção agrícola tem incorporado diversas tecnologias, das mais simples às mais complexas, e aprimorado as técnicas produtivas. Porém as condições sociais e naturais continuam exercendo interferência no processo produtivo. Nesse sentido, o desenvolvimento de tecnologias não conseguiu ainda que padrões sejam estabelecidos de maneira que as condições naturais não influenciem nas diferenciações de ocupação do espaço rural.

Na agricultura capitalista, a produção é baseada no planejamento, na ciência, nas estratégias de mercado, no uso das tecnologias e no conhecimento científico. Na agricultura camponesa, esses fatores são considerados, mas não como a base do processo produtivo que se estabelece nas condições e relações socioterritoriais, visando manutenção dos meios de vida.

O modo de vida dos camponeses, vistos como sujeitos dotados de habilidades/saberes-fazeres e iniciativas políticas, é construído nas relações

socioespaciais estabelecidas para desdobramentos do existir cotidiano. São considerados aspectos que vão além do fator econômico, carregados de temporalidades sociais distintas.

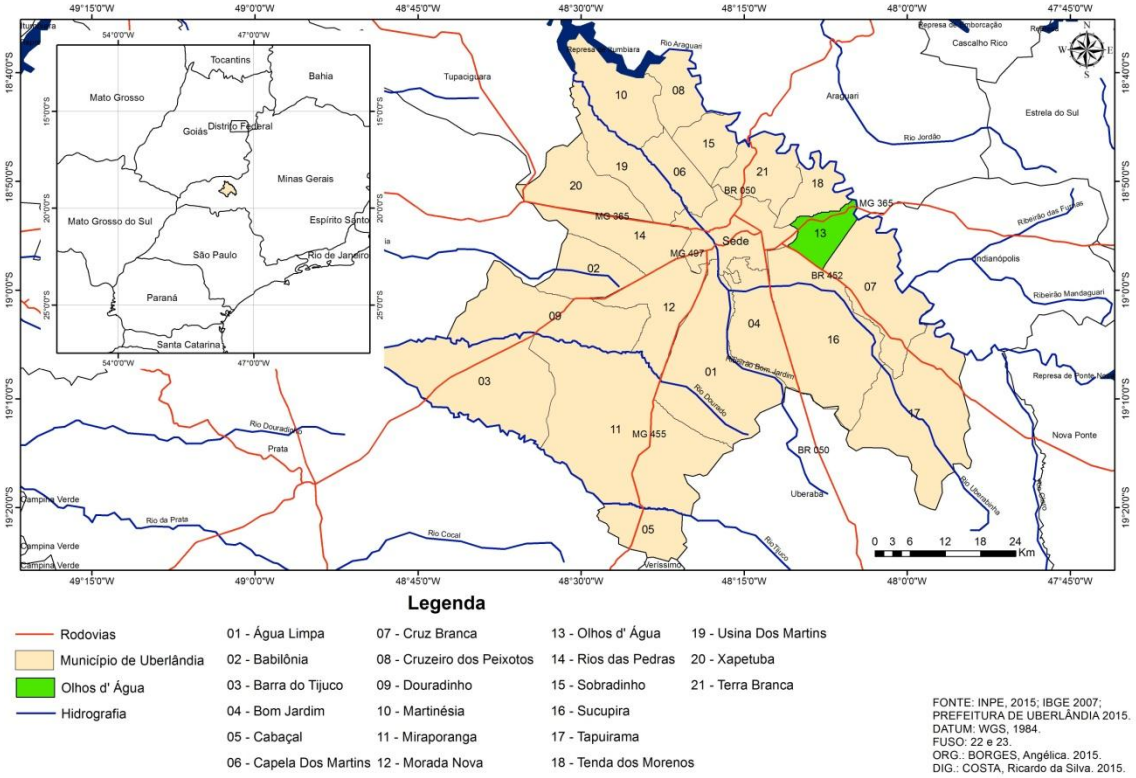
É nesse sentido que o município de Uberlândia-MG se encontra entremeado às diversidades de cultura. Entre sua agropecuária e suas diferentes gentes, residem especificidades. As heterogeneidades presentes no município indicam o quão importante é compreender mais a fundo suas dinâmicas sociais e culturais, considerando ainda o que se refere às diferenciações provocadas pelos tipos de relevo e de produtores presentes no município.

No caso em estudo não negam o passado e o utiliza de acordo com as necessidades do presente.

A Comunidade Rural Olhos d'água possui uma localização geográfica favorável para o escoamento da produção, que é, em sua prevalência, voltada para o mercado consumidor de Uberlândia e do seu entorno.

A proximidade com a cidade e com a CEASA são fatores que impulsionam a produção. Além disso, a comunidade está localizada entre rodovias federais e também próxima ao anel viário leste (Mapa 02). Na figura, tem destaque a densidade de rodovias que cortam o município e a cidade de Uberlândia, bem como o Conselho Comunitário Olhos d'Água.

**Mapa 02** – Mapa com delimitação dos Conselhos Comunitários Rurais




Fonte: Prefeitura de Uberlândia 2015; INPE, 2015; IBGE 2007

Nessa Comunidade Rural é possível encontrar fazendas mais antigas dedicadas à criação de gado, frangos e porcos. Ainda há marcante presença de camponeses que praticam a olericultura e fruticultura, principalmente.

Os camponeses realizam práticas pertencentes a um modelo de agricultura no qual as atividades de gestão e trabalho vinculam-se à própria família, principal responsável pelo processo produtivo. O grau de integração com o mercado consumidor corresponde à capacidade de negociação de seus produtos, seja em família, individualmente ou em organizações.

Nas unidades pesquisadas são utilizadas da ajuda da mulher, da família e dos vizinhos.

> "*A gente trabalha junto com a família aqui, até na colheita quando a muie pode ela vem pra ajudar, os filhos ta sempre junto quando não estão na escola.*[13]"

Essa fala demonstra o caráter familiar do trabalho desenvolvido na comunidade. Os camponeses não perderam essa pratica de trabalhar junto da família e de envolvê-los no processo produtivo.

Uma forma de organização é para o transporte dos produtos ate o centro de comercialização, em que os vizinhos que tem caminhão se organizam e levam a mercadoria daqueles que não o possui. São formas de organização comunitária que demonstra o rico conjunto de trocas que ocorre no interior da comunidade.

[13] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia-MG. Julho de 2015.

> *"Aqui todo domingo e na quarta o vizinho passa com o caminhão e leva as caixas de verduras pra CEASA, eu pago pra ele o frete, mas ele faz de bom grado, a gente se ajuda, quando ele precisa de alguém pra ajudar em dia de serviço eu vou pra ele e assim vamos levando.[14]"*

De certa forma, os agricultores camponeses estudados enfrentam os novos desafios com as "armas" que possuem e que aprenderam a usar a partir de sua experiência e de seus modos de vida (WANDERLEY, 2001). Nesse sentido, eles vêm se mantendo no contexto agrícola por meio dos saberes produtivos e, ainda mais, pelas estratégias (re)inventadas de reprodução e inserção nos setores da economia e da sociedade.

Uma das estratégias usadas nessa reinvenção é por meio da associação ao conselho comunitário em que é possível observar uma confiança na organização política em uma reinvenção política dos sujeitos da comunidade.

> *"A gente aqui tem o conselho comunitário, que serve pra gente falar as coisas que estamos precisando, a gente se reúne em num lugar aí o presidente do conselho diz das coisas que tão acontecendo, do que ele foi buscar pra gente, e a gente pede providencias. É muito bom poder participar, isso fortalece a comunidade e é um modo de tentar solucionar os problemas que nois tudo passa aqui"[15].*

A organização em conselho traz aos moradores a confiança de que em alguém olhando pelas necessidades deles, que os ouve e busca solucionar as

[14] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia-MG. Julho de 2015.

[15] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

questões apresentadas que fazem parte de demandas comuns dos produtores.

A produção e a apropriação do espaço pelos sujeitos locais da comunidade Olhos d'Água ficam evidenciadas na paisagem. Os elementos que compõem a paisagem denotam transformações ocorridas no decorrer do tempo e no espaço, e que ainda estão em constante processo de transformação.

As mutações da paisagem percebidas nas falas dos sujeitos evidenciam as modificações presentes na paisagem.

> *"As estradas foram alargadas por causa dos caminhões de leite, aí já não tem não mais tanta porteira igual antigamente, tudo vai modificando com o passar de pouco tempo.[16]"*

Neste sentido, a paisagem é "muito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma 'impressão', que une todos os elementos" (DARDEL, 2011, p. 30).

A paisagem da Comunidade Rural Olhos d'Água apresenta processos mais antigos que ainda permanecem, mesmo com a dinamização da agricultura moderna e linear. A heterogenia das produções ajuda a revelar a complexidade das lógicas campesinas, as quais, em parte, se revelam na paisagem dos cultivos diferenciados, conforme podemos observar na figura 04. No topo, tem-se o milho, no centro parreiras de chuchu e bananais e no primeiro plano tem-se pastagem.

[16] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

**Figura 04** – Diversificação de práticas produtivas na comunidade Olhos d'água

Fonte: Trabalhos de campo. Comunidade Olhos d'Água. Santos, agosto de 2015.

Na paisagem que compõe a Figura 04, observamos o cumprimento das normativas ambientais que implicam a preservação de elementos da natureza, o cuidado com manutenção da vegetação nativa, principalmente ao redor dos córregos e nascentes é uma forma dos camponeses garantirem água suficiente para irrigar os cultivos, principalmente de banana, maracujá, chuchu e hortaliças. Essa prática entre os produtores foi observada na comunidade, sendo a substância de várias manifestações dos camponeses, conforme o conteúdo da fala a seguir.

> *"A gente preserva as nascente, porque sabe que é dali que brota a agua que a gente vai usar depois pra irrigar. Antigamente a gente conseguia produzir sem a ajuda de trator, de pulverizador e de irrigação. Hoje ficou mais fácil pra gente, porque essas coisas veio somar na produção."*[17]

[17]Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

Observamos uma maior preocupação com a preservação das nascentes. Em que os produtores tem consciência, por meio do conhecimento dos ciclos da natureza, de que a proteção das áreas onde se tem o surgimento de aguas é essencial para a preservação e manutenção da quantidade de água existente.

Ainda observando a figura 04, nota-se a presença de casas para moradia de proprietários, de arrendatários e de trabalhadores rurais. A produção comercial é marcada principalmente por cultivos de bananais, parreiras de chuchu e a criação de gado de corte e de leite.

Tais produções envolvem saberes e fazeres adquiridos ao longo do tempo e que foram se modificando de acordo com as necessidades dos sujeitos. Temos como exemplo as formas de organização da produção utilizando recursos próprios e se favorecendo a partir das relações comunitárias para suprir certas necessidades.

Também como exemplo de saberes e fazeres a organização comunitária para saber fazer os silos, a conservação de sementes, a importância da utilização de adubo orgânico para a redução de custos, numa mutua combinação entre elementos do passado e elementos do contemporâneo.

O pequeno produtor rural tem como principal aspecto de sua identidade territorial o modo de produção e o modo de vida intimamente ligado ao espaço rural e as relações nele fundadas.

Na produção, nesse espaço rural, por exemplo, não se vê uma atividade agropecuária sem aplicação de alguma combinação de cultivos ou

mesmo estratégias produtivas usando diferentes tipos de técnicas, até mesmo na pequena produção.

> *"Com o passar dos tempos a pequena produção foi se adequando as novas técnicas trazidas pela modernidade, para ganhar tempo e conseguir produzir melhor. Por exemplo, antigamente a gente usava da enxada pra acabar com o mato, hoje passa herbicida ou mesmo a roçadeira acoplada no trator. Se não pegar da tecnologia hoje num funciona. A polinização dos maracujás era feita apenas pelos insetos, agora tem a técnica de irmos passando a mão nas flores para polinizar"*[18].

Como forma de conseguir (re)produzir os seus roçados e a própria existência familiar no espaço rural, o produtor efetiva o uso de diferentes técnicas em sua lida cotidiana. Muitas destas são pautadas em conhecimentos antigos e no momento da pesquisa compreendemos-vos como nexos tradicionais de produção, em que a inventividade e a criatividade dos sujeitos se apresentam como soluções para as carências tecnológicas, ou mesmo para realizar alguma redução nos custos da produção.

Para a lida cotidiana muitas praticas como a incorporação de adubo orgânico (esterco de gado) e palhada nas covas para plantio são utilizadas, tem se também as técnicas de irrigação para a plantação de banana e técnicas de sombreamento para fins de melhoria da produção.

Em uma das propriedades da comunidade, notamos que o produtor utiliza a força d'água para operar uma máquina idealizada por ele principalmente para a produção de cachaça, melado e rapadura artesanal, mas que também realiza a moagem de grãos e descasca de arroz (Figura 05).

[18] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia-MG. Julho de 2015.

Nesta propriedade a experiência camponesa foi sendo acumulada nas praticas produtivas e de certo modo foi se fixando nos objetos e nas formas com que foram organizados para melhorar a produção agrícola da família.

> *"Desde muito tempo que a gente usa a roda d'água pra toca tudo que é engenhoca. Então isso é coisa muito antiga e foi ficando na família e foi ajudando a gente a fazê tudo dá um rendimento, assim uma economia nas coisa que a gente vai fazendo".*[19]

Nesse lugar, houve uma mudança no tipo de produção – antes era de leite e, no final do século XX, a estrutura do curral foi adaptada para o beneficiamento da cana-de-açúcar de forma artesanal, ressignificando as relações de concepção, produção e comercialização da propriedade, bem como os hábitos produtivos.

> *"Esse lugar era pro gado... Aqui a gente tirava leite, organizava tudo par tira um leitinho... dai isso vai mudando e a gente foi vendo outra forma de gera renda prá família... Então o nosso pai sabia fazê pinga... Dai a gente foi fazendo*[20]*.*

A sabedoria do camponês concernente ao espaço rural se manifesta nessas novas formas de produção em que a atual conjuntura do mercado influencia as práticas produtivas e proporciona às habilidades do sujeito o desafio de se reinventar em momentos que a produção já praticada não oferece retorno ao pequeno produtor.

---

[19] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia-MG. Agosto de 2015.
[20] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia-MG. Julho de 2015.

**Figura 05** –Estrutura arquitetada pelo pequeno produtor rural

Fonte: Trabalhos de campo. Santos, Comunidade Olhos d'Água agosto de 2015.

Assim, as estratégias de produção vão sendo reinventadas.

> *"As fábricas de laticínio pagam barato demais no leite, aí compensa criar gado solto que a gente usa pra suprir as necessidades da casa e pra negociar. A renda vai variando, a gente tem renda nuns períodos do ano, em outros não. Mais a venda da cachaça e do melado vai trazendo um pouco de renda também".*[21]

Algumas características como a forma de relevo e a hidrografia exercem influência no seguimento da produção, considerando que o uso dos recursos hídricos é cada vez mais determinante, e esse comportamento traz um maior respeito às condições naturais. A produção de leite, verduras e frutas utiliza muita água e as características da hidrografia favorecem tais produções.

Nas pequenas propriedades da comunidade, a agricultura se desenvolve com uso alternativo de tecnologia, geralmente adaptada às necessidades de cada produtor e há uma diversificação dos cultivos que, em muitos casos, atrela os ciclos produtivos com os ciclos da natureza.

Alguns cultivos e criações permanecem no espaço rural com a finalidade restrita de suprir as necessidades da casa, não sendo destinados ao comércio. Assim, à combinação das temporalidades sociais se ampliam para enfrentar os tempos da natureza.

> *"Os equipamentos de irrigação são comprados de forma que possam ser usados tanto pra banana quanto para o chuchu. A gente aproveita quando num está usando pra um e usa no outro*[22]*".*

---

[21] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia-MG. Julho de 2015.

[22] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia-MG. Julho de 2015.

Essas várias temporalidades sociais comparecem na comunidade em estudo, pois é uma forma de produzir para o mercado.

Os camponeses, por estabelecerem elos entre os aspectos produtivos, culturais e sociais do seu viver, constroem existências densas de significações. Ao pensarmos sobre os homens que vivem no/do lugar em estudo, efetivamos observações relacionadas ao modo como compreendem sua inserção no mundo cheio de indeterminações.

A inserção no conselho comunitário rural traz alguma sensação de seguridade. “Aqui no conselho a gente traz as nossas necessidades, e vai percebendo que o que eu preciso também é o que o meu vizinho precisa[23]”.

A questão do transporte de verduras para o Ceasa que ocorre em conjunto entre vizinhos, a ajuda mutua, na entrega à sociabilidade comunitária são situações que indicam a reciprocidade bem como prática da comunidade que renasce a cada momento, comparecendo mutuabilidade[24] as trocas existentes na comunidade.

> *“Levar o nosso produto no CEASA é um custo grande. Então não dá pra ir lá leva de uma caixa, tem que leva de mais quantidade. Então você quando não tem quantidade, você apela pro vizinho... Depois se ele precisa ele apela pra gente...”*[25]

[23] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d’Água. Uberlândia-MG. Julho de 2015.
[24] É a capacidade de incorporar na sua estrutura novos termos, na mobilidade das relações cotidianas.
[25] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d’Água. Uberlândia-MG. Agosto de 2015.

A observação por meio de trabalhos e roteiros de campo nos permitiu observar o agir, onde foram feitas observações e comparações de situações complexas que foram posteriormente sendo investigadas pontualmente.

Tão logo iniciada a análise, notamos que transborda a estratégia pautada pela condição do homem trabalhador. Visamos vê-lo como homens contextualizados nos usos dos recursos naturais e sociais presentes na comunidade, mas que não podem ser acessados individualmente, pois as relações são multicontextualizadas.

Trata-se de um modo de vida que captura elementos fundamentais do espaço, promovendo capacidades de produção no existir cotidiano, como forças que dinamizam e recriam condições práticas para interpretar e agir sobre os ciclos da natureza. Assim, as condições propiciadas pelas tecnologias criam formas próprias de agir sobre os ciclos da natureza. Neste processo, viabilizam a permanência camponesa no lugar.

No caso em estudo, evidenciamos que as principais culturas são pastagens, chuchu, banana, berinjela e frutas. Parte dessa produção torna-se alimento na própria residência e o restante é vendido nas feiras e na CEASA. A prioridade, ao contrário do esperado no contexto capitalista, é a manutenção dos meios de vida.

> *"A venda é feita em dois dias da semana que leva pra cidade, mais a gente tem fartura dentro de casa. A gente leva o que produz para doar para vizinhos e eles também doam o que eles produzem"*[26].

[26]Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de2015.

Os moradores, em alguns casos, estabelecem relações de troca sem mediação de moeda, nas quais determinados produtos não se tornam exatamente mercadorias, mas elementos dessas trocas.

Essas trocas são mediadas por uma lógica social local que vê na reciprocidade uma fundamentação de particular sentido e valor. Em outros momentos, parte do resultado das colheitas é doado para a igreja da comunidade, principalmente com a função de auxiliar nas festividades.

Isso é recorrente nas folias de reis, habituais na área em estudo. Contudo, a doação não é característica durante as cavalgadas organizadas pelos moradores; nelas há arrecadação financeira visando um almoço comum entre os participantes – em sua maioria, "cavaleiros"[27]. Mesmo assim, ambas são oportunidades de reunião nas quais atos de reciprocidade tendem a aflorar.

A comunidade se nutre na doação. Baseado na praticidade e no valor que se dá as relações, tratando de reciprocidade, alguns sujeitos ficam "queimados" entre os demais na comunidade, isto é, aquele sujeito que não retribui a ajuda recebida vai sendo deixado de lado nas relações.

Essas relações motivam em semelhança as trocas e a reciprocidade a segurança na comunidade e nas instituições que ela cria. Ao prosearem, socializam experiências de lida que virtualizam a vida do lugar, tanto em sua escala coletiva quanto individual. As reuniões não são apenas dos homens,

[27] Essa festa reúne pessoas do lugar e fora dele, geralmente tece-se uma rede de pessoas que gostam de passear pela comunidade. Dessa forma, as práticas são outras e sem a doação de produtos para realizar um almoço comunitário não é possível.

mas de seus resíduos que, juntos, conseguem materializar reatividades coesivas que partem da lógica do espaço rural.

Na comunidade em estudo observamos outra situação que demonstra os nexos de interatividade que existem entre os camponeses. A sede do conselho comunitário fica em um estabelecimento comercial conhecido como a “venda”, onde os produtores compram mantimentos em casos de necessidade urgente, fazendo ainda uso recreativo do lugar.

O proprietário dessa “venda” faz a manutenção de um campo de futebol (figura 6) localizado em seu imóvel e promove campeonatos de futebol que atraem várias pessoas da comunidade e também de outras localidades.

**Figura 06** – A “Venda”, referencial de encontros na Comunidade Olhos d’Água

Fonte: Trabalhos de campo. Santos, Comunidade Olhos d’Água agosto de 2015.

A utilização do campo de futebol é feita sem a cobrança de aluguel. Isso fortalece a interação social, promove o lazer e impulsiona as vendas dos produtos no estabelecimento comercial.

A partir dessas práticas, ficam evidenciadas as ações que os sujeitos do espaço rural utilizam para sua permanência no campo. Aproveitam suas habilidades para moldar as práticas por intermédio da produção dos meios de vida.

> *"A vida da gente é assim: A gente sempre tem um galinha caipira, um porco caipira, um ovo caipira, uma hortinha, umas coisinhas, assim pro gasto. Então a gente não compra tudo, a gente produz muita coisa".*[28]

A sociabilidade comunitária ocorre nos momentos em que a interação traz coesão ao grupo que tem a comunidade como parte de sua identidade.

Nas praticas cotidianas, nos encontros familiares e na comunidade em si é possível observar por meio dos relatos dos produtores que é comum a visita nas casas um dos outros, entre parentes e vizinhos.

> "A gente faz visita, quando tem algum vizinho doente, ou que fez cirurgia e tiver precisando de ajuda pra locomover em consulta ou outra finalidade a gente que tem carro leva, quando algum vizinho vai viajar coloca o outro pra olhar a casa e tratar dos animais. Se precisar de alguma ferramenta a gente pega emprestado com os vizinhos. Um vizinho é pra servir o outro, são trocas de favores.[29]"

Nesses encontros a comunidade vai se fortalecendo e identificando entre os seus criando assim espaços de reciprocidade.

Os sujeitos veem na "venda", na igreja e na escola (figura 06) espaço de vivências. Na figura 7, nota-se a Igreja católica com salão ao lado para festividades e escola municipal que atende as crianças em idade escolar até o

[28] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia-MG. Agosto de 2015

[29] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia-MG. Julho de 2015.

nível fundamental. Nesses locais, a maioria das informações são obtidas, seja pela proximidade com as moradias seja pela representação que eles carregam em si.

**Figura 07 –** Lugares onde a sociabilidade é promovida na comunidade

Fonte: Trabalhos de campo. Santos, Comunidade Olhos d'Água, Agosto de 2015.

Uma das principais carências apresentadas nas reuniões do conselho comunitário é a dificuldade de acesso a informações ou mesmo a falta de esclarecimentos a respeito, por exemplo, de exigências do Estado para com os camponeses.

Nos relatos as dificuldades são relativas à legislação, ao atendimento de normas e daquilo que está embutido nos financiamentos e na aquisição de maquinas.

> *"A gente tem recebido ajuda da Universidade com projetos pra resolver nossa situação com relação as exigências da lei para outorga, reserva legal. Eles ajudaram muito a gente, porque se não fosse eles vir aqui a gente num ia regularizar a nossa situação e poderia ate ter problema de ser multado por não estar de acordo com a legislação".*[30]

[30]Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de2015.

Não somente nesse caso, mas também o acesso a serviços públicos de saúde, a oportunidades de capacitação e mais ainda, são aspectos reivindicados e relativos a assistência técnica para os cultivos.

As temporalidades sociais[31] dos camponeses da comunidade são ricas em afazeres que extrapolam a falta de tempo da sociedade “moderna” em que estão inseridos. Assim, no rural é possível estabelecer – no processo produtivo cheio de imposições – alguns prazeres. Por exemplo, dedicar-se a atividades que geram satisfação, realizar um trabalho pelo prazer, bem como se fazer presente em todas as fases da produção. Como arquétipo, temos o cultivo de jardim, horta ou um quintal onde a produção não é voltada para fins comerciais, mas as frutas ficam para o sustento da família do produtor que exibe, com orgulho, os resultados de seu trabalho na produção, por exemplo, de cachaça.

O contato dos camponeses com o urbano muitas vezes se restringe aos espaços de interação com os familiares, de comercialização da produção, e aos ambientes religiosos.

Os camponeses se adaptam quanto a realizar uma diversidade de cultivos em menores espaços e, para isso, aprendem a considerar as condições da natureza, os saberes tradicionais e as possibilidades de aprimorar a produção.

> *“Nossa área aqui é pequena, nóis vai trabalhando nela. Acabando o ciclo da produção da verdura a agente já põe outra coisa, e vai girando. Tem vezes que a gente consegue tirar*

[31]Na realidade coexistem relações sociais que tem datas diferentes e que estão, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais tem a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstancias históricas. ( MARTINS, 1996, p. 15)

> *uma boa renda, quando os preços estão altos, mais tem outras que num paga os gastos que teve."*[32]

Nos trabalhos de campo na Comunidade foi possível observar que esse comportamento se faz presente e nutre a continuidade produtiva da vida comunitária e produtiva das famílias. Além disso, alguns produtores não estão na condição de proprietários, mas seguem trabalhando como arrendatários, meeiros, posseiros, parceiros, dentre outros.

Apesar de não ter dados quantitativos das relações sociais envolvendo a terra e o trabalho na comunidade, as entrevistas indicam a presença de relações antigas envolvendo o trabalhador temporário e a terra. Essas relações tem o seu existir diferentes temporalidades sociais.

> *"Aqui tem as casas pra quando tem algum trabalhador ajudando a gente, principalmente na fase de colheita, as vezes eles vão ficando e divide o trabalho com a gente como sendo parceiro ou meeiro e assim vamos tocando a roça."*

Essa fala indica a presença de formas diversas de organização do trabalho na comunidade, relatando que em alguns momentos há a contratação de funcionários que em certos casos ficam trabalhando depois como parceiros ou meeiros.

Na Figura 08 é possível identificar a exposição, em um encontro religioso, de "frutos" do trabalho dos produtores da Comunidade Rural em estudo, bem como elementos da cultura tradicional sertaneja ilustrando os costumes que não foram perdidos no tempo. Na ocasião em que a condição de

[32]Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de2015.

produtores rurais é festejada, estes exibem os “frutos” de seu trabalho, o que contribui para a manutenção dos modos de vida.

**Figura 08** – Celebração católica com temática Sertaneja na Comunidade São Sebastião, localizada na Comunidade Rural Olhos D’água

Fonte**:** CORREA. A. Comunidade Olhos d’Água, agosto de 2015.

A preservação dos costumes é uma das formas com que a comunidade nutre a existência dos camponeses. Na imagem, podemos observar que os objetos estão em condições de uso, são do seu cotidiano e compõem o cotidiano dos camponeses. Como exemplo de costumes tradicionais, temos o tacho de cobre usado na fabricação de doces caseiros e a colcha artesanal feita com retalhos de tecidos (“fuxico”), demonstrando a permanência do costume de costurar e a utilização de sobras.

O ferro à brasa é usado como enfeite. No suporte para as flores, remete às condições básicas do serviço doméstico em tempos passados. Tem-se também o moedor de café, que representa a produção de alimentos básicos do cotidiano na propriedade.

Outros instrumentos do cotidiano dos camponeses também são apresentados, como a plantadeira manual para semeadura direta no campo, conhecida como “matraca”, a roda de fiar algodão e o balde de alumínio usado na ordenha manual para produção de leite.

Esses elementos que, para muitos, caíram no esquecimento, no atual contexto da globalização, em que o acesso a tecnologias é incentivado, fazem-se vivos na memória e presentes em algumas práticas produtivas dos sujeitos. Nesse casso, a dimensão cultural nutre a continuidade produtiva e se sobrepõe à dimensão econômica**.**

São elementos como a centralidade da casa, junto do curral e a presença de roças para a produção dos meios de vida e a possibilidade de uso desses instrumentos levados à celebração que vão confirmando a campesinidade[33] destes sujeitos, isso possibilita uma saída para as imposições econômicas.

Por intermédio de diversas interpretações, representações e mediações, os sujeitos entendem esse mundo que os cerca de maneira a criar distinções que permitem a conservação do local e das práticas socioculturais. Como por exemplo, pessoas produzindo energia com a força da água, a produção de

[33] Esse termo comparece em trabalhos de Theodor Shanin e comparece neste trabalho para indicar que o camponês é dotado de práticas sócio culturais que se especificam no lugar estudado.

melado, o forno a lenha tudo isso visando certas economias e a manutenção/reedição de costumes campesinos de tempos pretéritos.

O *locus* é entendido na vivência dos sujeitos no lugar. De acordo com Kinn (2010),

> as interpretações camponesas no espaço vivido, sobre o plano da produção e da vida, são concebidas a partir de uma lógica pautada na manutenção da propriedade e na satisfação das necessidades sociais da família. [...] as relações de pertencimento, de identidade e enraizamento, o domínio de técnicas e de saberes, as histórias de vida propiciaram fundamentos para esses camponeses continuarem existindo, vivendo e lutando. (KINN, 2010, p.101).

A partir do trabalho com a terra, os camponeses desenvolvem usos e apropriações do lugar que complementam sua existência e as propriedades de seu "ser". Aproximando-nos de Debord, evidenciamos que "a apropriação pelo homem de sua própria natureza é também sua apropriação do desenrolar do universo" (DEBORD, 1997, p.87), ou seja, por meio das relações produtivas, também se produzem enquanto sujeitos.

No caso em estudo, a casa com as ordenhas e os alambiques conserva um instrumental para resolver problemas da vida cotidiana e colaboram para a preservação dos meios de vida.

Como pequenos produtores, tais sujeitos desenvolveram vínculos com o meio em que estão envolvidos. Entendidos "por aquilo que ele é no lugar em que vive, por aquilo que menciona, representa, por como age, reage, cria e (re)inventa, reinventando-se socialmente em situações reais e concretas" (KINN, 2010, p. 19), permanecem – mesmo perante as muitas dificuldades criadas pelas imposições da propriedade capitalista.

Vínculos territoriais como criações da própria comunidade se fortalecem na vizinhança e são nutridos pela reciprocidade. O espaço privado vai ser usado coletivamente.

> *"Antigamente nos sabíamos se ia ter seca e a gente se preparava para isso. Hoje a seca num é problema porque temos a irrigação. A frustação é com o mercado e com as imposições do Estado. A solução é a gente se reunir no conselho comunitário para sermos mais fortes pra enfrentar tudo isso[34]."*

Até certo tempo, a vida dos camponeses, sujeitos do lugar, dependia de uma profunda compreensão dos ciclos da natureza, dos modos como um ano poderia render uma boa colheita ou frustação de safra. Hoje vemos que a dimensão política do sujeito o motiva a enfrentar os conflitos cotidianos.

Assim como o sujeito que analisamos em nossa discussão, Merleau-Ponty retrata que o

> "sujeito da sensação não é nem um pensador que nota uma qualidade, nem um meio inerte que seria afetado ou modificado por ela; é uma potência que co-nasce em um certo meio de existência ou se sincroniza com ele" (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 285).

Destarte, destacamos que os camponeses da realidade em estudo (re) constroem seus meios de vida, afirmando-se em uma existência lastrada por diferentes modos de elaborar estratégias e construir potencialidades de permanência e vínculos territoriais que se estabelecem também no cotidiano das famílias e comunidade, estendendo-se aos ciclos produtivos.

Na arquitetura de seus modos de vida, como possibilidade de enfrentamento de uma realidade densa e complexa (muitas vezes para além do

[34]Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de2015.

controle individual e coletivo), desenvolveram estratégias de enfrentamento das incertezas estabelecidas pela vida e também pelo mercado.

> *"As pessoas já sabem que eu vou lá fazer o silo, não precisa nem falar, num precisa de dinheiro, é uma ajuda que é mutua. Quando eu preciso, eles também vêm me ajudar. É uma conversa direta. Você pode tal dia? Aí se eu posso já vou*[35]*."*

Deriva de que os conhecimentos camponeses preservados também são partes do processo produtivo com as novas tecnologias e permitam os sujeitos a nutrir o velho e relacionar com os novos elementos.

A reciprocidade é uma pratica comum entre os camponeses do lugar. Em seu vir-a-ser, a comunidade, como constructo cultural e político, assume a característica de "proteção" da coletividade. A contribuição de Tuan (1998) se faz pertinente ao caso em estudo por mostrar a possibilidade de entender que as relações que um grupo tece com o espaço em que estão contextualmente inseridos fundam-se em suas necessidades. Pela *poiésis* da coletividade, encontraram subterfúgios às dificuldades de enfrentamento da realidade geográfica.

No espaço rural, as relações do grupo vão além do âmbito econômico: são consideradas as pessoas que estão envolvidas em meio à confiança na "palavra" do outro, envolvem-se mais os sujeitos pertencentes à coletividade que o dinheiro em si. Tal como Woortman (1990) aponta, na lógica do camponês a reciprocidade é priorizada ante ao "negócio".

[35]Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

Diz que “o negócio é percebido como negação da moralidade, pois ele significa ganhar as custas do trabalho alheio” (WOORTMAN, 1990, p. 38), retratando-se, assim, nexos residuais de associações com as relações que têm mediações nos “favores”. A ajuda de hoje pode transcender em uma ajuda posterior ou em doação de trabalho na próxima colheita.

> *“A gente faz os silos em conjunto, mata porco, faz cachaça, reúne os companheiros até em mutirão pra plantio[36]”.*

As relações são densas em significados e mais ainda em reciprocidade. Se formos de acordo com a proposição de que “tudo nos reenvia às relações orgânicas entre o sujeito e o espaço, a esse poder do sujeito sobre seu mundo que é a origem do espaço” (MERLEAU-PONTY, 2001, p.338), notamos uma necessidade intrínseca de evidenciar como o lugar, na condição de espaço, é *poiésis*. É coletiva e individual que tem gênese na reprodução de um viver.

Isso ocorre nas festas, nos jogos de futebol, nas reuniões, na venda, na comercialização dos seus produtos entre outros momentos.

Ora, se consideramos, de maneira precavida, que, como argumentam Scannel; Gifford (1993), a união é central para a experiência humana, necessariamente formamos conexões significativas com determinadas pessoas, grupos, objetos e lugares[37]; vincular-se é uma ação que parte tanto do indivíduo como do grupo, é relacional.

---

[36] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d’Água. Uberlândia - MG. Julho de 2015.

[14]Original em Inglês: “[…] bonding is central to the human experience. We necessarily form meaningful connections with particular people, groups, objects and places”. (KARJALAINEN, 2014, p. 23).

De acordo com Santos; Kinn (2009), “entre pessoas que mantêm identidades com um mesmo lugar, o pertencimento é uma construção social que implica relações que estabelecem e mantêm vínculos com o lugar.” (SANTOS; KINN, 2009, pp. 63-64). Entre as concepções dos quatro autores previamente citados, notamos que há um fio condutor para a construção do lugar-coletivo que está implicado na reprodução de uma existência dotada de intencionalidades densas e complexas.

O indivíduo politico traz de forma organizada e é relacional a partir do que ele pode estabelecer entre seus pares. Intencionalidades que percorrem as formas de ser, assim, se dá a necessidade do uso coletivo do trator, da presença e das falas do padre, dos jogos de futebol entre outros elementos.

Dialogicamente, os vínculos com o lugar são multidimensionais, de escolaridade variada – até porque, como nos ajuda a refletir Seamon, o apego ao lugar faz parte de uma sinergia vivida no mais amplo das várias dimensões humanas e ambientais em que sujeito e lugar impulsionam e sustentam reciprocamente uns aos outros[38].

As internalidades e externalidades da existência propiciam dinamismo para viver o espaço enquanto uma virtualidade do uso do espaço no seu devir e que em certos casos significa uso e apropriação, por exemplo, o uso das máquinas existentes no conselho comunitário.

Essas concepções, por vezes próximas da realidade estudada, permitem-nos transcender uma concepção de lugar que venha a ser apenas

conectada aos sentidos afetivos estabelecidos na relação homem-meio. Partindo do pressuposto de Karjalainen, de que “lugares são as partes da realidade espacial que foram reclamadas pelas intenções humanas” (KARJALAINEN, 2012, p.7), pensamos que é fundamental ponderar os vínculos sociais na comunidade estudada com valências tanto positivas como negativas.

Existir no lugar é uma situação contextual e relacional que, ao mesmo tempo, liberta de um estado de permanente ansiedade (TUAN, 2005) e prende a determinadas situacionalidades (BOURDIN, 2001). No caso em estudo, nota-se que alguns dos sujeitos usam a comunidade como “escape” para as dificuldades que clivam seu cotidiano, mesmo que isso retire parte de suas individualidades.

Não mais apenas um homem, como parte do coletivo, esses sujeitos do lugar, estão envolvidos em relações que visam maximizar as possibilidades de sua existência. Nas (im)previsibilidades vivenciadas na reedição do cotidiano, veem caminhos a serem trilhados a partir da reciprocidade.

A reciprocidade se manifesta em atos práticos, envolvendo a vida em seus aspectos materiais e imateriais, por exemplo, respectivamente, na elaboração dos silos e organização dos festejos em homenagem ao santo padroeiro.

Essa situação da comunidade em *locus* toma novas escalas. Conforme vários deles passaram a efetivar transformações nas técnicas de manejo, seja por “força” da legislação ou por imposições capitalistas (ou ambas, entre outras), essa necessidade de se recorrer ao grupo passa a ser ressignificada.

No lugar, recorre-se ao grupo para promover formas de reivindicação para eles terem a disposição uma infraestrutura adequada para concertarem as estradas e os próprios maquinários presentes no espaço do conselho[39].

> *"Agora não é mais a necessidade de ter chuva, é a necessidade de ter mais força de trabalho, e da organização do grupo em comunidade[40]".*

Para os camponeses as politicas públicas se transvestem "de coisa boa", assumem nomes e formas que visam complexificar sua existência, pois lhes impõem dividas, mesmo que o crédito seja subsidiado. Observamos na seguinte fala uma forma de decidir sobre os financiamentos.

> *"você precisa de uma coisa grande pra produzi, uma coisa, tipo um trator... isso você não compra assim sem um financiamento. Mas tem coisa que você pode esperar... Então você não pode ir entrando no banco assim sem um cuidado..."[41]*

O "ser" campesino reinventa a identidade/representação primeira desses homens que, na denominação de produtores familiares, obtêm acesso facilitado às técnicas e aos financiamentos. Entretanto, os camponeses da comunidade Olhos d' Agua desconfiam da possibilidade de atender ao banco e geralmente não possuem a documentação necessária ou porque tem medo de se endividar.

Contudo, essa representação simbólica não deixa de existir. Pudemos notar que, de fato, ela permanece na condição de um resíduo transmutado.

---

[39] Durante as reuniões do conselho a demanda comum reivindicada é sobre a manutenção das estradas e a manutenção das maquinas.
[40] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.
[41] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Agosto de 2015.

Consideramos os resíduos como elementos que, em certo momento, foram vitais para a continuidade da vida em determinada situação, mas que perderam importância.

Se, como escreve Lefebvre, "[...] cada sistema deixa um *resíduo*, que lhe escapa, que lhe resiste, e de onde pode partir uma resistência efetiva (prática)" (LEFEBVRE, 1967, p. 373), pode-se evidenciar que a lógica campesina persiste como algo que não é eliminado pelo modo dominante de produção. Por mais que haja tentativas constantes de eliminar seu modo de viver e reproduzir-se no mundo, eles se transformam, são sujeitos ativos que agem a partir das suas demandas.

De acordo com o autor, Bourdin considera que "toda ação é construída e supõe aprendizagens sociais" (BOURDIN, 2001, p.213). Ambos notam, pelos elementos que permanecem, considerados em seu movimento, que existem virtualidades de *poiésis*, seguramente, no caso em estudo, não como Lefebvre (1967) chama de "resistência", mas como (re)existência.

A produção rural ocorre na comunidade principalmente em pequenas propriedades onde os sujeitos do/no campo utilizam as condições naturais e de práticas socioprodutivas derivadas dos saberes locais para continuarem produzindo no contexto agrícola contemporâneo.

> *"Muita informação não chega aqui pra gente, o meio de comunicação mais usado é a televisão, mas os programas que passam mostram realidades distantes das nossas. A assistência técnica existe de vez em quando, eles vem cá fala um monte de coisa pra gente fazer, propõe a gente a usar máquinas e equipamentos, mas demora a voltar pra ver se deu certo ou mesmo pra ajuda a agente a fazer".*[42]

[42] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia-MG. Julho de 2015.

Dessa maneira, deparam-se com elementos tecnológicos – como maquinários, implementos, fertilizantes e produtos agrícolas que podem se contrapor às concepções culturais dos camponeses. Entretanto, muitos não tomam conhecimento de inovações devido à falta de acesso à informação que não chega até o espaço rural, seja por carências de infraestrutura ou mesmo de assistência técnica que deveria suprir e direcionar o uso de tecnologias.

## 3.2 Elementos tecnológicos e possibilidades de padronização da produção

A produção no meio rural ocorre de maneira muito distinta da produção do meio urbano, a se diferenciar também em suas relações sociais. Na atualidade, o modo de vida camponês tem se transmutado a fim se aderir às práticas capitalistas desenvolvidas, preponderantemente, pelas agroindústrias.

Efetivar compreensões acerca dos camponeses na contemporaneidade perpassa pelo entendimento desses sujeitos como categoria social constituída fundamentalmente pelas relações estabelecidas na Comunidade Rural. Em suas lógicas sociais, nutridas por diferentes temporalidades sociais, a produção não é voltada, em primeiro lugar, para o mercado; abrange outras dimensões além do ganho econômico e da obtenção de renda.

Assim, passam por períodos em que a produção gera renda negativa em relação aos recursos investidos, porém não deixam de trabalhar com a terra. Desse modo, o pequeno produtor segue a lógica campesina, valoriza o

trabalho, a terra e a produção, e não um nexo necessariamente capitalista/empresarial. Por tais razões, é fundamental analisá-lo em transcendência às imposições circunstanciais.

No lugar Olhos D'Água o camponês é muito cauteloso a respeito de entrar no banco. Ou seja, ele não financia toda a produção, quando é feito o financiamento é para alguma produção e deixa outras por financiamento de conta própria. A este respeito, incluímos uma fala do camponês em que ele discute a decisão de entrar em financiamento bancários.

Porquanto, as relações de vizinhança são mais consolidadas em comunidades rurais, os sujeitos tendem a atribuir maior importância às suas "humanidades", valores de caráter intersubjetivo como, por exemplo, costumes, emoções e vivências.

> *"Da roça a gente num sai, acostuma com a tranquilidade daqui. Quando vai à cidade já fica doido pra voltar para o sossego da casa da gente. Na cidade é outro ritmo de vida. Aqui todo dia a gente vai olhar o quintal, a horta pra ver o que mudou, o que cresceu, onde tem mato pra tirar, na cidade num tem nem espaço nas casas pra fazer isso".*[43]

Outro fator visto como de grande relevância para os produtores da comunidade Olhos d'Água são os aspectos religiosos. Em acompanhamento de missa, pudemos observar que as pessoas se cumprimentam desejando "a paz de cristo" no sentido de desejar sucesso e fraternidade entre elas e onde fica evidenciado a reciprocidade.

[43] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

O convívio em comunidade é estabelecido por trocas diversas, geralmente em meio à simplicidade, de produtos produzidos no lugar, entre as virtualidades dos sujeitos – saberes, favores, produtos, experiências e proveitos – em coesões próprias das especificidades de cada agrupamento.

Como grupo social que estabelece conexões, a Comunidade Rural “Olhos D’água” constitui espacialidades ricas e características singulares no que diz respeito à maneira de organizar sua existência. No lugar se valoriza o porco caipira, o gado e a galinha caipira nos leilões da igreja que acontecem após as missas. Em muitas ocasiões são servidos almoços, com comidas típicas, preparados pelas mulheres da comunidade com doações arrecadadas nos períodos que antecedem a festa.

Os camponeses estão inseridos em lógicas nas quais o intensivo aumento da necessidade de uso de técnicas e tecnologias têm clivado a reprodução do que havia de “comum” em sua “unidade”.

Contudo, o incremento ao uso de tecnologias intenta atender às necessidades da agricultura capitalista, de grande escala, em que as inovações são direcionadas principalmente para o planejamento da produção e redução das necessidades de mão de obra.

Para os camponeses, a implantação de novos elementos tecnológicos ocorre principalmente pela falta de mão de obra no espaço rural, considerando o plantio comercial.

> *“A gente não tem mão de obra, os filhos foram estudar, como produzimos para o mercado, nos picos de produção há*

> *necessidade do emprego temporário de funcionários e de tecnologia.*[44]”

O modelo de produção tecnificada tem concentrado, nos últimos anos, a maioria significativa do crédito disponibilizado para financiar a agricultura nacional. Atualmente, há dois projetos em vigência para o campo no Brasil. O primeiro é um enfoque setorial, cuja preocupação central está na expansão da produção e da produtividade agropecuária, na incorporação de tecnologia e na competitividade do chamado *agribusiness*, que gera divisas.

Em contraposição, o segundo enfoque enfatiza os aspectos sociais e ambientais do processo de produção agrícola, abrange como grupo social os camponeses e os agricultores familiares, no que vem sendo denominado como “sustentabilidade” do desenvolvimento territorial rural, que procura equilibrar a dimensão econômica, social e ambiental.

Nesse sentido, o uso de técnicas e tecnologias, bem como as relações socioambientais estabelecidas na Comunidade Rural Olhos d’Água demonstram diferentes lógicas em interatividade, partindo das residualidades dos sujeitos e das relações no lugar.

Considerando essas dimensões, existem diversos lugares sobrepostos e articulados no mesmo “espaço”. A existência de camponeses e de elementos tecnológicos usados para ampliar a reprodução do agronegócio justapostos configuram interlocuções de relações de poder articuladas em um mesmo local.

---

[44]Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d’Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

Nesse sentido, o acesso à tecnologia, que se dá, na maioria das vezes, por meio de financiamento, é utilizado pelos pequenos produtores a fim de atender as demandas da própria família. A qual avalia as possibilidades de atender as imposições do mercado e aprimorar sua produção.

Na comunidade em estudo, notamos que as práticas produtivas estão seriamente relacionadas a aspectos de proteção dos recursos naturais.

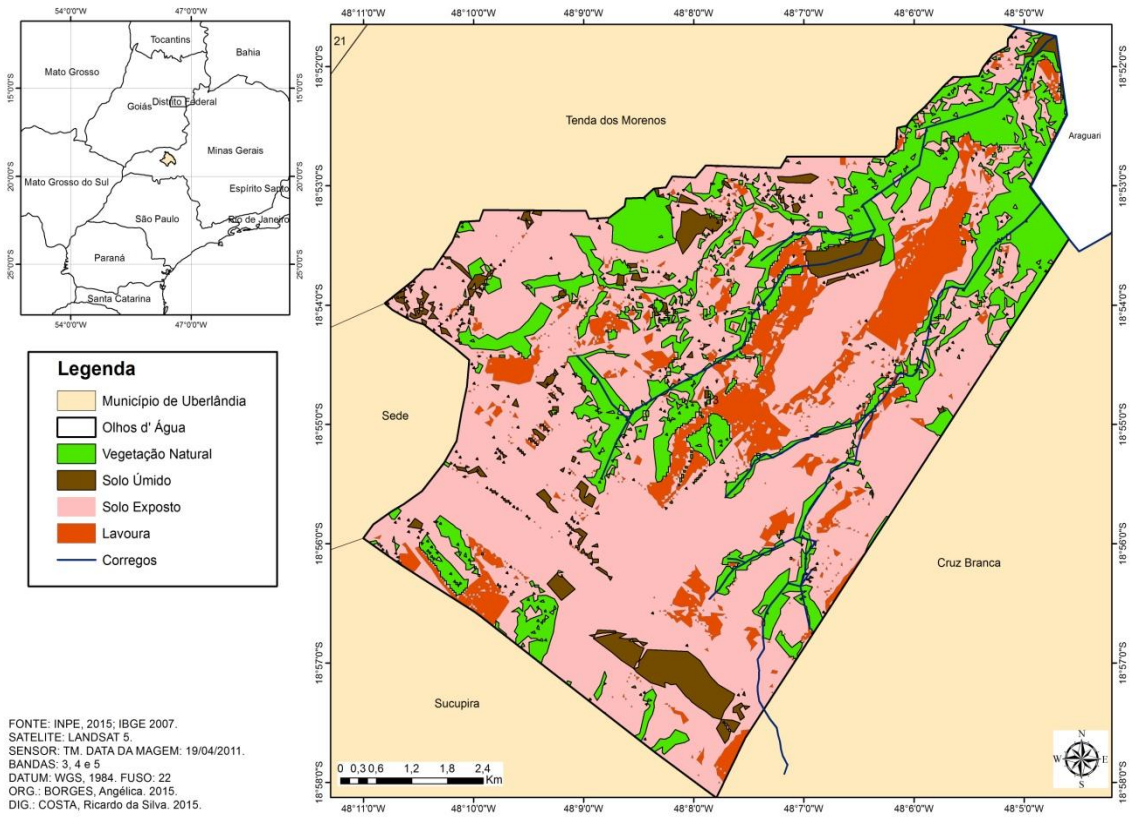
Contudo, em certos casos, os produtores apresentam desatenção com o manejo e conservação dos solos. Falta curva de nível, as estradas jogam água da chuva para dentro das lavouras.

A área total do Conselho Comunitário Olhos D'Água é de 6.812 hectares. Conforme podemos observar na Figura 11, a maior parte das terras é composta pela categoria de Solos Expostos (4.356 hectares), seguida por Vegetação Natural (1.334 hectares), Lavoura (820,11 hectares) e Solo Úmido (300,9 hectares).

Para a confecção do mapa de uso e ocupação das terras, utilizamos imagem do Satélite Landsat5, do mês de Abril do ano de 2012. Na finalidade de delimitar as categorias para o mapa, admitimos quatro tipologias de uso do solo na área do Conselho Olhos D'Água.

A primeira categoria determinada foi a vegetação natural, que abrange as áreas de reserva com vegetação natural e as vegetações de área de APP. Na segunda categoria, denominada Solo Úmido, abrangemos as áreas de irrigação, áreas em que a temperatura é menor que as áreas circunvizinhas. A terceira categoria engloba as áreas de lavouras, reunindo as lavouras brancas/temporárias (sorgo, soja, girassol, milho).

**Mapa 03** – Uso e ocupação das terras na área do Conselho Comunitário Olhos D'Água




Fonte: INPE, 2015.

Devido à metodologia utilizada para a elaboração do mapa não foi possível a separação das culturas, pois o índice de reflectância[45] desses cultivos é muito similar, o programa não reconhece diferença entre os cultivos. As áreas de lavouras colhidas, pastagem e áreas desmatadas foram reunidas na categoria “solo exposto”. Tal procedimento ocorreu também devido ao índice de reflectância.

Na categoria de solo exposto, considerando os trabalhos de campo, há uma predominância de pastagens. A criação de gado ocorre em pastagens não manejadas, nas quais há uma baixa aplicação de tecnologias. As lavouras de grãos são voltadas ao plantio de milho e sorgo (Figura 09).

**Figura 09** – Principais lavouras brancas e um exemplo de pastagem degradada ao lado do cultivo de milho

Fonte: Trabalhos de campo. Santos, Comunidade Olhos d’Água, Agosto de 2015.

[45] A interação da luz com materiais naturais, como as rochas, ou mesmos artificiais, produz um sinal chamado de reflectância, que é a fração de luz incidente refletida pela superfície. Essa medida, quando comparada com um padrão que reflete totalmente a luz incidente (100% de reflectância), produzirá, no âmbito do sensoriamento remoto, uma curva – ou assinatura de reflectância espectral.

O uso de tecnologias se dá principalmente para a irrigação. Os pequenos produtores da comunidade investem basicamente em tratores, produtos químicos, e fazem uso dos equipamentos fornecidos pelo conselho comunitário.

No cultivo de frutas predomina banana e maracujá em parreiras. Quanto a legumes, destacam-se o chuchu, também em parreiras, berinjela, jiló e pimenta (Figura 10). Uma das técnicas usadas é a instalação de aspersores com altura superior à dos cultivos (sobrecopa) que remetem a chuva. Todos esses cultivos utilizam alguma técnica para irrigação.

**Figura 10** - Lavouras de banana, parreiras de chuchu e de maracujá cultivados com uso de tecnologias para irrigação

Fonte: Trabalhos de campo. Santos, Comunidade Olhos d'Água, Agosto de 2015.

Na Figura 10 também podemos observar o uso de uma técnica considerada ultrapassada por muitos profissionais da área do conhecimento, que é o fogo no preparo de áreas em pousio.

Atualmente, o espaço rural é habitado na sua maioria por pessoas idosas e por crianças na idade escolar, o que pode ser considerado um fator que atrapalha a constituição da força de trabalho, pois, tem-se de uma realidade que restringe a oferta de mão de obra.

> *"Como a gente não tem como ter a ajuda do trabalho dos filhos, que saíram pra estudar ou trabalhar na cidade, a gente quando tem muita demanda de serviço talvez peça a ajuda de um vizinho, mas tem muitos casos que num tem jeito tem que contratar trabalho de alguém seja diarista ou empreita por mês, seria um funcionário temporário".*
> *"Aqui tem muita gente de idade já, então precisa contratar pra ajudar no trabalho, e muita criança também, ficam em contato os netos com os avós, as crianças vão pra escola e depois ficam em casas junto da gente.[46]"*

Tal situação é benéfica, se considerarmos a transmissão dos saberes, já que há contato de gerações com idades bem diferenciadas, considerando-se que a relação do homem com a natureza perpassa a dimensão do saber-fazer.

Na figura 11, temos um exemplo, obtido em trabalho de campo, de uma situação que efetivamente deriva da transmissão dos saberes e fazeres: a utilização, em tempos atuais, de uma técnica de irrigação que utiliza da força da gravidade nas áreas destinadas a lavoura.

[46] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

**Figura 11–** Apropriação das condições naturais nas práticas produtivas, o uso d´água a partir da irrigação por inundação.

Fonte: Trabalhos de campo. Santos, Comunidade Olhos d'Água, Agosto de 2015.

Na concepção de Woortmann (1997, p.10), na relação do homem com a natureza,

> [...] não existe uma natureza independente dos homens: ao longo do tempo a natureza é transformada, inclusive pelo próprio processo de trabalho. Transforma-se também o acesso a ela e são criadas categorias sociais específicas. O processo de trabalho dá-se pela articulação de forças produtivas com relações sociais de produção.

Nas relações dos sujeitos com a natureza, a apropriação das condições naturais, principalmente no caso dos camponeses, ocorre mediada pela sabedoria envolvida nas práticas produtivas.

Dessa maneira, percebemos que o uso de tecnologias ocorre agregado a práticas de costumes produtivos locais. Abordar o aspecto produtivo da pequena produção rural na atualidade, analisando as formas de organização e os saberes-fazeres dos sujeitos do campo se faz necessário para que se entendam as diferentes lógicas de produção. Porém, isso só é possível se

estabeleceremos conexões entre os aspectos tecnológicos, vistos como o que foi aproveitado da ‘modernização da agricultura’, e os saberes campesinos.

A “comum unidade” do/no lugar Olhos d’Água é delineada pelas diferentes lógicas sociais, onde a residualidade assume um papel importante nas estratégias produtivas. Portanto, os sujeitos que ali (re)existem, estabelecem seus processos produtivos a partir de práticas socioculturais, estabelecendo estratégias assentadas no moderno e no tradicional. Esses jeitos de ser no lugar permanecem na contemporaneidade, internalizadas na subjetividade destes.

Seguramente estamos diante de um camponês que orienta a sua existência analisando e interpretando o contexto agrícola. Suas ações e reações são mediadas a partir dos saberes produtivos. Os quais orientam as práticas tanto quanto as estratégias de inserção e reprodução nos setores da economia e da sociedade.

Relações entre vizinhos que proporcionam trocas simples, a confiança no outro, a reciprocidade, as ajudas e os favores compõem um nexo existente na comunidade. Presentes na vida dos pequenos produtores da Comunidade Rural Olhos d’Água, podem ser considerados como fatores de interdependência das relações sociais, inclusive com o meio natural e o mercado e o estado.

Assim, as territorialidades são reconstruídas a partir de elementos presentes no modo de vida e no cotidiano. Compõem o viver dos sujeitos e caracterizam-se como essenciais para a dinâmica da comunidade estudada nas dimensões social, econômica, ambiental, cultural e política.

Assim, ao final deste capítulo entendemos que as incursões em campo na comunidade Olhos d'Água foram fundamentais para compreender a realidade vivida pelos produtores rurais da contemporaneidade e tornar possível o entendimento destes sujeitos que se (re)inventam para nutrir os processos implicados na produção dos meios de vida e atenderem às demandas de diversas ordens, mediados por elementos de nexos não-capitalistas, comparecidas como residualidades campesinas que virtualizam o lugar.

A vida e o modo de vida daqueles camponeses são mediados por elementos da cultura camponesa. A reciprocidade, neste caso representa os nexos não-capitalistas, que no lugar, foram entendidos como residualidades campesinas que virtualizam o modo de vida daqueles produtores rurais

A prática da ajuda mutua e da doação que comparecem na produção de leite e nos compromissos religiosos são exemplos de um modo de vida que procura encontrar saídas nas diversas relações sociais que são capazes de se estabelecer na família, na comunidade e no conselho comunitário.

Para os camponeses, a utilização de técnicas e as tecnologias não são vistas como garantia de boas colheitas, mas primordialmente como suporte que possibilita trazer certas melhorias principalmente na gestão da mão de obra.

Essa concepção de que tecnologia não "salva sozinha a lavoura" pode ser percebida na seguinte colheita.

Assim, as relações socioambientais estabelecidas na comunidade se fortalecem em meio as diferentes lógicas em interatividade. Nutridos dos

resíduos, potencializam suas humanidades e encontram maneiras de permanecer no contexto do movimento.

Isto posto, o Capítulo 4 traz à discussão o espaço utilizado pelos camponeses da comunidade Olhos d'Água no município de Uberlândia-MG. Como se trata de antigos produtores rurais, daremos ênfase à territorialidade, às relações sociais, às suas conotações simbólicas e aos seus desdobramentos nas práticas socioculturais desse grupo social.

# CAPÍTULO 4

## PRÁTICAS SOCIOPRODUTIVAS E MODO DE VIDA CAMPONÊS NA COMUNIDADE OLHOS D'ÁGUA

A permanência de pessoas no espaço rural contemporâneo, ante o processo da "modernização" da agricultura é colocada em questão ao pensarmos um contexto agrícola marcado pelo intenso uso de tecnologias e adoção de padronizações socioprodutivas.

Entretanto, a realidade do campo na comunidade Olhos D'água indica que essa "modernização" fundamentada na imposição de pacotes tecnológicos para dinamizar a produção ocorreu, mas não foi capaz de homogeneizar as práticas culturais e produtivas. No lugar, elas são múltiplas e, em tempos atuais, indicam metamorfoses que principiam coexistências de práticas socioculturais "antigas" e "modernas".

**Figura 12:** Metamorfose de praticas socioprodutivas antigos e modernos.

Fonte: Trabalhos de campo. Santos, Comunidade Olhos d'Água, Agosto de 2015.

As fotografias trazem elementos da paisagem em que podemos ver na imagem da esquerda o plantio de capim para o trato do gado em período de seca e à direita, parte superior, vemos ao fundo da imagem práticas modernas de plantação de milho inclusive com uso de pivôs centrais para irrigação.

Na produção de milho temos o plantio direto que permite em certos casos a produção de três colheitas por ano em uma mesma área, graças às tecnologias empregadas. A plantação de grão com técnicas mais simplificadas também ocorre, mas para o preparo de silagem visando à alimentação do gado leiteiro, o qual na seca é tratado basicamente no cocho, implicado em mais trabalho para os membros da família camponesa.

A combinação em distintas proporções destes elementos modernos e antigos é uma marca da comunidade rural Olhos d'Água. Ao mesmo tempo em que temos o plantio modernizado de cultura de grãos não se deixa de lado as técnicas para o cuidado da alimentação do gado no período de estiagem.

> *"O silo aqui já é um costume do povo, uma coisa muito necessária.... A gente foi aprendendo com os outro e foi fazendo como uma forma da gente garanti a produção. A gente tinha que fazê ou parava com o leite. Então ele é um jeito da gente mante o leite ... Ele é o nosso salário[47]".*

No caso especifico dos silos que lhes permitem manter a produção e a renda familiar, os interesses mútuos estabelecidos na comunidade rural Olhos d'Água são repletos de elementos da territorialidade, mas que não são apenas

[47] Entrevista realizada com produtor rural da comunidade Olhos d'Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.

econômicos. Os silos em alguns casos são elaborados coletivamente, expondo, principalmente, aspectos religiosos.

> *"Eu acho que esse nosso sistema de ajuda é uma coisa muito antiga... Então a gente cresceu por aqui, vai na missa sempre que pode. A gente também participa da festa e vai conversando...[48]".*

Essa presença na comunidade, nos eventos mais significativos para o camponês local acaba indicando certa apropriação social do território. Isso permite transformações nas realidades vividas coletivamente.

Na figura 12, podemos observar o almoço que ocorre após as festividades na Capela da comunidade. Na festa as pessoas se reúnem festejam as santidades, permitindo a presença de pessoas que já saíram de lá mas que voltam por conta das comemorações. Nesta ocasião o almoço aconteceu após uma missa sertaneja em que elementos do trabalho dos camponeses são apresentados, conforme tratado no capítulo 3, e que as canções fazem referencia ao modo de vida [49]dos produtores rurais.

Os elementos socioculturais são expressos nas reuniões comunitárias em que as emoções e as relações são mais descontraídas e a afetividade dos sujeitos se torna mais aflorada.

Territorialidades são manifestadas como elementos presentes no modo de vida e no cotidiano. Compõem o viver dos sujeitos e caracterizam-se como

[48] Entrevista realizada com produtor rural da comunidade Olhos d'Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.

[49] O modo de vida rural, ou seja, pressuposto da formação cultural de pessoas, honestas, dignas e de boa índole. (ANDRADE, 2007)

essenciais para a dinâmica da comunidade estudada nas dimensões social, econômica, cultural e política.

**Figura 13:** Elementos socioculturais camponeses nas festividades da comunidade.

Fonte: Trabalhos de campo. Santos, Comunidade Olhos d'Água, Agosto de 2015.

As territorialidades vão sendo tecidas no cotidiano da comunidade, por meio dos jogos de futebol, dos encontros religiosos, das festividades e das reuniões do conselho comunitário.

Os jogos de futebol ocorrem todos os domingos no campo da "venda do seu Itamar", nela se comercializa produtos básicos de mercearia, bem como salgados e porções em dias de jogos, além dos jogadores tem as pessoas que vão para assistir e acabam reforçando relações entre eles ali naquele lugar.

As missas ocorrem aos sábados e é comum realizar festas para o padroeiro da Capela de São Sebastião e para outros santos de devoção. Nesses encontros as pessoas desejam a fraternidade para seus vizinhos e irmãos em Cristo.

> *“Na missa, depois que o padre faz a parte dele, que a gente ouve tudo, a gente vai se aproximando das pessoas e a conversa... O povo conversa de tudo e vai ficando tudo aqui reunido. Então já é um costume do povo, uma coisa da gente...[50]”.*

Diferentemente dos encontros religiosos e festivos, as reuniões do conselho comunitário ocorrem sempre que tem demanda da comunidade. Sempre que foram encontradas soluções para problemas comuns e sempre que há novas reinvindicações.

Os convites ocorrem geralmente por meio de comunicação entre os membros da comunidade. Não existe formalidade, as motivações para participar desses encontros que promovem a territorialidade são relacionadas com o desejo de participar de algo maior, a comunidade.

> *“Participar da comunidade pra gente é muito bom, a gente fica unido sabe!? Nos encontros que tem entre a gente nois se sente a vontade para falar de tudo, falamos dos problemas e também compartilhamos alegrias”.*[51]

As motivações e expectativas para tais encontros são de ordem social, econômica, cultural e política. Envolvem a religiosidade, o lazer e a dimensão politica para os sujeitos que para além de camponeses são seres sociais.

Na área de estudo, identificamos, pelas práticas socioculturais, a manifestação de especificidades da lógica campesina, presentes nas relações produtivas mediadas pela sociabilidade e pela religiosidade. Observamos, também, na comunidade, o envolvimento familiar, a presença de habilidades e

[50] Entrevista realizada com produtor rural da comunidade Olhos d’Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.
[51] Entrevista realizada com produtora rural da comunidade Olhos d’Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.

costumes tradicionais que envolvem os saberes transmitidos histórica e culturalmente.

> *"O queijo aqui em casa faz parte da tradição. Aqui a gente faz queijo do nosso jeito. Do jeito que aprendi com minha mãe e que já ensinei pra minha filha. A gente usa do pingo, que é o soro que escorre do queijo de ontem, junto do coalho pra dar um gostinho bom no queijo, ele fica meio azedinho. Todo mundo que compra do meu queijo fica querendo saber o que eu faço pra ficar assim com esse sabor, mas não conto[52]".*

Esses saberes são transmitidos de pai para filho, como pudemos observar na fala da produtora rural que usa do leite que o marido tira para a fabricação de queijo para posterior comercialização.

A identificação de diversidades produtivas nos levou a discutir as diferentes lógicas e suas temporalidades sociais, pluralidades de práticas produtivas e culturais existente no lugar.

Entre os produtores camponeses, o grupo social é composto por pessoas que se mantêm no contexto agrícola relacionando, em distintas proporções, saberes e fazeres produtivos locais, bem como o uso de novas tecnologias. Nesse contexto, procuram atender as demandas da comunidade e da produção.

Assim, analisando as estratégias de reprodução e inserção no mercado, procuramos conhecer os atos territoriais que parecem fortalecê-las, como os sujeitos quando usam o conselho comunitário para reivindicar e, na medida do possível, obter do poder público o atendimento de suas demandas, pautadas nas reuniões como necessidades.

---

[52] Entrevista realizada com produtor rural da comunidade Olhos d'Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.

Mas que geralmente se apresenta como frustrações. Nas palavras de um camponês da comunidade:

> "Não adianta a gente ir à prefeitura para pedir pra arrumar as estradas, eles falam que vão anotar a demanda e num resolve. Quando tem reunião do conselho e os técnicos da prefeitura vem participar já é melhor. A gente fala direto com quem pode resolve pra gente"[53],

Na fala apresentada, percebemos a importância da atuação do conselho para resolver problemas comuns, que fazem parte do cotidiano da comunidade. A participação nas reuniões do conselho permite que os camponeses tenham contato direto com os gestores do Estado e, assim, possam ter suas demandas atendidas.

## 4.1 O espaço rural em sua significação

O espaço rural brasileiro é composto por diversidades nas relações produtivas que são relativas e relacionais as especificidades dos lugares. Os sujeitos que realizam sua existência no espaço rural estabelecem relações advindas de uma residualidade camponesa que, na bacia do rio Araguari, foi assim observado.

Esses camponeses não são somente produtores de mercadorias; não são somente funcionais à produção e reprodução do capital. Diante das

[53] Entrevista realizada com produtor rural da comunidade Olhos d'Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.

modificações que o espaço do lugar vivido sofre, esses camponeses estão dando um sentido próprio, diferente, particular, a essas modificações, estão imprimindo nelas sua lógica e incorporando esse espaço em seus territórios (KINN, 2010, p. 42).

Nesse contexto, uma perspectiva simbólica do território é utilizada nesta análise, indo de acordo com a abordagem de Bonnemaison; Cambrezy (1996), que admitem o entendimento do território em sua dimensão mais visível e destacam que o território não diz respeito apenas ao ter, mediador de relações de poder, mas ao ser:

> "o território cultural precede ao território político e ao espaço econômico. O domínio do espaço territorial revela que esse espaço é cercado de valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos" (BONNEMAISON; CAMBREZY, 1996, p. 10).

Uma das características do território são o movimento e a mutabilidade. Este

> tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, p. 15).

O religioso, como já analisado, na comunidade Olhos d' água é fundante e é a partir dele que eles estabelecem as suas territorialidades, pois aqueles que fazem parte das redes tecidas na comunidade campesina são os que vão aos eventos promovidos pela capela de São Sebastião que compactuam da mesma ética da reciprocidade, que se ajudam, por exemplo, quando estabelecem doações para se ter a festa comunitária e fazem silos juntos.

Entendi aqui como sendo o camponês em seu modo de vida se fundamenta nas praticas da religiosidade para dar significado a sua existência, ao seu trabalho e à produção. Assim, fundamenta as territorialidades de uma existência especifica e que se materializa no lugar também a partir de suas práticas socioculturais.

> *"Aqui em casa a gente coloca tudo na mão de Deus. Vai plantar pede a Ele que de uma boa plantação e da força pra gente cuidar até na colheita. Meus filhos quando vão estudar, fazer tarefa essas coisas eu falo pra eles rezar antes, pedindo pra Deus dar o entendimento pra eles aprender. Então é assim"*[54].

A religiosidade se faz presente em diversos momentos do cotidiano. A fala infere que as incertezas dessa vida são colocadas ao âmbito do sagrado para que sejam absorvidas pelos camponeses. Desse modo, entende-se que a prática religiosa é uma forma de lidar com as suas tensões.

Portanto, esse camponês além de produzir produtos para o mercado e de consumir mercadorias também cria e recria as suas territorialidades no âmbito do vivido. A partir das práticas socioculturais, já abordadas cria e recria suas territorialidades como processo.

A partir de tais comportamentos, compreendemos que a análise geográfica de um grupo social, na qualidade de sujeito de pesquisa, deve considerar o território e as territorialidades como categorias dinâmicas, pois não existe algo permanente no espaço e no tempo, a realidade está em

[54] Entrevista realizada com produtor rural da comunidade Olhos d'Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.

constante transformação. Além disso, é o uso do território que o faz tema de análise nas relações socioprodutivas, e não as delimitações do território em si.

Conforme abordagem de Haesbaert, a territorialidade pode ser definida como:

> conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples "qualidade de ser do território", é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 1995, p. 14).

A comunidade rural Olhos d'Água tem a demarcação territorial de conselho comunitário como dimensão política; entretanto, as territorialidades se dão nas relações dos camponeses, nos desdobramentos materiais e imateriais da vida em suas múltiplas extensões, que podem ser observadas nas práticas culturais e na diversidade socioprodutiva que lhes são próprias.

Assim, no contato direto com os camponeses e dos encontros religiosos foi possível analisar como eles orientam as suas práticas produtivas.

No grupo que produz silos a partir da ajuda mútua, envolvendo troca de serviços e uso de vários tratores, pertencentes a cada grupo familiar, essa relação somente é possível por aquilo que estabelecem como normativa comunitária. No lugar religioso essas diversidades ficam evidenciadas quando pensamos nos vínculos territoriais, considerados, de acordo com Heidrich (2004) como "resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida" (HEIDRICH, 2004, p. 31).

Assim, em sua dinâmica de produção e de reprodução, o camponês estabelece construções sociais próprias desse grupo social que se distingue

dos demais produtores, advindas dos conteúdos territoriais que especificam seu modo de vida.

> *"A maioria dos produtores aqui acredita na ajuda de Deus para a produção, utilizam das fases da lua para plantio e colaboram com as festas da igreja como forma de agradecimento pelas conquistas da colheita, doam trabalho para a realização das festas e doam também elementos de sua produção. É na religiosidade que encontramos um forma de agradecer[55]"*

Esse modo de vida é distinto, pois eles além de produzirem seus meios de vida criam e recriam a partir do religioso suas territorialidades que de certa forma nutrem os seus vínculos com o modo de vida camponesa, principalmente com a produção dos meios de vida.

> *"Então a gente aqui não pode deixa de fazê um queijinho, uma hortinha... a gente se preocupa com a produção do nosso sustento.... Aqui a gente acredita no santo... A gente se agarra com o vizinho pra continua produção[56]".*

A mesa farta é uma prioridade, assim como a religiosidade. Ambos estão presentes no cotidiano dos camponeses, que se apoiam nela para sentirem-se seguros no processo de obterem renda. Na relação com o padroeiro pedem que a safra seja abençoada e confiam nisto mais até do que em conselhos de técnicos.

No lugar estudado, observamos que as diversas interpretações e representações dos camponeses sobre os ciclos da natureza, indicam entenderem eles esse mundo que os cerca de maneira a criar distinções que

[55] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.
[56] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

permitem o uso dos recursos naturais do local, incluindo suas práticas socioculturais de maneira estratégica.

> *"O preparo da terra é feito e ficamos aguardando a chuva vim pra ter um tanto de umidade na terra pra fazer o plantio. Assim que começa as primeiras chuvas já fazemos o plantio. Tem algumas tradições que ajuda a gente a saber quando vai ter chuva ou não. Por exemplo, em março tem a enchente de São José, no natal a gente sabe que chove, a quaresma se entra com chuva termina com chuva e a gente vai seguindo isso pra ajudar na produção.*
>
> *Na seca a gente tem que dar conta de arrumar alimento pro gado, a cana que foi plantada nas chuvas é usada nessa época e as silagens também*[57]*"*

Assim, compreendemos que práticas religiosas evocam tradições, costumes e que na relação com os ciclos da natureza auxiliam na interpretação dos ciclos da natureza e que tais elementos se fazem presente na produção camponesa.

De acordo com Kinn (2010),

> as interpretações camponesas no espaço vivido, sobre o plano da produção e da vida, são concebidas a partir de uma lógica pautada na manutenção da propriedade e na satisfação das necessidades sociais da família. [...] as relações de pertencimento, de identidade e enraizamento, o domínio de técnicas e de saberes, as histórias de vida propiciaram fundamentos para esses camponeses continuarem existindo, vivendo e lutando (KINN, 2010, p. 101).

Assim, compreendemos a lógica camponesa como especifica e relacional ao lugar. A partir do trabalho com a terra, desenvolvem usos e apropriações do espaço. No lugar, criam seus domínios territoriais e complementam sua existência e as propriedades de seu "ser".

[57] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

Destacamos que os sujeitos da realidade em estudo (re)constroem seus meios de existência de modo a construir potencialidades de permanência vinculadas aos ciclos produtivos, estabelecendo, assim, relações nas quais é possível fazer o uso do espaço ao favor deles.

Pensando na substância do modo de vida, percebemos como possibilidade de enfrentamento de uma realidade impositiva, mas ao mesmo tempo densa e complexa, muitas vezes para além do controle dos seus saberes –, desenvolveram estratégias de enfretamento político como, por exemplo, o uso do espaço do conselho comunitário para apresentar suas demandas.

> *"No conselho a gente se organiza para comprar certos produtos, feito adubo, em conjunto pra economizar no frete e por comprar em maior quantidade. Então além de a gente falar as demandas que tem e tentar resolver pelo conselho tem essa outra facilidade pra gente"*[58].

O conselho comunitário é de grande importância na comunidade em estudo. Os camponeses se organizam politicamente e tem apoio no conselho para realizar parte de suas necessidades.

Como camponeses em seu processo de reinventar-se, têm na comunidade o constructo cultural e político específico que assume características próprias de "proteção" da coletividade.

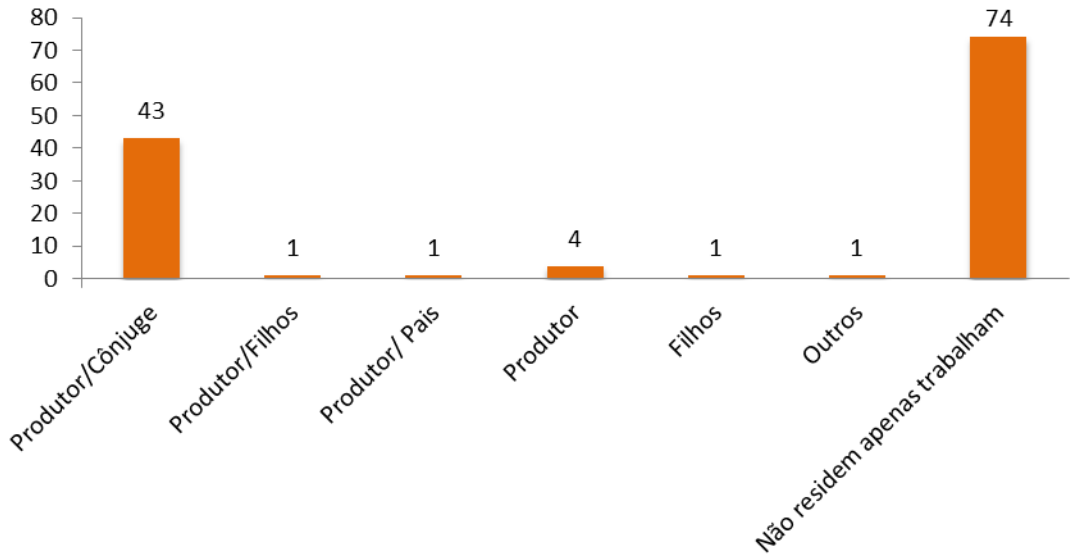
[58] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

## 4.2 Especificidades socioculturais dos produtores camponeses da Comunidade Olhos d'Água

Os produtores camponeses podem ser definidos com base no nível de inserção ao mercado, na produção voltada para uma parcela específica do comércio de alimentos e também na lógica produtiva inter-relacionada com o modo de vida. Isso tudo coloca a estrutura familiar em contato direto com a produção, mercado, estado, propiciando arranjos sociais que fundamentam suas estratégias produtivas.

Com base nos dados do levantamento rural realizado nos anos de 2011 e 2012 pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e sintetizados no Gráfico 04, se considerarmos todas as situações apresentadas no gráfico, em 51 propriedades da comunidade Olhos d'Água existem pessoas residindo. Em 74 propriedades, os produtores mantém residência em outros lugares, mas vêm diariamente até a comunidade para trabalhar. Quanto aos responsáveis pela produção, 89% são do sexo masculino e apenas 11% está sob o controle de mulheres.

**Gráfico 4 –** Residência na comunidade pelos produtores rurais



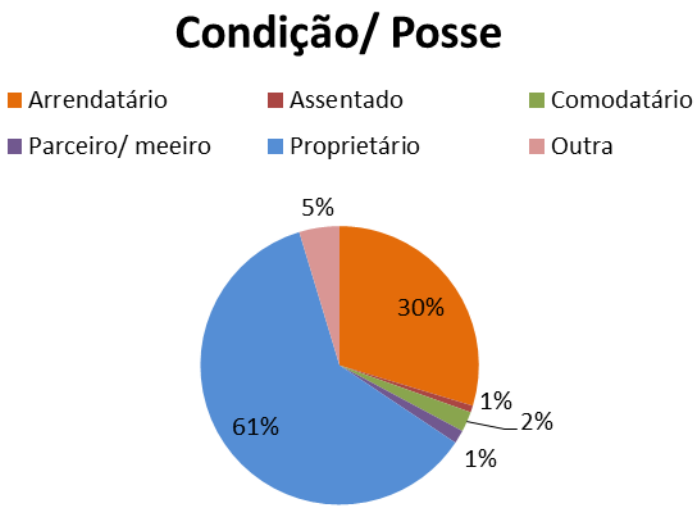

Fonte: Levantamento Rural da Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2016. Adaptado pelos autores[59].

As condições de uso das terras para produção são apresentadas no gráfico 05. Podemos observar que o camponês em foco, além de viver do lugar, vive no lugar sob diferentes condições; entretanto, mantém a característica de produzir os meios de vida mediante o trabalho com a terra.

Dentre os produtores da Comunidade Olhos d'Água, 61% são os donos das terras, e a outra condição que detém predomínio nas áreas de produção é o arrendamento.

[59] Os dados utilizados para elaboração e análise dos gráficos correspondem a dados oficiais fornecidos pela Secretaria de Agropecuária e Abastecimento da Prefeitura de Uberlândia. Entretanto, a situação atual pode ter sofrido alterações, ou mesmo os dados podem não compreender a totalidade da conjuntura de organização da comunidade.

**Gráfico 5** – Condição de uso da terra pelos produtores rurais.




Fonte: Levantamento Rural da Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2016. Adaptado pelos autores.

Nas relações de arrendamento, supõe-se que há uma proximidade entre os sujeitos que negociam o uso das terras.

> *"As vezes para a terra não ficar parada a gente faz um arrendamento para algum vizinho ou pra quem a gente já conhece e que mexe só com isso. Aí tem um contrato tudo certinho pra respaldar a gente e quem arrenda".*[60]

Assim as relações comunitárias se repetem no arrendamento. Elas vão se estabelecendo dialogando com as territorialidades na comunidade Olhos d'Água. As relações com a terra, mediada pelo arrendamento, mesmo que entre vizinhanças são respaldadas por contratos, embora a reciprocidade

[60] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

também seja evocada. São formas de convivências com a terra e os vizinhos e nelas são fortalecidas e as multiplicidades da produção vão sendo atendidas.

Para Fernandes (s/d),

> o arrendamento é uma possibilidade de recriação do campesinato, outra é pela compra da terra e outra é pela ocupação da terra. Essas são as três formas de recriação do campesinato. E assim se desenvolve num constante processo de territorialização de desterritorialização da agricultura camponesa, ou de destruição e recriação do campesinato. (FERNANDES, s/d, p. 1).

Assim, as formas de produção se desenvolvem em um contexto que advém de relações históricas reinventadas para as condições da contemporaneidade.

A comunidade em estudo está localizada em uma região de ocupação que remete ao século XIX, havendo relatos de que as primeiras fazendas e fazendeiros do município de Uberlândia se instalaram nessa região principalmente pela abundancia dos recursos hídricos e fertilidade natural dos solos.

Elas foram motivo de partilhas entre familiares, mas seus herdeiros mantiveram até hoje elementos na paisagem que rememoram suas origens. Assim, devido ao conteúdo de pioneirismo, trata-se de uma área que abriga instalações, símbolos e modos de vida tradicionais ligados ao catolicismo, definido por Antônio Candido, na obra Parceiros do rio bonito como rustico.

No território da comunidade, configuram-se como patrimônio edificado[61] da comunidade os tradicionais cruzeiros que

> *"na seca nóis tudo aqui sabia que era só ir molhar o pé do cruzeiro com fé e muita oração que logo a chuva apontava, vinha gente de tudo quanto era lado. Hoje ninguém reza mais por isso essa falta de chuva".*[62]

Essas práticas antigas ligadas à religiosidade dos moradores da comunidade Olhos d'água indica como os moradores encaminhavam os seus problemas relacionados ao ciclo da natureza. Para além do patrimônio edificado, simbolismos e práticas socioculturais, sobretudo religiosas, permanecem na memória do camponês e, também, na paisagem, configurando-se em vários os resíduos de um modo de vida carregado de elementos culturais que compõem a materialidade e a imaterialidade das relações estabelecidas na comunidade.

No município de Uberlândia, a comunidade Olhos d'Água é tida como referência em localidade tradicional, devido ao início da ocupação produtiva ter ocorrido nessa área que nutre até os dias atuais elementos das ocupações territoriais dos pioneiros – como casarões e cruzeiros (Figura 14), entremeados às reocupações contemporâneas. Na imagem, nota-se que a estrutura da casa principal remete aos antigos casarões pelo tamanho e quantidade de janelas. O cruzeiro e a presença do curral junto a casa denota traços de práticas

[61] O conceito de patrimônio histórico edificado por este ser uma construção arquitetônica que tem sua estrutura preservada, ou uma construção representativa de uma dada coletividade.
[62] Entrevista realizada com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água. Uberlândia, MG. Julho de 2015.

centenárias. Essas paisagens culturais de tempos passados mantidos no lugar compõem parte do patrimônio edificado da comunidade.

**Figura 14** – Sede de fazenda produtora de gado de corte e leiteiro na comunidade rural Olhos d'Água, município de Uberlândia-MG

Fonte: Santos, Comunidade Olhos d' Água (2015, p. 01).

Nessa localidade, é possível encontrar propriedades remanescentes das sesmarias, que foram deixadas de pais para filhos como herança e considerando a transmissão dos saberes, a produção ocorre com (re)significações, mutações para atender as demandas e imposições da atualidade.

A casa ainda fica próximo ao curral. Entre a casa e o curral encontra-se agora misturado as edificações antigas da velha fazenda, o tanque de leite, o resfriador. Representam uma metamorfose de elementos “velhos” e “novos”.

Os principais cultivos são legumes, hortaliças, frutas. Há também produção de frango, suíno e gado de corte e leiteiro. Tais produções envolvem saberes e fazeres presentes no cotidiano dos camponeses que foram sendo adquiridos ao longo do tempo e, processados como práticas; todavia, foram se modificando de acordo com as necessidades dos próprios camponeses.

**Figura 15:** Criação de frangos caipira e em galpões de granja

Fonte: Santos, Comunidade Olhos d’ Água (2015, p. 01).

Apesar de parte da  produção estar voltada para o mercado e mediada por contratos com a empresa  sadia a produção de alimentos para a família continua. Assim, os tratos culturais para a produção de leite e a criação de frangos caipira no quintal representam elementos desses saberes e fazeres que se mantiveram com o decorrer dos tempos.

Ainda de acordo com a concepção de Fernandes (s/d), pensando nas territorialidades, a produção camponesa

> pode ser vista como uma importante forma de organização social para o desenvolvimento humano em diferentes escalas geográficas, pois provoca impactos socioterritoriais contribuindo para o desenvolvimento regional e contribuindo com a melhoria a qualidade de vida (FERNANDES, s/d, p. 3).

A vida daquele camponês é marcada pela sociabilidade, que garante a sensação de satisfação em fazer parte de um grupo que pode se mobilizar em nome das necessidades comuns de cada produtor familiar e certa medida da comunidade.

A sociabilidade entre os produtores camponeses ocorre nos momentos em que a interação traz coesão ao grupo, que tem a comunidade como parte de sua representação social, cultural e politica.

Essa interação ocorre durante os preparativos e na realização da festa, durante as missas e nas prozas que acontecem após cada celebração, no acolhimento nas casas e também no conselho e nas formas politicas de reivindicação.

Nesse sentido, na sociabilidade campesina, os significados das relações vão além dos aspectos econômicos, permeiam os âmbitos da reciprocidade no atendimento das necessidades e carências coletivas.

O envolvimento dos sujeitos com a comunidade, com a religiosidade e com as demandas da identidade cultural campesina é significativo. Além disso, a organização social possibilita, na medida do possível, o suprimento de necessidades comuns. No caso do Conselho Comunitário, a comunidade

estabelece suas demandas, obtendo do poder publico máquinas e equipamentos, considerados de alto valor monetário, tal como o trator.

Essa característica desse grupo social foi observada nas reuniões comunitárias, principalmente nas festas familiares e religiosas. Nelas, comparecem pessoas que estabelecem relações de pertencimento com a comunidade rural e que assentam no religioso a sustentação de práticas sociais que lhes proporcionam lidar com as incertezas de várias ordens.

> *"Aqui nóis é unido, sabe?! Chega a época da festa de São Sebastião, padroeiro da igreja da comunidade aqui, os festeiros sai andando nas fazendas pra pedir doação. A gente doa bezerra, porco, galinha, arroz... As muié faz umas quitanda pra leva pra igreja porque lá depois da missa tem um leilão... E assim vai, nóis fica tudo satisfeito por ter o que doar pra igreja... São Sebastião abençoa que no outro ano a gente possa doar e fazer parte da festa também"*[63].

O religioso é uma referência que vai servindo como mediação, contribuindo para interações deste grupo no espaço, suscitando formas de ação em um mundo repleto de incertezas como do mercado, do estado e também dos ciclos da natureza..

Nessa perspectiva, o religioso vai tecendo relações que fortalecem ou mesmo recriam vínculos com o território, o que promove vida ao território, ou mesmo novas territorialidade.

A prática de doar para a realização da festa na capela em homenagem ao padroeiro da igreja é tida como uma forma de agradecimento pelas graças alcançadas, principalmente nas colheitas e na pecuária. Além da doação de

[63] Entrevista obtida com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.

bens, a realização da festa se dá por meio da concessão de tempo e conhecimento dos familiares para organizar as festividades.

Nesse sentido, os saberes e fazeres destes sujeitos não são usados apenas tendo a produção como objetivo. Eles nutrem, ao mesmo tempo em que orientam, concepções de mundo, no qual se passa a incorporar a ética e a moral religiosa como elemento favorável às situações de carecimento vividas coletivamente.

Assumindo caracteres virtualizantes, esse modo de viver no e do lugar torna os sujeitos transcendentais, capazes de entender e nele se organizarem para viverem os contextos em que estão inseridos.

Mais do que uma oposição às imposições, reinventar-se a partir das sociabilidades e reciprocidades indica mutações no modo de dar continuidade à reprodução de práticas socioculturais que, pela ordem social estabelecida, deveriam ter sido abandonado.

Como exemplo, citamos a ajuda mútua e combinada, estabelecida por meio da troca de serviços presente na produção dos silos, para tratar do rebanho de gado leiteiro. Esse tipo de ajuda não é habitual no contexto da contemporaneidade, em que as relações são marcadamente individualistas e impostas por uma sociedade dominada pela lógica capitalista.

Essa produção dos silos, via relações que mantém a troca de serviços, sustenta-se a partir de resíduo de práticas socioculturais pretéritas, podendo ser vista como aquilo que fica de outras temporalidades sociais para os sujeitos usarem ao seu favor.

> *“Eu penso que isso da gente se ajudar vem de muito tempo já, eu lembro do meu pai sair pra capar porco nos vizinho e ele num cobrava nada. Tinha época de colher arroz nos vizinho que a gente ia de mutirão. Juntava meus doze irmãos mais os filhos do dono da terra e rapidinho a gente acabava aquele serviço. E quando era aqui era do mesmo jeito. Todo mundo unido, uns pelos outros”*[64].

Na comunidade, os resíduos, conforme trabalhado no capítulo 3 da dissertação, identificados como saberes e fazeres camponeses são usados em um contexto de mudanças nas condições sociais, técnicas, econômicas e, principalmente, temporais. Seja como memória, seja como prática, o resíduo é o que tem significado e comparece como um elemento importante das estratégias dos produtores rurais.

Assim, as relações comunitárias seguem nexos colaborativos em que a ajuda mútua é fortalecida nas práticas envolvendo várias trocas – inclusive de trabalho, nos períodos de preparo de silagem –, na compra coletiva de insumos e máquinas agrícolas, entre outras demandas. As territorialidades derivadas das práticas sociais propiciam estratégias de convivência e de reciprocidades.

Nas práticas envolvendo a economia de mão de obra, tomamos como exemplo o uso de maquinário partilhado.

> *“Se eu tenho um trator e seu num estou precisando dele, mas meu vizinho vai precisar usar ele vem e fala comigo pra eu ir às vezes plantar ou fazer outra coisa pra ele. E também tem os equipamentos lá do conselho comunitário, que a gente pega paga a taxa e usa pra suprir as necessidades da produção.”*[65]

[64] Entrevista realizada com produtor rural da comunidade Olhos d’Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.

[65] Entrevista realizada com produtor rural da comunidade Olhos d’Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.

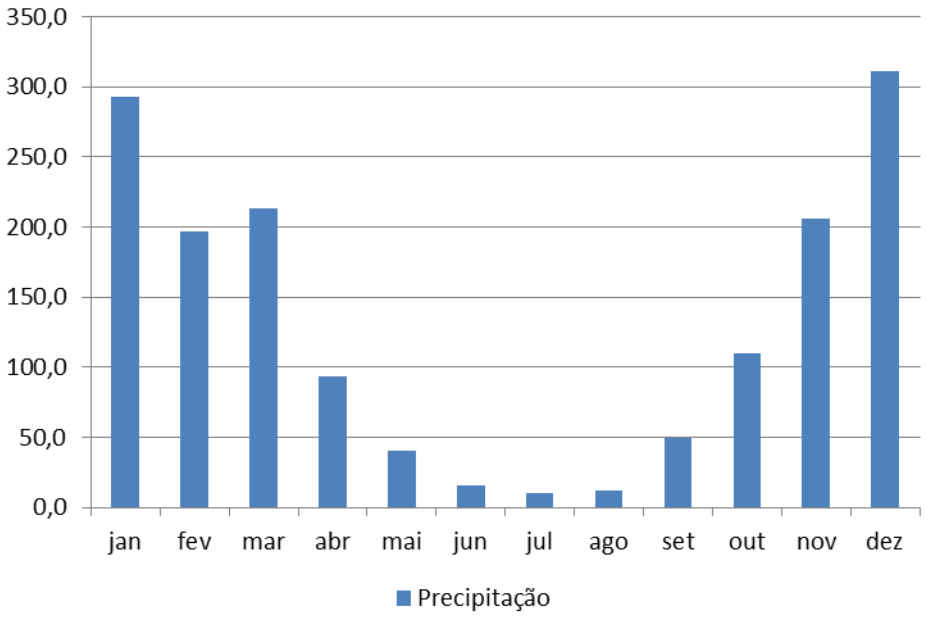
Este pode ser visto como uma ação construída a partir de lógicas campesinas, na qual os equipamentos podem ser utilizados por todos os membros do conselho comunitário sendo cobrado o combustível e um valor abaixo do mercado pelo aluguel do maquinário.

Nos ciclos da produção, em um contexto marcado pela dificuldade de mão de obra no espaço rural, a ajuda entre vizinhos é de primordial importância. Além disso, se essas relações forem nutridas pela reciprocidade, podem ser vistas como estratégia para o atendimento das demandas derivadas das imposições socioprodutivas.

Desse modo, as relações de vizinhança são abalizadas por uma solidariedade mútua que comparece em períodos de trabalho com a terra, em que é necessário incorporar mais tecnologias e diversos saberes, para garantir resultados satisfatórios, como no caso da construção dos silos, situação na qual, podemos dizer, essas práticas criam vínculos territoriais.

Nesses momentos de maior interação, de trocas e reciprocidades, deposita-se nos silos a possibilidade de manter a produção de leite no período de estiagem, que normalmente vai de abril a outubro na área em estudo.

**Gráfico 6: Pluviograma da cidade de Uberlândia-MG (1981-2015)**




Fonte: Laboratório de Climatologia e Recursos hídricos da Universidade Federal de Uberlândia.

Assim, vão sendo compostos acordos tácitos, mediados pelas reciprocidades, nas diversas formas de troca. Destarte, a troca é uma instituição legitimada pelas necessidades e carências, pois, por meio delas, os sujeitos conseguem se realizar como camponeses. Ao trocarem serviços, horas de trabalho, conhecimentos, estabelecem certezas, confianças, em uma sociedade repleta de precariedades.

Em muitos casos são acordos que ninguém sabe dizer a origem. Trata-se de acordos que ocorrem por meio da reciprocidade e que nem sempre são percebidos como acordos nutrem as territorialidades que são estabelecidas na comunidade.

Nessas relações, também percebemos mais finamente o uso do espaço para efetivar o território, principalmente pelo uso das instituições e infraestrutura local. A vida ocorre no lugar e, nesses encontros propostos pelas necessidades, estabelecem-se novas territorialidades.

Camponeses agem como sujeitos, se se estabelecem no lugar e a partir dele exercem as suas territorialidades. Elas alcançam os camponeses que nutrem, com o lugar, vínculos de pertencimento. Isto é, no cotidiano, as especificidades das relações sociais e de produção presentes nessa comunidade definem o “desenho” da existência desses camponeses, que vão se definindo “por meio do estabelecimento de vínculos, por criações ou invenções humanas, através de práticas sociais, é que se produz território, ou ao menos a sua condição – uma territorialidade” (HEIDRICH, 2004, p. 38).

Dentre as várias situações que evidenciam as especificidades da comunidade em estudo, podemos considerar a sociabilidade no trabalho e a ajuda mútua nos períodos de colheita e preparo do solo e silos para alimentar o gado leiteiro.

Essas práticas trazem significados singulares ao território, concretizados no lugar por meio de compromissos que representam, na prática cotidiana dos sujeitos locais, o caráter intangível das suas relações.

Diante disso, as diversas temporalidades sociais, entendidas aqui como advindas das relações sociais antigas e novas vão ocorrendo quando os sujeitos se integram ao território e quando estes têm consciência de participação no mesmo. Ela está ligada ao pertencimento, as lógicas sociais de existir na relação com o outro, à identidade, ao enraizamento, entre outros

elementos que, inter-relacionados às dimensões econômicas e políticas do território, efetivam formas particulares de apropriação e de produção do espaço.

Nesse sentido, a dimensão cultural no território é tida como fator de construção de territorialidades, considerando as constantes transformações, além de que esse movimento perpassa elementos simbólicos como as mediações do religioso, na materialidade e imaterialidade dos seus simbolismos e práticas socioculturais que dialogam fortemente com a ética e a moral religiosa de matriz católica.

Consequentemente, as práticas religiosas também são resignificadas pelas práticas socioculturais e possibilitam uma existência particular e especifica local do camponês da comunidade olhos d'água.

Os elementos simbólicos compõem as diversidades que se evidenciam nos vínculos territoriais estabelecidos pelos camponeses, nas suas dinâmicas de produção e lógicas sociais contextualizadas em uma existência repleta de especificidades.

Contudo, a existência camponesa no lugar encontra-se relacionada ao mercado, ao Estado e ao momento tecnológico que vivemos. Nesse contexto, as especificidades são constituídas por projetos de vida que, nas relações com os vizinhos, fortalecem práticas sociais que transbordam no processo de construção do lugar-coletivo, o qual está implicado na reprodução de uma existência dotada de intencionalidades densas e complexas. Dialogicamente, os vínculos com o lugar são multidimensionais.

Os vínculos são relacionados á família, às vizinhanças, ao religioso e assim pela criação social comparecem no lugar Olhos d'Água como específicos do território camponês da comunidade.

Nesse sentido, os camponeses podem ser vistos como uma categoria com identidade própria e mutável, advinda de seu modo de produção e vida no campo, considerando que "na identidade existe uma relação de igualdade que une o grupo, igualdade válida para todos os que a ele pertence. Porém, a identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, diferente" (HAESBAERT, 1999, p. 183).

Essa abordagem sobre a identidade em relação ao camponês estudado não é algo estático, mas dinâmico e passível de mutação. Isso ocorre quando este camponês mesmo utilizando novas tecnologias, financiamentos e participação em politicas públicas, não deixa de usar ao seu favor os saberes antigos.

Obviamente a relação com o velho e com o novo fornecem "energia social" para que eles se reinventem. Desse modo, vivem mutações de várias ordens no processo de trabalhar e existir na relação com a comunidade, com a terra, com o mercado e o Estado.

Na lógica campesina, há a valorização, que não é capitalista, mercadológica, do trabalho, da terra e da família. Nela há nexos com o mercado com o estado que necessariamente não os anula como pessoas que elaboram e na medida do possível realizam seus projetos de vida. Por tais razões, é fundamental analisá-lo considerando as especificidades da vida no lugar, suas (in) materialidades e circunstancias.

Porquanto, as relações de vizinhança são mais consolidadas em comunidades rurais, nas quais os sujeitos tendem a atribuir maior importância às suas “humanidades”, valores de caráter intersubjetivo como, por exemplo, costumes, emoções e experiências.

Como grupo social que estabelece diversas conexões com o mundo, a comunidade rural Olhos D’água constitui espacialidades ricas e características singulares no que diz respeito à maneira de organizar e obter a sua existência. O convívio com os vizinhos em comunidade é estabelecido e nutrido por tolerâncias, valores morais e éticos e como tais não são eternos. Portanto, se fosse apenas por trocas simples, por exemplo de trabalho, mesmo apresentando coesões próprias, eles não teriam existidos frentes as diversas crises da modernidade .

A relação que estabelecem com a terra compõe intimamente os sujeitos, que se veem como pertencentes àquele lugar e, assim, realizam sua existência complexa e densa de intencionalidades. Nela, os elementos naturais são usados como potência para realizar os projetos da família. Dessa maneira, o patrimônio vai além de um bem e passa pela dimensão de representar possibilidades de realização dos camponeses no lugar.

Os usos e concepção do espaço indicam formas de se valer do espaço, inclusive dos seus elementos naturais e usar politicamente o estado para obter atenção que comparecem no lugar como políticas públicas é uma forma de usar o espaço a seu favor. A favor da produção e da existência camponesa. Também ajudam a compreender as mutações ocorridas na produção e comercialização da família camponesa, bem como em seus hábitos produtivos.

> *"Da natureza a gente tira o que pode pra dentro de casa, e ate mesmo a produção que é vendida é da natureza. Por isso há muito respeito para com ela"*[66].

A sabedoria do produtor se manifesta em atos que propiciam novos arranjos produtivos. Atento à atual conjuntura do mercado, redefine suas práticas produtivas. Sua sabedoria, associada à sua criatividade e à reorganização produtiva da propriedade, proporciona o surgimento de novas habilidades.

Essas habilidades podem ser percebidas nas formas como ele lida com os financiamentos para evitar endividamento com o banco.

> *"Aqui se pega no banco é só mesmo o que num tiver mais jeito. O Conselho ajuda, da informação pra gente, traz as novidade de financiamento, a gente troca ideia com os vizinhos, mas mesmo assim só usa do banco em ultima necessidade. Essas tais politica publica é boa sabe mas se você num suber lidar você vai só endividando e corre ate o risco de perder as terras. Deus me livre disso."*[67].

Neste processo, o camponês recria suas territorialidades para constituir novas formas de agir de nutrir reciprocidades; assim, se reinventa para enfrentar as especificidades de cada momento. Desse modo, a produção já praticada pode ser alterada, substituída, pois se trata de produtores rurais dinâmicos que procuram oferecer a suas famílias alternativas em sua existência.

A utilização das condições naturais e as relações nutridas pela territorialidade demonstram os conteúdos dessa sabedoria campesina,

[66] Entrevista obtida com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.
[67] Entrevista obtida com produtor rural tradicional da comunidade Olhos d'Água, Uberlândia, MG. Julho de 2015.

demonstrando também o poder das territorialidades reinventadas pela prática camponesa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade rural Olhos d'Água, histórica no município, é constituída por sujeitos camponeses que estabelecem relações múltiplas nas muitas dimensões da vida cotidiana e adquirem expressiva importância na produção de alimentos.

Na comunidade as relações ocorrem de maneira que os vizinhos são muito próximos e as relações de reciprocidade são altamente fortalecidas. A mutuabilidade das relações é vital para o funcionamento da comunidade.

O campesinato no seu processo de existir lança mão dos seus resíduos, no lugar se apresenta como um resíduo que se fortalece nos vínculos territoriais e nas práticas produtivas da comunidade. Assim, as relações do/no lugar, promovidas pelos vínculos territoriais, fortalecem a comunidade delineada pela sociabilidade camponesa.

Nas práticas socioculturais modificadas, as experiências produtivas vindas de outras temporalidades sociais permanecem na contemporaneidade; internalizadas na subjetividade dos camponeses, são utilizadas como estratégias para realizar a sua permanência no lugar.

Alguns procedimentos de trabalho envolvendo a ajuda mútua, troca simples de produtos, acordos tácitos presentes na vida dos produtores rurais fazem aparecer a lógica campesina.

A partir dela, criam condições sociais de produção fundamentando formas específicas de funcionamento de suas propriedades. Nessas circunstâncias, os estabelecimentos camponeses podem ser considerados como *locus* onde são estabelecidas conexões do velho com o novo, decorrentes de um modo de vida que se redefine para existir como diferente.

Portanto, ser recíproco é uma maneira de se comportar e nas relações socioculturais envolvendo a comunidade. Nela, os sujeitos se orientam para desenvolver práticas produtivas que vão nutrindo e sendo nutridas por um conjunto de estratégias de produção e inserção de novas tecnologias que, combinadas àquelas antigas, reacendem inúmeras possibilidades de viver do/no lugar.

O uso de políticas públicas de maneira coletiva traz maior coesão às relações entre os membros da comunidade. A característica de produtores camponeses permite que as demandas comuns atendam a boa parte do grupo.

As territorialidades fazem parte do cotidiano dos camponeses e nutrem o modo de vida destes produtores que se utilizam dela nas relações interpessoais.

A diversificação da produção é prática comum na comunidade que segue costumes camponeses. Os nexos campesinos se fazem presentes em diferentes momentos da vida cotidiana dos produtores rurais da comunidade Olhos d’Água.

O cuidado com as nascentes e as águas daquela região da comunidade é pratica comum entre os produtores que dizem fazer as parte deles para preservar “o que Deus deu”.

A religiosidade fortalece os elementos da territorialidade nas relações da comunidade, em que as humanidades se concretizam. A realização das festas envolve as pessoas, de crianças a idosos, que tem na fé um elemento que nutre a existência. Como manifestação anuncia possibilidades reais aos camponeses de se verem e se reconhecerem nos processos da vida contemporânea.

Algumas preocupações fazem parte do cotidiano dos produtores camponeses, como a continuidade produtiva devido à saída de muitos filhos para estudar e a falta de perspectiva de que estes voltem para lidar com a produção nas terras.

A proximidade com a cidade de Uberlândia e a expansão urbana traz insegurança para os moradores da comunidade e preocupação na manutenção de seus modos de vida.

Assim, esta dissertação de mestrado colabora para a compreensão dos camponeses no mundo contemporâneo, em que temos como recorte espacial a comunidade rural olhos d'Água que tem suas especificidades demonstradas ao longo do texto.

As possibilidades de uso de políticas públicas ficam evidenciadas no inicio da discussão onde aponto o PRONAF como um indicador de alternativas no âmbito de financiamentos para pequenos agricultores e camponeses.

O conselho comunitário rural estabelecido na comunidade demonstra a capacidade de organização e articulação política dos sujeitos camponeses. Por meio deste conselho eles têm suas demandas atendidas e conseguem "correr

atrás” de suas demandas que são comuns, como por exemplo, a melhoria de estradas.

A organização da produção se dá por meio de especificidades do lugar Olhos d’Água. Práticas que revelam os saberes tradicionais que se misturam com elementos da modernidade. A reciprocidade se faz presente em momentos em que o trabalho exige ajuda mutua entre os camponeses.

Elementos como a religiosidade se fazem presentes no cotidiano dos camponeses da comunidade, e que pelo desdobrar das relações se findam em territorialidades. As festividades, os momentos de encontro e as práticas fraternas são fatores que fortalecem a expressividade do modo de vida camponês.

Desse modo, podemos compreender o camponês do contemporâneo como um sujeito que estabelece conexões com as modernidades e mantêm os resíduos fortalecidos nos vínculos territoriais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas: Hucitec - ANPOCS, 1992.

_____. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** Campinas, v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr., 1998.

_____. Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, p. 113-128, 2001.

ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Orgs.) Geografia e cultura. **Os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiania: Editora Vieira, 2008.

ALMEIDA, M. G.; VARGAS, M. A. M.; MENDES, G. F. Territórios, paisagens e representações: um diálogo em construção. **Mercator (UFC)**, Fortaleza, v. 10, n 22, p. 23-35, 2011.

ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territotialidades: os limites do poder nacional e o poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1998.

BARCELLOS, Jorge Alberto Soares. Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos

Rodrigues (Orgs.). **Territórios do Cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS – Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. p. 40-48.

BNDS – Banco nacional de desenvolvimento social. Pronaf Mais Alimentos. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/

Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf_alimentos.html>. Acesso em: 06 jun. 2015.

BRASIL. **Lei 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Poder Executivo, 25 jul. 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.428**, de 16 de junho de 2006. Brasília-DF, 17 jun. 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 jul. 2014

BRASIL. **Lei nº 8171, de 1991.** Brasília-DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 jul. 2014.

BRASIL. **Decreto 1.946 de 1996**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 jul. 2014.

BRANDAO, C. R. Tempos e Espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37-64, 2007.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÈZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. Géographies et Cultures. **Le Territoire**, Paris, v. 2, n. 20. L`Harmattan, 1996.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CÂMARA MUNICIPAL DA UBERLÂNDIA. **Lei 8148/02**, de 08 de novembro de 2002. Uberlândia. Disponível em: <http://cm-uberlandia.jusbrasil.com.br/legislacao/

839433/lei-8148-02>. Acesso em: 06 julho 2014.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **Delimitação conceitual de campesinato**. Cidade. s/d. Versão preliminar do texto. Mimeo.

FREDERICO, S. **O novo tempo do Cerrado**: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Annablume; Fapespe, 2010.

GUSMÃO, R. H. **Avaliação do Proálcool e suas perspectivas**. São Paulo: Sociedade de Produtores de Açúcar e Álcool, 1985.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.165-205.

_____. Identidades territoriais. In: Rosendahl, Z.; Corrêa, R. L. (Orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

_____. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério.(Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 95-120.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HEIDRICH, A. L. Território, Integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Exclusão Social. In: SPOSITO, E.; SAQUET, M.; RIBAS, A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 37-65.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm> Acessado em: 10 jan. 2015.

KARJALAINEN, P. T. Place in Urwind: A humanist geography view. **Geograficidade**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 4-22, Inverno 2012.

KINN, M. G. **Lugares e territórios camponeses em iniciativas turísticas**: os usos dos espaços no entorno dos lagos das hidrelétricas Amador Aguiar I e II – Triângulo Mineiro – MG. 2010. 200f. Tese (Doutorado em Geografia) **–** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LEFEBVRE, H. **Metafilosofia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

MATOS, Patrícia Francisa de; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ (2007)**, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: Análise de Indicadores. Brasília: NEAD/MDA, 2005. Série Estudos.

MDA, **Ministério do Desenvolvimento agrário**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/. Acesso em setembro de 2013.

Mendes, S. M. **Relação entre investimentos em infra-estrutura e produtividade total dos fatores na agricultura brasileira**, 1985-2004. 2005. 200f. Dissertação (Mestrado em Economia)– Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Orgs.). **Territórios do Cotidiano uma Introdução a novos olhares e experiências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Universidade/UFRGS; Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, Dec. 2001.

OLALDE, A. R. PRONAF, Sistemas Agroflorestais e Desenvolvimento Sustentável no Baixo Sul da Bahia.In: Congresso da SOBER Anais, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais**... Ribeirão Preto: INSTITUIÇÃO, 2005. p. 12-38.

ONU. **Relatório "Perspectivas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural nas Américas 2014: uma visão para a América Latina e Caribe"**. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/b3165e/b3165e.pdf>. Acesso: 22 out. 2013.

PMU – PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLANDIA. **Levantamento Rural 2011/2012**. Meio digital. Disponível na Prefeitura municipal. Acesso em: outubro de 2015. 2015.

PRONAF. **Relatório Institucional do PRONAF.** 2002

**SAF/MDA**. www.mda/saf.org

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, R. J.; KINN, M. G. Festas: tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 26, p. 58-71, 2009.

SANTOS, R. J. **Gaúchos e Mineiros do Cerrado**: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. Uberlândia: EDUFU, 2008.

_____. (Re)Ocupação do cerrado: novas gentes, outras identidades. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Orgs.) **Geografia e Cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008. p. 98-136.

_____. Os camponeses da região do Triângulo Mineiro e a Expansão dos agrocombustíveis. **Revista Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 5, .n. 1, p. 128-146, 2011.

_____. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 11, v. 11, n. 21 e 22, p. 111-125, jan/dez, 1999.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo- Globalização e Meio Técnico Científico Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. EDUSP. 2008.

SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2003.

SCANNEL, L.; GIFFORD, R. Comparing the theories of interpersonal and place attachment. In: MANZO, L. C.; DEVINE-WRIGHT, P. (Orgs.) **Place Attachment**: advances in theory, methods and applications. Abingdon: Routledge, 2014. p. 23-36.

SEAMON, D. Place attachment and phenomenology: the synergistic dynamism of place. In: MANZO, L. C.; DEVINE-WRIGHT, P. (Orgs.) **Place Attachment**: advances in theory, methods and applications. Abingdon: Routledge, 2014. p. 11-22.

SERPA, A. O trabalho de campo em geografi a: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 84, p. 7-24. 2006.

SERPA, A. S. P. **Paisagem, lugar e região**: perspectivas teórico-metodológicas para uma Geografia humana dos espaços vividos. **Geousp (USP)**, v. 33, n. 1, p. 168-185, 2013.

SILVA, A. M. **Resiliência socioespacial na expansão canavieira do cerrado goiano: a cidade rural de Maurilandia/GO**. 2014. 394 f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

SIMMEL, G. **On individuality and social forms**. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

TÁVORA, F. L. **História e Economia dos Biocombustíveis no Brasil**. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado. Brasília: Senado Federal, 2011.

TUAN, Y. **Escapism**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

_____. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EDUEL, 2012.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Lívia de Oliveira. Londrina: EdUel, 2013.

UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA. **Usinas/Destilarias no mundo.** Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?tem=unidades&cn=am&id_pais=1#U> Acessado em: 10/01/2015.

UNICA. **O tamanho da crise do etanol**. Disponível em: <http://www.unica.com.br/

na-midia/11833239920317494047/o-tamanho-da-crise-do-etanol/> Acessado em: 10/01/2015.

_____. **Sugarcane**: Industry in Brazil. São Paulo: São Paulo, 2012.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF Editora, 2001. p. 21-55.

_____. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social e pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEXEIRA, O. (Orgs.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002. p. 41-52.

WOORTMANN, E. F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 133-143.

WOORTMANN, K. A. A. W. **Com parente não se neguceia:** o campesinato como ordem moral. Brasilia: Universidade de Brasília/Instituto de Ciências Humanas/Departamento de Antropologia, 1990.

_____. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. 1. ed. BRASÍLIA: UNB, 1997. v. 1. 192 p.

WOORTMANN, K. A. A. W. ; WOORTMANN, E. F. **O Saber Camponês**. Brasília: Editora da UnB,1997.